

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017.....  | 2   |
| MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO .....   | 2   |
| A CEMIG DISTRIBUIÇÃO .....  | 3   |
| AMBIENTE REGULATÓRIO.....   | 6   |
| RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES .....  | 9   |
| DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS.....  | 12  |
| INVESTIMENTOS .....   | 23  |
| GOVERNANÇA CORPORATIVA.....   | 24  |
| RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES.....                                    | 24  |
| AUDITORIA E GERENCIAMENTO DE RISCOS.....  | 25  |
| GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO .....   | 26  |
| RESPONSABILIDADE SOCIAL.....  | 28  |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....  | 31  |
| COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA.....  | 32  |
| BALANÇOS PATRIMONIAIS.....  | 33  |
| DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....   | 35  |
| DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES .....  | 36  |
| DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....                                 | 37  |
| DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....  | 38  |
| NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....                       | 39  |
| 1. CONTEXTO OPERACIONAL .....   | 39  |
| 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS .....   | 40  |
| 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....                                    | 42  |
| 4. DAS CONCESSÕES .....   | 43  |
| 5. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS .....                                       | 45  |
| 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....  | 46  |
| 7. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS.....   | 46  |
| 8. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS.....                               | 48  |
| 9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS .....  | 49  |
| 10. TRIBUTOS DIFERIDOS.....   | 50  |
| 11. CONCILIAÇÃO DA DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....            | 51  |
| 12. DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES.....  | 52  |
| 13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS.....                                      | 52  |
| 14. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL.....   | 55  |
| 15. FORNECEDORES .....  | 60  |
| 16. TRIBUTOS.....   | 60  |
| 17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....                                     | 62  |
| 18. ENCARGOS SETORIAIS.....   | 67  |
| 19. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO.....  | 68  |
| 20. PROVISÃO PARA LITÍGIOS .....  | 73  |
| 21. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA .....    | 80  |
| 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....                              | 81  |
| 23. RECEITA.....  | 84  |
| 24. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A" .....                                       | 85  |
| 25. CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA "B".....  | 85  |
| 26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....  | 87  |
| 27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....   | 88  |
| 28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS .....                                 | 90  |
| 29. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....  | 97  |
| 30. SEGUROS.....  | 99  |
| 31. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS .....  | 100 |
| 32. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL.....   | 100 |
| 33. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA .....   | 101 |
| 34. NOTAS DE CONCILIAÇÃO .....  | 101 |
| 35. EVENTOS SUBSEQUENTES.....   | 109 |
| RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS ..... | 112 |
| TERMO DE RESPONSABILIDADE.....  | 119 |
| PARECER DO CONSELHO FISCAL .....  | 120 |

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Senhores acionistas,

A Cemig Distribuição (“Companhia” ou “Cemig D”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as demonstrações contábeis regulatórias, o parecer do Conselho Fiscal e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e as declarações dos diretores que revisaram as demonstrações contábeis regulatórias e o respectivo relatório dos auditores independentes.

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em nossa mensagem do ano anterior nós destacávamos os desafios e dificuldades no ambiente macroeconômico, e para a Cemig D, em especial, ter que lidar com um mercado de energia ainda retraído e com custos financeiros para rolagem de nossa dívida ainda muito elevados em função da maior percepção de risco em relação ao País.

Concluído o ano de 2017, entendemos ter boas notícias aos nossos acionistas e à sociedade dos importantes avanços que foram obtidos na gestão da Cemig D.

Iniciando pela gestão da dívida, tínhamos aproximadamente R\$3,2 bilhões de dívidas com vencimento nos anos de 2017 e 2018. Conseguimos fazer o reperfilamento de R\$2,7 bilhões da nossa dívida que equilibraram o nosso fluxo de caixa, alongaram de forma significativa o prazo médio de nossas dívidas, além de aprimorar a nossa qualidade de crédito.

Continuamos na busca de melhoria da nossa eficiência operacional. Implementamos um novo programa de desligamento voluntário que teve a adesão, em 2017, de 925 empregados, que certamente terá efeitos positivos nos próximos anos na redução das despesas operacionais da Companhia. Merece também destaque a redução da inadimplência, resultado de nossas ações durante o ano. Essas iniciativas juntam-se a diversas outras que contribuirão para o esforço de redução dos custos operacionais da Companhia, que já vem apresentando resultados.

Apesar de termos apresentado prejuízo em 2017, de R\$182 milhões, este resultado representou uma redução em relação ao prejuízo verificado em 2016, de R\$436 milhões. Nossa geração de caixa, medida pelo Lajida, cresceu 103,93%, de R\$407 milhões em 2016 para R\$830 milhões em 2017. Temos a convicção de que a melhoria da geração de caixa representa uma tendência para os próximos anos, como resultado de nossas ações presentes.

Nesse contexto de melhoria da nossa lucratividade, merece destaque a revisão tarifária da Cemig D, com conclusão em maio de 2018, com a inclusão em nossa remuneração dos investimentos que fizemos desde 2013 na concessão, em valores superiores a R\$5 bilhões. Esse reconhecimento nas tarifas dos nossos investimentos, associado à redução das nossas perdas comerciais e custos operacionais, indicam um aumento significativo da geração de caixa da Cemig D a partir de 2018, marcando uma nova etapa na história da subsidiária.

Também não esquecemos da qualidade do atendimento aos nossos clientes. Continuamos no processo contínuo de melhoria dos nossos indicadores de qualidade, medidos pela duração e tempo médio de atendimento das interrupções (DEC - duração equivalente de interrupção por unidade consumidora e FEC - frequência equivalente de interrupção por unidade consumidora), em conformidade às exigências regulatórias e com trajetória de melhoria nos últimos anos.

Além de todas as ações mencionadas que implementamos, que trazem uma agregação de valor para a Cemig D, as expectativas macroeconômicas de aumento do PIB em 2018 e redução nas taxas de juros tem um efeito positivo direto para a Empresa, que se traduz em redução da inadimplência, redução nos custos financeiros da dívida e melhoria no mercado de energia.

Continuamos a ser reconhecidos pela sustentabilidade e responsabilidade social presente em nossas operações. A Cemig, controladora da Cemig D, foi mais uma vez incluída no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F/Bovespa e no Índice Dow Jones de Sustentabilidade, no qual está presente desde 1999. A Cemig é signatária do Pacto Global da Organização das Nações Unidas e tem posição de destaque em vários outros *ratings* de sustentabilidade nacionais e internacionais, que representam o reconhecimento de suas ações nesse sentido.

Concluindo, estamos otimistas com o futuro, que através da nossa capacidade de gestão, da competência e comprometimento de nossos colaboradores, construiremos uma história positiva para a Cemig D nos próximos anos, com o retorno adequado e sustentável dos investimentos.

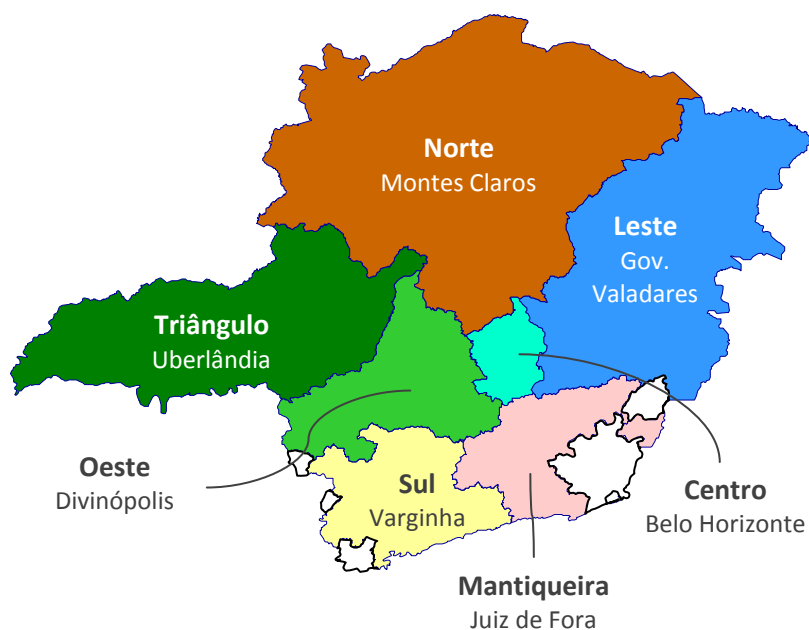
Agradecemos o comprometimento e talento dos nossos colaboradores, acionistas e demais partes interessadas no esforço convergente de manter o reconhecimento da Cemig D como a melhor energia do Brasil.

## **A CEMIG DISTRIBUIÇÃO**

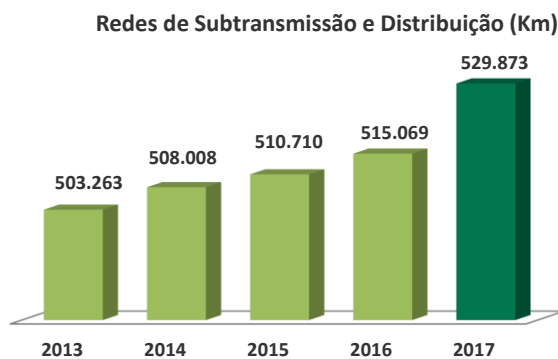
A Cemig D é a maior empresa distribuidora da América Latina, com 529.873 km de redes de distribuição (107.099 km em área urbana e 405.473 km de redes rurais) e 17.301 km de linhas de distribuição, com 8.347 mil consumidores faturados em 2017.

A Cemig D possui um dos maiores índices de atendimento a consumidores beneficiados com a tarifa social do Brasil. Do total de consumidores faturados na classe residencial em 2017 (6.765 mil consumidores) 10% são consumidores de baixa renda.

## Área de Atuação



No gráfico abaixo, podemos observar o crescimento das linhas de subtransmissão e de distribuição da Cemig D nos últimos 5 anos.



A Cemig D distribui energia elétrica em 774 dos 853 municípios do Estado de Minas Gerais, o que representa uma abrangência de 90,7% do total do Estado e 94,2% dos consumidores do Estado de Minas Gerais. Também atende 994 consumidores livres no Estado.

Em 2017, a Cemig D atingiu um total de 8.346.898 consumidores atendidos, número 1,05% superior ao de 2016 (8.259.994).

| Classe                         | Número de consumidores |                  |                  |                  |                  |
|--------------------------------|------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
|                                | 2017                   | 2016             | 2015             | 2014             | 2013             |
| <b>Clientes cativos</b>        |                        |                  |                  |                  |                  |
| Residencial                    | 6.765.201              | 6.691.673        | 6.532.169        | 6.445.960        | 6.249.373        |
| Industrial                     | 73.833                 | 74.535           | 75.085           | 77.132           | 76.864           |
| Comercial                      | 717.988                | 716.602          | 714.433          | 719.955          | 709.428          |
| Rural                          | 705.541                | 694.026          | 678.742          | 687.778          | 670.529          |
| Poder público                  | 63.477                 | 63.483           | 62.854           | 62.164           | 60.463           |
| Iluminação pública             | 6.137                  | 5.667            | 4.146            | 4.027            | 3.861            |
| Serviço público                | 12.976                 | 12.548           | 11.038           | 10.389           | 9.788            |
| <b>Sub-total</b>               | <b>8.345.153</b>       | <b>8.258.534</b> | <b>8.078.467</b> | <b>8.007.405</b> | <b>7.780.306</b> |
| <b>Variação %</b>              | <b>1,05</b>            | <b>2,23</b>      | <b>0,89</b>      | <b>2,92</b>      | <b>3,27</b>      |
| <b>Clientes livres</b>         |                        |                  |                  |                  |                  |
| Industrial                     | 531                    | 443              | 310              | 308              | 301              |
| Comercial                      | 456                    | 264              | 109              | 106              | 101              |
| Rural                          | 4                      | -                | -                | -                | -                |
| Concessionária (distribuidora) | 3                      | 3                | 3                | 3                | 3                |
| <b>TOTAL (*)</b>               | <b>8.346.147</b>       | <b>8.259.244</b> | <b>8.078.889</b> | <b>8.007.822</b> | <b>7.780.711</b> |
| <b>Variação %</b>              | <b>1,05</b>            | <b>2,23</b>      | <b>0,89</b>      | <b>2,92</b>      | <b>3,27</b>      |

(\*) Exclui o consumo próprio

## Comportamento do mercado

|                                       | Mercado atendido - GWh |               |               |               |               |
|---------------------------------------|------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
|                                       | 2017                   | 2016          | 2015          | 2014          | 2013          |
| <b>Energia faturada</b>               | <b>25.383</b>          | <b>26.244</b> | <b>26.746</b> | <b>27.308</b> | <b>25.915</b> |
| <b>Fornecimento</b>                   | <b>25.053</b>          | <b>25.886</b> | <b>26.416</b> | <b>26.973</b> | <b>25.609</b> |
| Residencial                           | 10.008                 | 9.916         | 9.830         | 10.014        | 9.473         |
| Industrial                            | 2.611                  | 3.195         | 3.757         | 4.077         | 4.045         |
| Comércio, serviços e outros           | 5.253                  | 5.712         | 6.027         | 6.031         | 5.693         |
| Rural                                 | 3.648                  | 3.575         | 3.380         | 3.390         | 3.028         |
| Poder público                         | 866                    | 886           | 892           | 891           | 861           |
| Iluminação Pública                    | 1.367                  | 1.350         | 1.326         | 1.298         | 1.267         |
| Serviço público                       | 1.300                  | 1.252         | 1.204         | 1.272         | 1.242         |
| <b>Suprimento agente distribuição</b> | <b>330</b>             | <b>358</b>    | <b>330</b>    | <b>335</b>    | <b>306</b>    |
| <b>Uso da rede distribuição</b>       |                        |               |               |               |               |
| <b>Consumidores livres</b>            | <b>17.402</b>          | <b>16.929</b> | <b>15.341</b> | <b>17.113</b> | <b>19.319</b> |
| Industrial                            | 16.417                 | 16.338        | 14.896        | 16.659        | 18.862        |
| Comercial                             | 985                    | 591           | 445           | 454           | 457           |
| <b>Total</b>                          | <b>42.785</b>          | <b>43.173</b> | <b>42.087</b> | <b>44.421</b> | <b>45.234</b> |
| <b>Variação %</b>                     | <b>(0,90)</b>          | <b>2,58</b>   | <b>(5,25)</b> | <b>(1,80)</b> | <b>1,58</b>   |

A distribuição de energia da Cemig D em 2017 foi de 42.785 GWh (43.173 GWh em 2016). O segmento do mercado que mais contribuiu para esse resultado foi o industrial.

A energia total dessa classe representa 44,47% do volume de energia distribuída da Cemig D e totalizou 19.028 MWh, no ano de 2017, com redução de 2,59%, em relação ao ano de 2016.

O consumo residencial representa 23,39% da energia distribuída pela Cemig D e totalizou 10.008 GWh em 2017, acréscimo de 0,93% comparação a 2016 (9.916 GWh). O consumo médio mensal por consumidor no ano de 2017 foi de 123,28 kWh/mês, o que corresponde a uma redução de 0,17% comparativamente ao de 2016 que foi de 123,49 kWh/mês.

## Comparativo dos investimentos em máquinas e equipamentos da distribuição

| R\$ mil                     | 2017<br>Realizado | 2018<br>Projetado | 2019<br>Projetado | 2020<br>Projetado | 2021<br>Projetado | 2022<br>Projetado |
|-----------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Plano de Investimentos 2018 | 2.205.860         | 1.009.947         | 673.681           | 1.174.703         | 1.211.037         | 996.716           |

| R\$ mil                     | 2017<br>Projetado | 2018<br>Projetado | 2019<br>]Projetado | 2020<br>Projetado | 2021<br>Projetado |
|-----------------------------|-------------------|-------------------|--------------------|-------------------|-------------------|
| Plano de Investimentos 2017 | 1.576.989         | 1.316.690         | 654.532            | 943.906           | 1.161.423         |
| Variação %                  | 40%               | -23%              | 3%                 | 24%               | 4%                |

A diferença entre o projetado e realizado do ano de 2017 se deve pelo atraso na realização dos investimentos.

Em relação à projeção dos próximos anos, a diferença é motivada pela adequação à capacidade de investimentos da distribuidora.

### Nossa missão, visão e valores

#### Missão

Atuar no setor de energia com rentabilidade, qualidade e responsabilidade social.

#### Visão (da controladora e compartilhada com a Cemig D nos negócios aplicáveis):

Consolidar-se, nesta década, como o maior grupo do setor elétrico nacional em valor de mercado, com presença em gás, líder mundial em sustentabilidade, admirado pelo cliente e reconhecido pela solidez e performance.

#### Valores

Integridade, ética, riqueza, responsabilidade social, entusiasmo no trabalho e espírito empreendedor.

## AMBIENTE REGULATÓRIO

### *Reajuste tarifário anual*

O reajuste tarifário da Cemig D ocorre a cada mês de maio e, a cada cinco anos, conforme estabelecido em contrato, há a revisão tarifária, no mesmo mês. O reajuste tarifário tem o objetivo de repassar integralmente os custos não gerenciáveis e corrigir monetariamente os custos gerenciáveis, que foram estabelecidos na revisão tarifária. O índice de reajuste dos custos gerenciáveis é o IPCA, e sobre este valor é deduzido o fator X, para capturar a produtividade, conforme metodologia do modelo regulatório de price-cap.

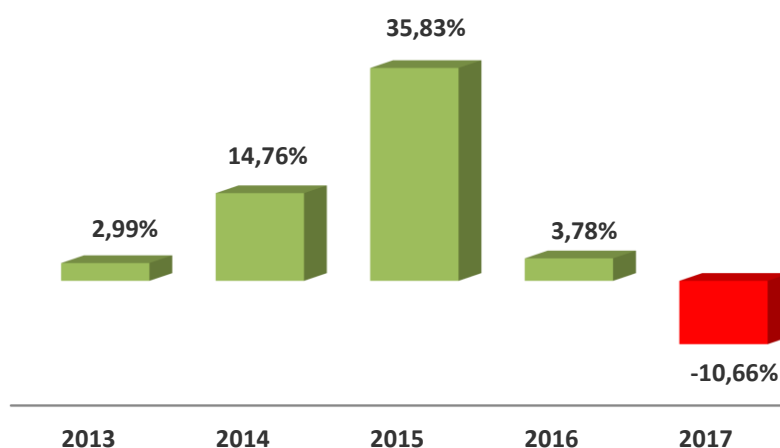
A Aneel homologou um índice médio de reajuste de -10,66% para vigorar a partir de 28 de maio de 2017, com vigência até 27 de maio de 2018.

A redução para o consumidor residencial foi de 5,67%. Para os consumidores industriais e o setor de serviços, atendidos em média e alta tensão de energia, a redução média a ser percebida foi de 21,04%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão o reajuste médio foi de -5,82%.

Do valor cobrado na fatura, 21,3% ficam na Cemig Distribuição e se destinam a remunerar o investimento, cobrir a depreciação e o custeio da Concessionária, sendo essa parcela chamada de parcela B. Os demais 78,7% são repassados para cobrir a compra da energia, encargos setoriais, encargos de transmissão, chamados de Parcela A, além dos tributos estaduais e federais.

Nos 774 municípios de Minas Gerais, onde há distribuição de energia feita pela Cemig, mais de 689 mil consumidores são rurais e cerca de 724 mil são classificados como de baixa renda. Esses clientes são beneficiados por um subsídio que os permitem pagar um valor inferior ao custo da energia consumida. No caso dos consumidores de baixa renda com consumo até 30 kWh/mês, o benefício resulta em um desconto de 65%. Para o consumo entre 31 kWh e 100 kWh, 40%, e para a faixa de 101 kWh a 220 kWh o desconto é de 10%.

### Reajustes Tarifários



### Gestão do faturamento

A implantação da leitura e impressão simultânea de conta de luz na Cemig vem atingindo resultados expressivos, sendo que 7,5 milhões de clientes já usufruem dos benefícios da leitura, impressão e entrega simultânea da conta de energia elétrica. Esse montante corresponde à totalidade dos objetivos do projeto, o qual foi desenvolvido e implantado entre junho de 2012 e dezembro de 2017.

A leitura e impressão simultânea produz reflexos diretos na satisfação dos clientes, sendo a evolução constatada nos resultados do atributo conta de energia elétrica do ISQP (índice de satisfação e qualidade percebida) 2017, onde alcançou resultado de destaque com um índice de 92,9% de satisfação.

O projeto de implantação da leitura e impressão simultânea das faturas de energia elétrica. Foi alcançada a marca de 140 mil clientes com o cadastro para receber a conta de energia por e-mail, o que representa um aumento de 65% em relação ao ano de 2016. Essa importante iniciativa de sustentabilidade também efeito direto na satisfação dos clientes proporcionando um sentimento de contribuição para a preservação do meio ambiente.

### Gestão da inadimplência e arrecadação

De forma a reduzir a inadimplência, motivada principalmente pela retração econômica, a empresa vem se utilizando de diversas ferramentas de comunicação e cobrança. Entre as medidas adotadas pela Companhia estão os contatos telefônicos, o envio de e-mail, SMS e carta de cobrança, a negativação dos clientes inadimplentes, a cobrança judicial e principalmente o corte no fornecimento de energia.

Além destas diversas ferramentas de cobrança, em 2017 a Cemig lançou uma campanha na qual ofereceu condições especiais de negociação e renegociação aos consumidores de baixa tensão, hospitais e poder público.

Como resultado do esforço da Companhia, as perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa foram de R\$228 milhões em 2017 na comparação ao valor de R\$381 milhões em 2016, uma expressiva redução de 40,16%.

Com a intensificação nas ações em 2018, a Empresa está confiante na tendência de redução dos índices de inadimplência.

### Balanço energético

As perdas totais de energia sobre a energia requerida manteve-se estável no exercício de 2017 em comparação a 2016, conforme demonstrado a seguir:

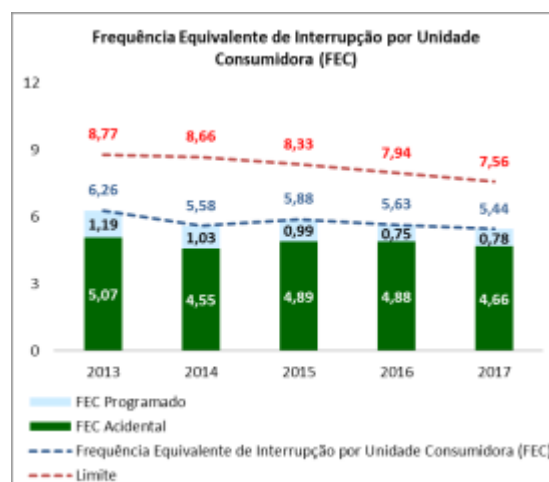
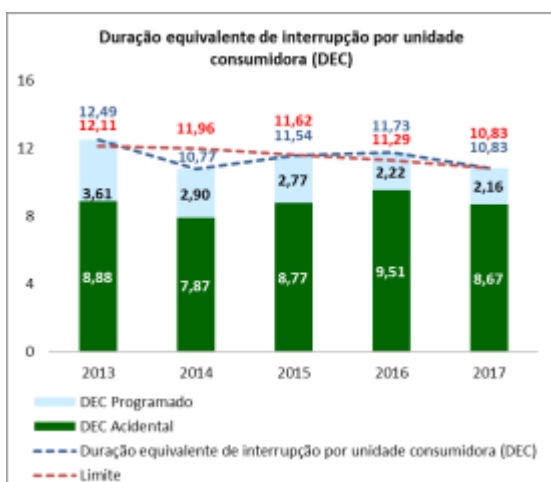
|                                 | 2017              | 2016              | 2015              | 2014              | 2013              |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| <b>Venda de energia</b>         |                   |                   |                   |                   |                   |
| Fornecimento                    | 25.090.921        | 25.885.245        | 26.415.817        | 26.973.079        | 25.609.816        |
| Consumidores livres             | 17.738.243        | 17.381.808        | 15.670.990        | 17.448.476        | 19.445.337        |
| <b>Mercado atendido</b>         | <b>42.829.164</b> | <b>43.267.053</b> | <b>42.086.807</b> | <b>44.421.555</b> | <b>45.055.153</b> |
| <b>Perdas na rede básica</b>    | <b>508.371</b>    | <b>524.805</b>    | <b>528.263</b>    | <b>465.180</b>    | <b>437.029</b>    |
| <b>Perdas na distribuição</b>   | <b>7.017.378</b>  | <b>6.198.632</b>  | <b>5.933.209</b>  | <b>5.816.560</b>  | <b>5.853.461</b>  |
| Perdas técnicas                 | 4.783.554         | 4.383.053         | 4.480.759         | 4.658.483         | 4.748.328         |
| Perdas não técnicas - PNT       | 2.233.824         | 1.815.579         | 1.452.450         | 1.158.077         | 1.105.133         |
| PNT / energia requerida total % | 4,44%             | 3,63%             | 2,99%             | 2,28%             | 2,15%             |
| <b>Perdas totais - PT</b>       | <b>7.525.749</b>  | <b>6.723.437</b>  | <b>6.461.472</b>  | <b>6.281.740</b>  | <b>6.290.490</b>  |
| PT / energia requerida total %  | 14,95%            | 13,45%            | 13,31%            | 12,39%            | 12,25%            |
| <b>Energia requerida total</b>  | <b>50.354.913</b> | <b>49.990.490</b> | <b>48.548.279</b> | <b>50.703.295</b> | <b>51.345.643</b> |



## RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES

### Qualidade no fornecimento

Os gráficos abaixo mostram a evolução dos indicadores de continuidade DEC (duração equivalente de interrupção por unidade consumidora) e FEC (frequência equivalente de interrupção por unidade consumidora). Observa-se uma melhoria contínua dos valores destes indicadores nos últimos anos, atendendo aos padrões estabelecidos pela ANEEL, demonstrando que os investimentos efetuados nas ações e iniciativas citadas para melhorar a qualidade no fornecimento de energia elétrica estão no caminho certo.



### Política de atendimento

Com o objetivo de proporcionar um atendimento de qualidade, além de facilitar o acesso aos consumidores, a Cemig disponibiliza um mix de canais de atendimento que congrega vários meios de comunicação, tanto presencial como telefônico e virtual.

A Cemig está presente em todos os 774 municípios da sua área de concessão. O atendimento presencial é realizado pela “Rede Cemig Fácil de Atendimento”, através das 145 agências e 633 postos de atendimento. Em 2017 foram registrados 8,8 milhões de contatos através deste canal.

O atendimento telefônico é realizado pelo “Fale com a Cemig”, inclusive com a disponibilização de número para atendimento a deficientes auditivos. Este canal também é responsável pelo atendimento via Redes Sociais (Facebook e Twitter) e e-mail. O número de contatos registrados em 2017 foi de 11,1 milhões.

O Cemig torpedo possibilita ao consumidor solicitar o serviço de falta de energia, consulta a débito e envio de leitura através de mensagens de texto – SMS. Em 2017 foram recebidas 2,1 milhões de mensagens.

Para os canais virtuais, destacamos o aplicativo Cemig Atende disponível para smartphones e tablets, nas plataformas Android, IOS e Windows Phone, que registrou 5,2 milhões de

contatos. Por meio das máquinas de autoatendimento (totens) foram realizados 1,2 milhões de contatos.

No site da Cemig e também através do aplicativo de serviços via Facebook e Telegram o cliente pode solicitar os serviços mais requisitados como segunda via de conta, consulta de débitos, alterar data de vencimento, cadastrar o envio da fatura por e-mail, dentre outros. A agência virtual da Cemig registrou em 2017 mais de 8,9 milhões de contatos.

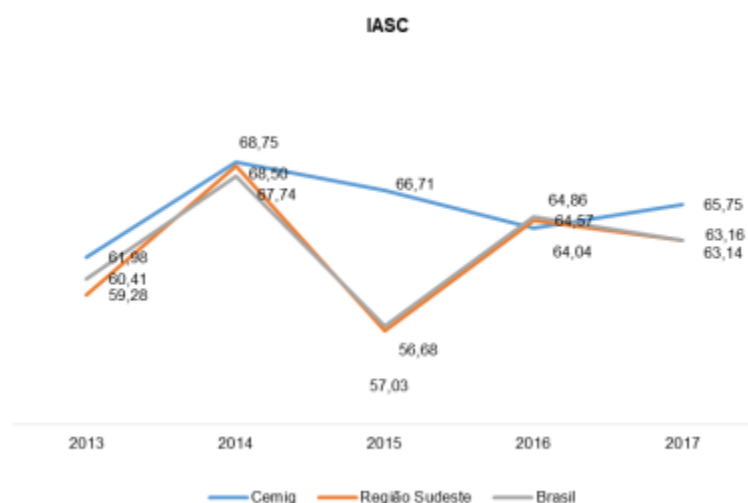
Dessa forma, a Cemig teve cerca de 37,4 milhões de atendimentos em 2017, através dos seus diversos canais, conforme demonstrado abaixo:

### Satisfação do consumidor

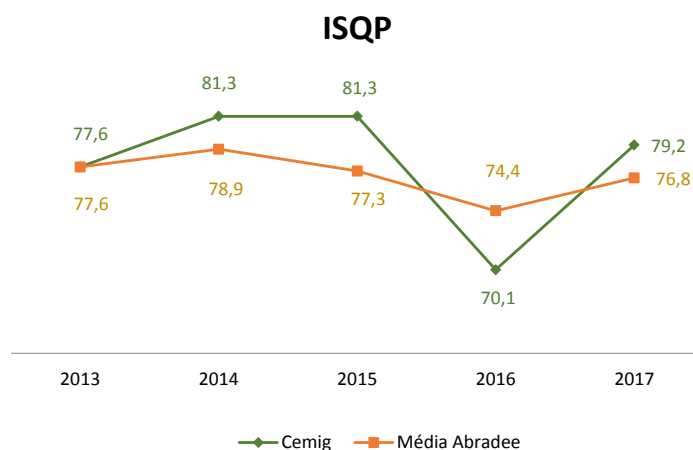
Em 2017 a Cemig D foi finalista do Prêmio IASC na categoria Região Sudeste acima de 400 mil unidades consumidoras. Com a nota de 65,75, a empresa avançou 2,67% na satisfação do cliente, posicionando-se acima da média Brasil Concessionárias (63,16) e da média da categoria região sudeste acima de 400 mil unidades consumidoras (63,14).

Com este resultado, a Cemig D ocupou o terceiro lugar entre as 10 maiores distribuidoras de energia da região sudeste e subiu 11 posições no ranking IASC Brasil, que reuniu as 68 distribuidoras participantes da pesquisa Aneel 2017.

A melhoria da Cemig D em meio à retração observada na região sudeste sinaliza a assertividade das ações empreendidas para a melhoria deste indicador.



A Cemig D também se posicionou entre as 3 melhores distribuidoras de energia acima de 500 mil consumidores da região sudeste, no Índice de Satisfação pela Qualidade Percebida – ISQP, apurado através de pesquisa realizada pela Abradee, junto aos consumidores residenciais.



A Cemig D apresentou crescimento de 9,1 pontos (13%) neste índice, passando de 70,1 em 2016 para 79,2 em 2017. A evolução positiva no ISQP também foi observada no índice de aprovação do consumidor – IAC (crescimento de 18,7 pontos em relação a 2016) e no índice de satisfação geral - ISG (crescimento de 23,3 pontos em relação ao ano anterior).

## DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

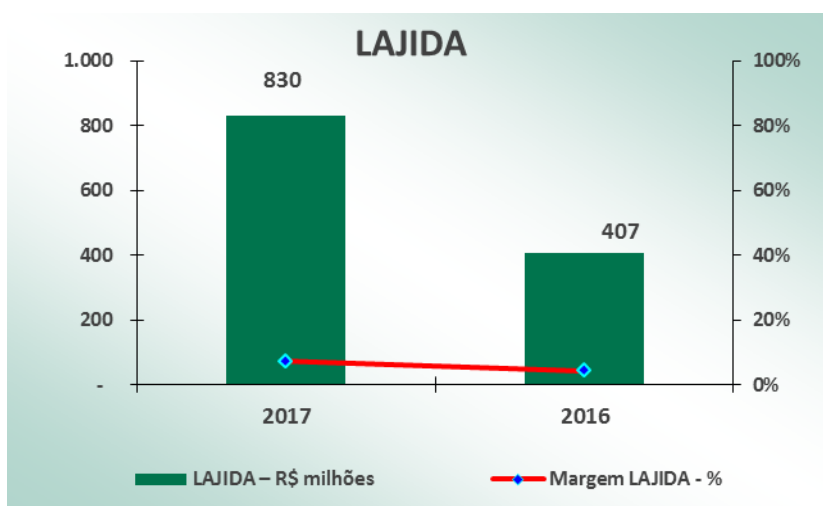
### Resultado do exercício

A Cemig Distribuição apresentou, no exercício de 2017, um prejuízo de R\$182 milhões em comparação ao prejuízo de R\$436 milhões no exercício de 2016. As principais variações na comparação dos resultados de 2017 e 2016 estão apresentadas a seguir.

### Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA da Cemig Distribuição em 2017 apresentou um crescimento de 103,93% em comparação com 2016.

| LAJIDA - milhões                      | 2017       | 2016       | Var %         |
|---------------------------------------|------------|------------|---------------|
| Resultado do exercício                | (182)      | (436)      | (58,26)       |
| + Despesa de IR e contribuição social | (64)       | (161)      | (60,25)       |
| + Resultado financeiro líquido        | 418        | 354        | 18,08         |
| + Amortização                         | 658        | 650        | 1,23          |
| <b>= LAJIDA</b>                       | <b>830</b> | <b>407</b> | <b>103,93</b> |



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações contábeis regulatórias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, pelas IFRS ou pelo MCSE, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

Em linha com o crescimento do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 4,29% em 2016 para 7,37% em 2017. As principais variações que afetaram o LAJIDA estão demonstradas na sequência destas demonstrações contábeis regulatórias.

## Receita operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

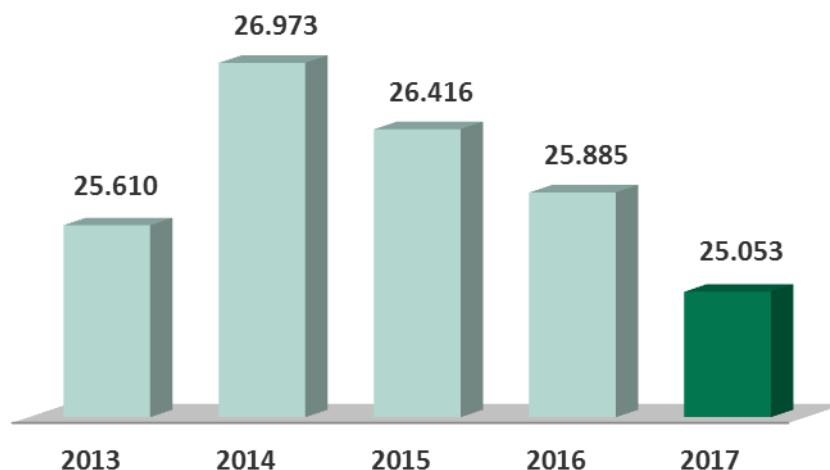
| Receita Bruta   | R\$ Mil       |                |
|---|---------------|----------------|
|   | 2017          | 2016           |
| <b>Fornecimento - faturado</b>                              | <b>9.156</b>  | <b>9.415</b>   |
| Energia elétrica de curto prazo                             | 188           | 1              |
|   | <b>8.882</b>  | <b>9.179</b>   |
| <b>Uso da rede elétrica de distribuição faturado</b>        | <b>7.300</b>  | <b>7.438</b>   |
| Consumidores cativos  | 1.582         | 1.741          |
| Consumidores livres   |               |                |
| <b>Fornecimento/suprimento/rede elétrica - não faturado</b> | <b>1.036</b>  | <b>(1.618)</b> |
| Fornecimento não faturado                                   | 48            | (166)          |
| Constituição e amortização – ativos financeiros setoriais   | 988           | (1.452)        |
| <b>Serviços cobráveis</b>                                   | <b>11</b>     | <b>6</b>       |
| <b>Subvenções vinculadas ao serviço concedido</b>           | <b>1.025</b>  | <b>1.001</b>   |
| Outras receitas   | 139           | 123            |
| <b>Total</b>  | <b>20.437</b> | <b>18.107</b>  |

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica (compreende a receita de fornecimento faturado e não faturado e receita com consumidores cativos e livres) foi de R\$19.074 milhões em 2017, em comparação a R\$16.976 milhões em 2016, representando um aumento de 12,87%. Os principais impactos na receita em 2017 decorreram dos seguintes fatores:

- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,78%, aplicável a partir de 28 de maio de 2016 (efeito integral em 2017);
- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 10,66% negativos, aplicável a partir de 28 de maio de 2017;
- variação do resultado dos ativos financeiros setoriais que representou um aumento de receita no montante de R\$988 milhões em 2017 comparado ao aumento de despesa no montante de R\$1.452 milhões em 2016. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com energia adquirida em leilão em 2017 (em 2016 ocorreu uma redução nos custos), em relação aos custos utilizados como base para as tarifas, o que gerou um ativo financeiro para a Companhia, que representa o montante a ser restituído pelos consumidores no próximo reajuste tarifário;
- aumento das receitas com bandeiras tarifárias, sendo R\$454 milhões em 2017, em comparação a R\$360 milhões em 2016. Essa variação decorre, principalmente, da baixa do nível dos reservatórios, com acionamento das bandeiras amarela e vermelha, o que levou a maior cobrança, em 2017, de encargos adicionais relacionados às bandeiras;

As variações anuais no fornecimento de energia elétrica podem ser observadas no gráfico a seguir:

### GWh faturados - consumidores finais



| Composição do fornecimento por classe de consumo | MWh Mil (1)   |               |               |
|--|---------------|---------------|---------------|
|  | 2017          | 2016          | Var %         |
| Residencial                                      | 10.008        | 9.916         | 0,93          |
| Industrial                                       | 2.611         | 3.195         | (18,28)       |
| Comércio, serviços e outros                      | 5.253         | 5.712         | (8,04)        |
| Rural  | 3.648         | 3.575         | 2,04          |
| Poder público                                    | 866           | 886           | (2,26)        |
| Iluminação pública                               | 1.367         | 1.350         | 1,26          |
| Serviço público                                  | 1.300         | 1.252         | 3,83          |
| <b>Total</b>                                     | <b>25.053</b> | <b>25.886</b> | <b>(3,22)</b> |

(1) Informações sobre MWh não foram auditadas pelos auditores independentes.

Destaca-se a redução de 18,28% na quantidade de energia vendida para o segmento industrial e 8,04% na quantidade de energia vendida para o segmento comercial. Estas variações ocorreram, principalmente em função da migração de consumidores cativos para o ambiente livre e, em menor parte, dos efeitos relacionados aos níveis de atividade econômica em 2017, com impactos diretos no consumo de energia por esses segmentos.

Em contrapartida, observou-se um crescimento de 2,04% na classe de consumo rural decorrente, principalmente, da maior atividade de irrigação e agropecuária aliado ao crescimento da base de consumidores e crescimento de 3,83% na classe de serviço público em função da incorporação de unidades consumidoras e aumento no consumo de consumidores de média e alta tensão do ramo de atividade captação, tratamento e distribuição de água.

## **Receita de uso da rede – consumidores livres**

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. Em 2017, essa receita correspondeu ao montante de R\$1.582 milhões, comparada a R\$1.741 milhões em 2016, o que representou redução de 9,13%.

Os principais impactos na receita de uso da rede em 2017 decorreram dos seguintes fatores:

- redução de 0,52% na tarifa para os consumidores livres devido ao reajuste tarifário anual de 28 de maio de 2016, efeito integral em 2017;
- aumento de 10,92% no volume de energia distribuída devido, principalmente, à retomada de produção do setor Ferroligas em 2016;
- redução de aproximadamente 40% da TUSD, ocorrida no reajuste tarifário anual de 2017, aplicada à partir de 28 de maio de 2017.

## **Ativos financeiros setoriais**

A Companhia reconhece em suas demonstrações contábeis regulatórias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a conta de desenvolvimento energético - CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados nos próximos reajustes tarifários da Cemig D, o que representou um aumento da receita de R\$988 milhões em 2017, em comparação a uma redução da receita de R\$1.452 milhões em 2016. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com energia adquirida em leilão em 2017 (em 2016 ocorreu uma redução nos custos), em relação aos custos utilizados como base para as tarifas, o que gerou um ativo financeiro para a Companhia, que representa o montante a ser restituído pelos consumidores no próximo reajuste tarifário.

Vide mais informações na nota explicativa nº 13 das demonstrações contábeis regulatórias.

## **Demais receitas operacionais**

As outras receitas da Companhia apresentaram aumento de 4,07% nos períodos comparados (R\$1.175 milhões em 2017 e R\$1.129 milhões em 2016).

## **Impostos e encargos incidentes sobre a receita**

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$9.177 milhões em 2017 comparados a R\$8.620 milhões em 2016 representando um aumento de 6,46% decorrente dos fatores destacados a seguir:

### Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$1.750 milhões em 2017 comparados a R\$2.040 milhões em 2016. Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

### Encargos do consumidor bandeiras tarifárias

Houve um crescimento dos encargos do consumidor relacionados às bandeiras tarifárias, sendo R\$454 milhões em 2017, em comparação a R\$360 milhões em 2016, em função da baixa do nível dos reservatórios, com acionamento das bandeiras amarela e vermelha, o que levou a maior cobrança, em 2017, de encargos adicionais relacionados às bandeiras.

### ICMS

A despesa com ICMS foi de R\$4.951 milhões em 2017 comparados a R\$4.409 milhões em 2016. Essa variação decorre principalmente da adesão ao Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais, para quitação do ICMS, cujos efeitos foram reconhecidos no resultado de 2017 sendo R\$532 milhões registrados como deduções à receita, R\$31 milhões registrados como despesa financeira e R\$1 milhão registrado como despesa operacional.

Mais informações na nota explicativa nº 16 destas demonstrações contábeis regulatórias.

### Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da variação da receita.

### ***Custos não gerenciáveis – parcela “A”***

#### Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$6.783 milhões em 2017 comparados a R\$5.260 milhões em 2016, um crescimento de 28,95%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- aumento de 38,86% na despesa com energia adquirida em leilão, que foi de R\$3.591 milhões no exercício de 2017, comparados a R\$2.586 milhões no exercício de 2016, decorrente, principalmente, do acionamento das usinas termelétricas em 2017 em



função do baixo do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas do sistema, com o consequente aumento dos gastos com combustível dessas usinas;

- aumento de 8,65% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, que foi de R\$1.243 milhões no exercício de 2017, comparados a R\$1.144 milhões no exercício de 2016. Essa variação decorre, principalmente, do aumento da tarifa, que era de U\$25,78/kW/mês em 2016 e passou para U\$28,73/kW/mês, a partir de janeiro de 2017;
- aumento de 88,53% na despesa com energia de curto prazo, que foi R\$1.282 milhões em 2017 comparado a R\$680 milhões em 2016, decorrente, basicamente, da variação do valor médio do PLD - Preço de liquidação por diferenças (R\$94,16/MWh em 2016 e R\$324,17/MWh em 2017).

Este é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Ver mais informações na nota explicativa nº 24.

#### Encargos de uso da rede de transmissão

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R\$1.002 milhões em 2017 comparados a R\$760 milhões em 2016, representando um crescimento de 31,84%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de resolução pela ANEEL.

Este é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

#### ***Custos gerenciáveis – parcela “B”***

Os custos gerenciáveis – parcela “B” foram de R\$3.302 milhões em 2017 em comparação com R\$3.709 milhões em 2016, representando uma redução de 10,97%. Os itens que apresentaram as maiores variações estão apresentados abaixo:

#### Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$469 milhões em 2017 comparados a R\$544 milhões em 2016.

Destaca-se a redução das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa, que foram de R\$228 milhões em 2017 em comparação a R\$381 milhões em 2016, principalmente em função das ações em 2017 para recebimento dos créditos em atraso.

Em contrapartida, com relação às provisões para contingências, destaca-se o crescimento das provisões trabalhistas, que foram de R\$175 milhões em 2017 em comparação a R\$92 milhões em 2016. O aumento no montante provisionado decorre, principalmente, das

reavaliações de perda de diversas ações em função da mudança na fase processual para execução provisória, relativamente às ações onde se discute a base de cálculo da periculosidade e isonomia por terceirização ilícita e responsabilidade subsidiária/solidária. Mais informações na nota explicativa nº 25.

### Despesa com pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$946 milhões em 2017 comparados a R\$1.387 milhões em 2016, representando redução de 31,80%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- reajuste salarial de 8,50% a partir de novembro de 2016, em função de Acordo Coletivo (efeito integral em 2017);
- reconhecimento das despesas com o programa de desligamento voluntário de pessoal, nos montantes de R\$157 milhões em 2017 e R\$64 milhões em 2016;
- reajuste salarial de 1,83% a partir de novembro de 2017, em função de Acordo Coletivo;
- redução de 15,30% no número médio de empregados, sendo 4.854 em 2017 em comparação a 5.731 em 2016.

### Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional representou uma reversão de despesa no montante de R\$180 milhões em 2017 em comparação a uma despesa de R\$231 milhões em 2016.

Este resultado decorre das modificações no seguro de vida, que implicaram na redução do capital segurado na apólice dos aposentados em 20% a cada 5 anos, a partir de 60 anos, até o mínimo de 20%, representando uma redução de R\$448 milhões nas obrigações pós-emprego registradas em 31 de dezembro de 2017, em contrapartida ao resultado. Mais detalhes na nota explicativa nº 19 destas demonstrações contábeis regulatórias.

### **Resultado financeiro líquido**

O resultado financeiro líquido em 2017 foi uma despesa financeira líquida de R\$418 milhões comparada a uma despesa financeira líquida de R\$354 milhões em 2016. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- redução de 25,22% nos encargos de empréstimos e financiamentos, sendo R\$516 milhões em 2017 comparados a R\$690 milhões em 2016. Este resultado decorre, principalmente da menor variação do CDI, que foi de 9,93% em 2017 em comparação a 14,06% em 2016;

- redução do resultado líquido de variações cambiais sendo receita líquida de R\$4 milhões em 2017 comparado à receita líquida de R\$25 milhões em 2016. Este resultado decorre, substancialmente, da variação do dólar (valorização de 1,5% em 2017 e desvalorização de 16,54% em 2016);
- redução de 57,65% nas despesas de variações monetárias de empréstimos e financiamentos sendo R\$72 milhões em 2017 comparados a R\$170 milhões em 2016. Este resultado decorre da menor variação do IPCA no período (2,95% em 2017 em comparação a 6,29% em 2016);
- aumento da despesa de variação monetária relativa aos saldos de ativos e passivos financeiros setoriais e outros componentes financeiros, sendo despesa líquida de R\$41 milhões em 2017 comparados a receita líquida de R\$470 milhões em 2016. O resultado apurado em 2016 foi impactado pelos efeitos do ajuste relativo à homologação da CVA pela ANEEL, ocorrida em maio de 2016.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 26 destas demonstrações contábeis regulatórias.

#### **Imposto de renda e contribuição social**

A Cemig Distribuição apurou, em 2017, créditos com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$64 milhões em relação ao prejuízo antes dos impostos de R\$246 milhões.

Em 2016, a Companhia apurou créditos com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$161 milhões em relação ao prejuízo antes dos impostos de R\$597 milhões.

As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 11 das demonstrações contábeis regulatórias.

#### **Liquidez e recursos de capital**

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de linhas e redes de distribuição existentes.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apresentou capital circulante líquido no valor de R\$107 milhões. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades.

### Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2017 totalizaram R\$521 milhões, em comparação a R\$426 milhões em 31 de dezembro de 2016, e não foram mantidos em outras moedas que não o Real.

### Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais em 2017 e 2016 totalizou R\$116 milhões e R\$1.426 milhões, respectivamente. A redução do caixa gerado pelas atividades operacionais em 2017, em comparação a 2016, deve-se, principalmente, ao aumento na saída de caixa em 2017 para cobrir os custos não gerenciáveis da parcela A, considerando a maior despesa com energia elétrica verificada em 2017 em função principalmente da baixa dos níveis dos reservatórios com consequente queda no armazenamento do sistema e acionamento de termelétricas resultando na elevação do preço da energia. Adicionalmente, ocorreram saídas de recursos no montante de R\$282 milhões para amortização de parcelas do plano de regularização fiscal implementado pelo Governo Estadual.

### Fluxo de caixa consumido nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2017 e 2016 totalizou, respectivamente, R\$944 milhões e R\$1.018 milhões. A redução nos valores consumidos nas atividades de investimento em 2017, em comparação ao exercício anterior, decorre, principalmente, do resgate de recursos aplicados em títulos e investimentos temporários em 2017 na comparação às aplicações de recursos em 2016.

### Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento durante 2017 totalizou R\$924 milhões, decorrente do recebimento de R\$1.500 milhões a título de Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC, parcialmente compensados pela amortização de R\$566 milhões de empréstimos e financiamentos.

O fluxo de caixa consumido pelas atividades de financiamento durante 2016 totalizou R\$301 milhões, decorrente da amortização de R\$2.873 milhões de empréstimos e financiamentos e o pagamento de R\$87 milhões em dividendos e juros sobre o capital próprio, parcialmente compensados pela captação de R\$2.250 milhões de empréstimos e financiamentos.

### ***Política de captação de recursos e gestão da dívida***

O histórico do endividamento da Cemig D é como segue:

| Empresa | 31/12/2011 | 31/12/2012 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2015 | 31/12/2016 | 31/12/2017 |
|---------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Cemig D | 3.511.222  | 4.609.630  | 5.247.919  | 6.048.250  | 7.020.042  | 6.198.251  | 5.682.691  |

A empresa se manteve no firme propósito de alongar a dívida, cujos vencimentos se concentravam fortemente no curto prazo, refletindo o difícil acesso a fontes de recursos de mais longo prazo. O esforço de redução do serviço da dívida no curto prazo era fundamental para o equilíbrio do fluxo de caixa da Cemig D.

A Cemig D realizou ao longo do ano uma negociação construtiva com seus principais bancos credores, visando à substituição de dívidas que venciam a partir de 2017 por novas dívidas com amortizações programadas para ocorrer em 36 parcelas mensais a partir de julho de 2019. Ao final de dezembro, foi concluído o reperfilamento de suas dívidas, através de uma emissão de debêntures da Cemig D, no valor de R\$1.576 milhões e de aditivos a operações de crédito da Cemig D (R\$500 milhões com o Banco do Brasil e R\$625 milhões com a Caixa Econômica Federal), no valor total de, aproximadamente, R\$2,7 bilhões. O reperfilamento da dívida da Cemig D teve um custo de 146,5% da variação do CDI. Todas as dívidas contaram com garantias reais e a obrigação de amortização antecipada vinculada à venda de ativos da Cemig GT e da Companhia.

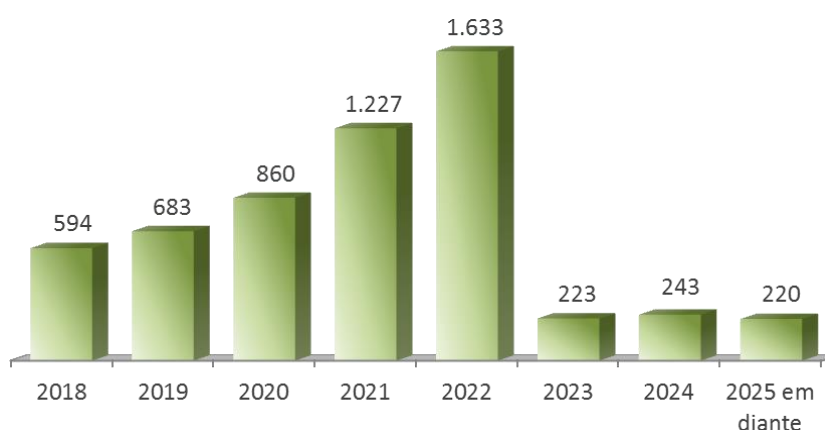
Tanto as debêntures e os aditivos às operações bilaterais de empréstimo, todos objeto do reperfilamento da dívida, contam com covenants financeiros restritivos que limitam a capacidade de endividamento da Companhia. A Companhia entende, entretanto, que a manutenção das iniciativas de desalavancagem e eficiência operacional assegurarão o cumprimento desses covenants financeiros.

Os detalhes das captações de recursos da Companhia, incluindo os custos e os prazos, estão presentes na nota explicativa nº 17 das demonstrações contábeis regulatórias.

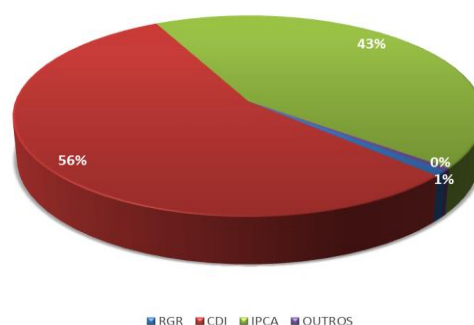
Com o reperfilamento mencionado, a Companhia equilibrou o seu fluxo de caixa, mais que dobrou o prazo médio de suas dívidas e aprimorou a sua qualidade de crédito.

O cronograma de amortizações da dívida pode ser visto no gráfico a seguir:

### Posicionamento em dezembro/2017 (R\$ milhões)



A composição da dívida da Companhia é reflexo das fontes de recursos à disposição das suas subsidiárias através de papéis referenciados à taxa de juros local, bem como de sua intenção de evitar a exposição da dívida à moeda estrangeira.



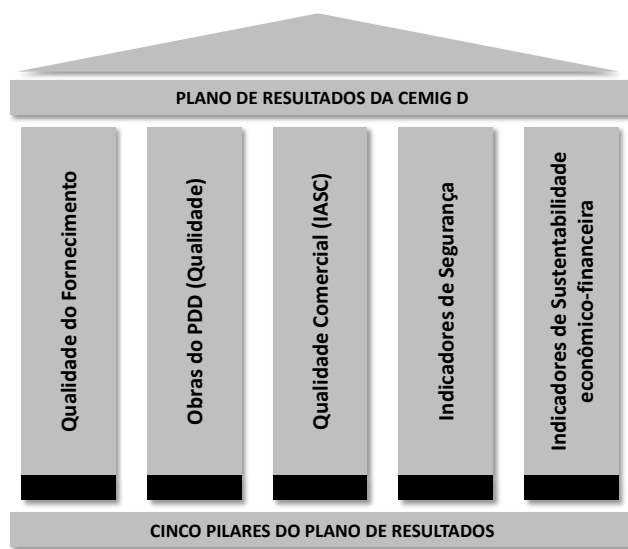
No ano de 2017, as agências de classificação de risco realizaram movimentos de *rating* da Cemig D com base em suas percepções sobre o andamento dos planos de desinvestimentos e de reperfilamento da dívida. Questões como a significativa concentração de vencimentos de dívida para o fim de 2017, a retração da demanda por eletricidade em virtude da recessão no Brasil e o término de algumas de suas concessões de geração, foram apontados como motivadores para certos rebaixamentos. Por outro lado, a diversificada e relevante base de ativos e investimentos, como forma de diluir o risco de negócios, bem como a posição de mercado ainda sólida foram vistos como mitigadores do risco.

Em maio, manteve o rating BBB(bra) em escala nacional para a Cemig D, a Fitch, pela primeira vez, atribuiu o rating em escala global (B+) para a Companhia. Já a Moody's rebaixou, em junho, o rating da Companhia de Baa1.br para Ba1.br na classificação nacional e de B1 para B2 na classificação global, e, em outubro, rebaixou, novamente, o rating de Ba1.br para B2.br na classificação nacional e de B2 para B3 na classificação global.

A Companhia espera uma melhoria nos ratings da Companhia em 2018 em função das ações realizadas em 2017 para melhoria do perfil do endividamento.

## INVESTIMENTOS

Diversas ações estão em curso para garantir a adequação da Cemig D à cobertura regulatória. A Cemig Distribuição elaborou seu Plano de Resultados, tendo apresentado o documento à ANEEL, por meio do qual se compromete a buscar a melhoria da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, especialmente quanto à observação da regulamentação setorial. O Plano de Resultados está sustentado em cinco pilares conforme segue:



### Plano de desenvolvimento da distribuição – PDD

#### Investimentos no sistema elétrico:

Os investimentos realizados no sistema elétrico da Cemig D, no ciclo tarifário 2013-2017, corresponderam a um montante da ordem de R\$5,1 bilhões. Em 2017, os investimentos realizados foram de R\$2.206 milhões, sendo R\$551 milhões no sistema de distribuição de alta tensão, R\$1.116 milhões no sistema de distribuição de média e baixa tensão e R\$539 milhões em outros projetos.

## Evolução e Projeção dos Investimentos

| Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil | R\$ Mil Nominais |                |                  | R\$ Mil em moeda constante de 31/12/2017 |                |                  |                  |                |
|--|------------------|----------------|------------------|--|----------------|------------------|------------------|----------------|
|  | 2015 Realizado   | 2016 Realizado | 2017 Realizado   | 2018 Projetado                           | 2019 Projetado | 2020 Projetado   | 2021 Projetado   | 2022 Projetado |
| <b>AIS Bruto</b>                                 | <b>995.238</b>   | <b>919.426</b> | <b>2.205.860</b> | <b>1.009.947</b>                         | <b>673.681</b> | <b>1.174.704</b> | <b>1.211.037</b> | <b>996.716</b> |
| Transformador de Distribuição                    | 269.451          | 174.592        | 378.522          | 173.826                                  | 114.927        | 123.626          | 110.537          | 108.501        |
| Medidor  | 78.937           | 59.370         | 93.020           | 137.745                                  | 104.097        | 110.401          | 112.639          | 126.381        |
| Redes Baixa Tensão (<2,3kV)                      | 390.676          | 387.178        | 1.111.648        | 521.478                                  | 344.781        | 370.877          | 331.610          | 325.502        |
| Redes Média Tensão (2,3kV a 44kV)                | 279              | 1.398          | 1.848            | -  | -              | -                | 11.762           | -              |
| Redes Alta Tensão (69kV)                         | 37.274           | 28.005         | 19.762           | 1.060                                    | -              | 41.633           | 4.125            | -              |
| Redes Alta Tensão (88kV a 138kV)                 | 76.390           | 87.358         | 203.220          | 76.186                                   | 28.509         | 237.646          | 304.483          | 243.575        |
| Redes Alta Tensão (>= 230 kV)                    | -                | -              | 2.422            | -  | -              | -                | -                | -              |
| Subestações Média Tensão (primário 30kV a 44kV)  | 47               | 863            | 4.527            | -  | -              | -                | 10.637           | -              |
| Subestações Alta Tensão (primário de 69kV)       | 33.313           | 16.097         | 39.386           | 15.000                                   | 174            | 3.859            | 14.850           | -              |
| Subestações Alta Tensão (primário 88kV a 138kV)  | 70.514           | 115.024        | 284.561          | 69.020                                   | 67.030         | 272.270          | 295.533          | 188.435        |
| Subestações Alta Tensão (primário >=a 230kV)     | 59               | 443            | 11               | -  | -              | -                | -                | -              |
| Demais Máquinas e Equipamentos                   | 38.298           | 49.098         | 66.933           | 15.632                                   | 14.163         | 14.392           | 14.861           | 4.322          |

## GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Conselho de Administração da Companhia é composto de 15 membros efetivos e igual número de suplentes, indicados pelos acionistas. O Estatuto Social contempla mandato unificado de dois anos, podendo os conselheiros serem reeleitos ao término do mandato. Em 2017, foram realizadas 32 reuniões para deliberação sobre diversos assuntos como planejamento estratégico e orçamentário, projetos de investimento e aquisições, entre outros.

Conta ainda com 6 Comitês que apoiam o Conselho de Administração, cuja finalidade é assegurar objetividade, consistência e qualidade do processo decisório, analisando com profundidade as matérias de sua especialidade e emitindo sugestões de decisões ou ações e pareceres ao Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal é permanente e constituído de 5 membros e, como constituído, atende aos requisitos de isenção da constituição de um comitê de auditoria em conformidade ao Securities Act e Lei Sarbanes-Oxley. Em 2017 foram realizadas 13 reuniões do Conselho Fiscal

## RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

As políticas da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses e perda de independência ou objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.



É adotado o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. Procedemos, em 2017, à troca dos nossos auditores. No exercício de 2016 nossos auditores foram a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes que permaneceram até o final da auditoria das informações financeiras intermediárias de 31 de março de 2017, arquivadas na CVM em 15 de maio de 2017. A partir das informações intermediárias de junho de 2017, nossos auditores passaram a ser a Ernst & Young Auditores Independentes S.S que são responsáveis pela auditoria de nossas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Companhia foram como segue:

| Serviços  | 2017       | % em relação à auditoria | 2016       | % em relação à auditoria |
|---|------------|--------------------------|------------|--------------------------|
| Serviços de Auditoria:                                  |            |                          |            |                          |
| Auditoria de demonstrações financeiras                  | 868        | 100                      | 450        | 100                      |
| Revisão de ECF e das provisões trimestrais de IR e CSSL | 45         | 5,18                     | 17         | 4                        |
| <b>Total</b>  | <b>913</b> | <b>105,18</b>            | <b>467</b> | <b>104</b>               |

Os serviços adicionais foram contratados em conjunto com os serviços de auditoria externa e são restritos a revisão dos procedimentos tributários adotados pela Companhia, não representando nenhum tipo de consultoria, planejamento tributário ou conflito de interesse.

Deve ser ressaltado que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes, incluindo o mencionado acima, é obrigatoriamente aprovado de forma prévia pela Diretoria e Conselho de Administração, sendo observada a eventual existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e Instrução CVM nº 381/2003.

## AUDITORIA E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Em 2017, as áreas responsáveis pela Gestão de Riscos Corporativos e por Compliance foram reorganizadas na Companhia e, junto com a área responsável pelo Planejamento Estratégico, hoje se subordinam à Superintendência de Planejamento e Gestão da Estratégia, Riscos e Compliance, ligadas diretamente à Presidência da Empresa.

A superintendência coordena o Comitê de Monitoramento de Riscos Corporativos e é responsável por desenvolver e implementar políticas e procedimentos para manter o nível de exposição a riscos dentro de um patamar planejado, zelar pela conformidade com leis e regulamentos, zelar pela conduta ética de nossos profissionais, coordenar e dar suporte às atividades corporativas de compliance e gestão de riscos, elevando esses processos a um novo patamar.

O Comitê de Monitoramento de Riscos Corporativos contribui para a gestão de riscos na medida em que recomenda diretrizes e procedimentos a serem adotados no processo de monitoramento de riscos corporativos, monitora continuamente o cenário em que a empresa está inserida e a matriz de riscos corporativos da empresa, recomendando ações de tratamento; e ainda acompanha a estrutura de controles internos e ações tomadas para

minimizar a ocorrência de eventos que comprometam a realização dos objetivos estratégicos da Cemig.

Destaca-se, em 2017, a aprovação, pelo Conselho de Administração, da Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos e da matriz de riscos da Companhia, abrangendo os negócios holding, distribuição, geração, transmissão e comercialização.

#### *Política Antifraude*

Em 2017, a Companhia revisou a Política Antifraude, explicitando a vedação de realizar doações de qualquer espécie, direta ou indireta, de dinheiro ou estimável em dinheiro, bens, serviços, inclusive por meio de publicidade, que tenham objetivo político com favorecimento a partidos políticos ou seus afiliados, estando estes ou não em ativa militância. Esta Política se aplica à CEMIG e suas subsidiárias integrais e controladas e está alinhada às exigências da Lei Federal 9.504/1997, de 30 de setembro de 1997, “Lei das Eleições”.

A Companhia dispõe também de canal de denúncias anônimas, ouvidoria e comissão de ética, os quais instrumentalizam o registro e tratamento de eventuais irregularidades ou dilemas éticos afetos às suas operações. Todas as denúncias são avaliadas, e após a concluídas são disponibilizadas aos denunciantes.

O canal de denúncias da Cemig preserva 100% do anonimato dos denunciantes. Por meio dele, podem ser reportadas situações consideradas de caráter discriminatório.

## **GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO**

O investimento constante em inovação, tecnologia e eficiência, aliados ao pioneirismo é historicamente na Cemig D um determinante para seu posicionamento no mercado.

Para alavancar sua missão, a Cemig D utiliza como uma de suas ferramentas a gestão estratégica em tecnologia que possui dois direcionadores; a coordenação do programa de pesquisa e desenvolvimento e o investimento em seu desenvolvimento tecnológico, incluindo aqui a consolidação de parcerias bem sucedidas.

### **Programa de pesquisa & desenvolvimento**

Nos últimos 3 anos a Cemig Distribuição investiu mais de 24,8 milhões de reais em projetos de P&D, em diversos temas. Somente em 2017, foram executados mais de 30 projetos de pesquisa e desenvolvimento com investimentos de mais de 2,5 milhões de reais.

Destacam-se os projetos:

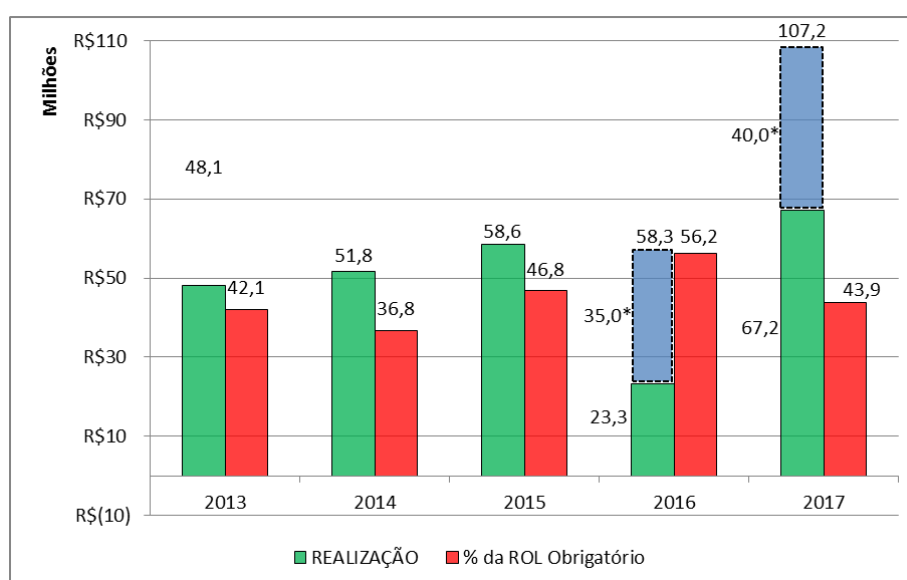
- Prospecção tecnológica para o setor elétrico;
- Arranjos técnicos e comerciais para o desenvolvimento do biogás na matriz energética brasileira;

- Desenvolvimento de tecnologias associadas: cogeração no setor cimenteiro, tecnologias de gaseificação aplicável a resíduos; tecnologia PVT (painel fotovoltaico térmico);
- Metodologias para: mapeamento de energia da biomassa em Minas Gerais (Atlas de Biomassa), previsão de ventos, modelagem de planejamento energético e gestão da informação;
- Tecnologia de realidade virtual aplicada ao setor elétrico.

### Programa de eficiência energética

A Cemig, por meio do programa de eficiência energética vem desenvolvendo projetos com o objetivo de orientar corretamente a população sobre o correto uso da energia elétrica desde a década de 80.

A legislação específica regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em vigor, determina a aplicação por parte da distribuidora de um percentual de 0,4% da receita operacional líquida em projetos de eficiência energética.



*\*Foram disponibilizados R\$ 35 milhões na chamada pública de projetos 2016, elevando o valor total disponibilizado para projetos de eficiência energética para R\$ 59,5 milhões.*

## RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Cemig possui a política de comunicação com a comunidade e o plano de comunicação da empresa que juntos integram o conjunto de estratégias de comunicação adotadas pela Companhia no relacionamento com as comunidades, direcionando o diagnóstico socioambiental, elaborado para cada projeto ou programa.

Em todas as interações da empresa há o cuidado de se respeitar e ouvir aqueles que são afetados por alguma atividade ou têm contato direto com a Cemig.

Alguns projetos de destaque no ano de 2017 são:

Programa de subvenção e apadrinhamento: O programa de apadrinhamento consiste na arrecadação de doações de terceiros (padrinhos) em favor das instituições, por meio da conta de energia elétrica, sendo essas doações repassadas integralmente, via depósito bancário. Os padrinhos que se inscrevem no programa podem escolher quais instituições cadastradas beneficiar e o valor a ser arrecadado na conta de luz. Em 2017 o número de instituições cadastradas chegou a 387 sendo que, deste universo, 207 entidades arrecadaram mensalmente, resultando R\$ 60,83 milhões em doações no ano.

Programa AI6%: o programa incentiva empregados e aposentados a repassarem 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA).

A Campanha 2017/2018 do AI6% envolveu a participação de 1.197 empregados que, voluntariamente, destinaram R\$ 620 mil, com o intuito de beneficiar crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, atendidos por 167 instituições.

A Cemig D também destinou parte do imposto de renda devido para os mesmos FIAs. O valor investido pela empresa foi de R\$ 170 mil. No total, foram destinados R\$ 790 mil para entidades distribuídas em 94 municípios da área de atuação da Companhia.

Programa Energia Inteligente: traduz a preocupação da Cemig em atender os clientes com qualidade e orientá-los sobre o uso correto e racional da energia elétrica. O investimento realizado em 2017 foi superior a R\$ 69 milhões, com uma economia de energia de 24.931 MWh/ano e redução de demanda de ponta de 9.507 kW nos setores residencial, rural e comercial e serviços.

Programa Campos de Luz II: tem como objetivo a instalação de iluminação elétrica em 250 campos de futebol amador e em 50 quadras poliesportivas, visando proporcionar a melhoria da qualidade de vida e a inclusão social de comunidades carentes com a prática de atividades esportivas, lazer e culturais, principalmente no período noturno.

O investimento programado é da ordem de R\$ 15 milhões, e será utilizado para a elaboração dos projetos de iluminação, a aquisição dos materiais e a execução das obras. Dos 300 campos/quadras a serem iluminados, previstos no projeto, 100 foram concluídos e 90 encontram-se em execução. Foram investidos R\$ 6 milhões em 2017.

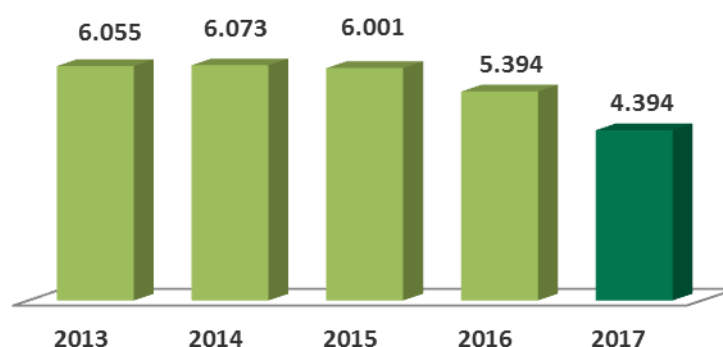
## Recursos humanos

A Cemig Distribuição considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, adota as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

### Quadro de empregados

Diante da realidade imposta pelas atuais condições de regulação do setor de energia, a Cemig D segue trabalhando em busca de mais eficiência e maior alinhamento com as referências do setor. Em 2016 e em 2017 foram lançados programas de desligamento voluntário programado – PDVP 2016 e PDVP 2017 com o total de 925 desligamentos ocorridos em 2017. A Cemig D vem apresentando uma redução no quadro de empregados nos últimos 5 anos, passando de 6.055 empregados em 2013 para 4.394 em 2017, conforme apresentado no gráfico a seguir:

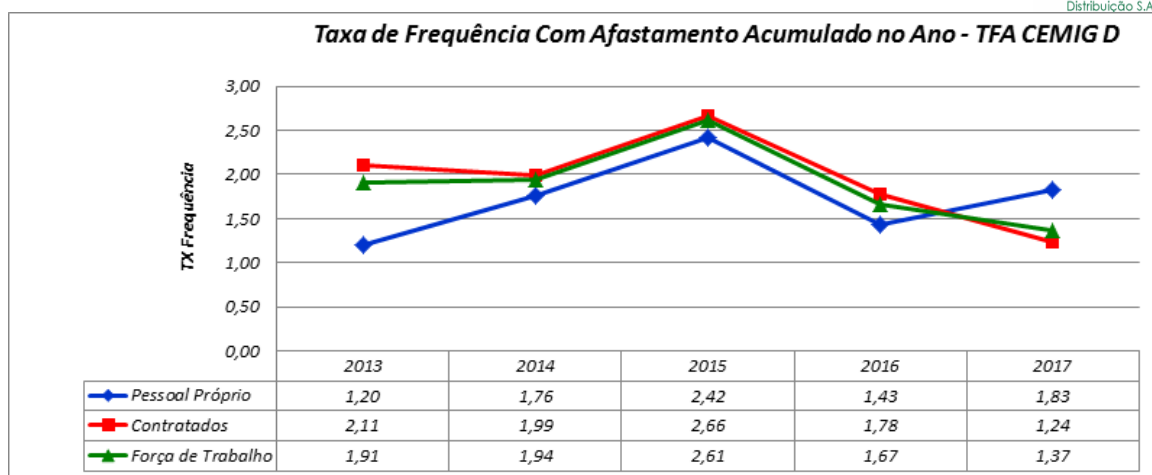
### Quantidade de empregados



### Saúde, higiene e segurança do trabalho

Em decorrência das diversas ações e programas da Companhia voltados às questões de Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho, os indicadores de acidentes apresentaram uma redução significativa nos últimos anos. Em 2017, a Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento – TFA, relativa à força de trabalho, fechou em 1,37 acidentes por 1 milhão de horas trabalhadas, 17,96% menor que em 2016, ficando 31,5% abaixo do limite de 2,00, estabelecido pela empresa.

Essa redução se deveu aos bons resultados obtidos com a mão de obra contratada, cuja TFA reduziu 30,34% em 2017 comparados a 2016.



### UniverCemig

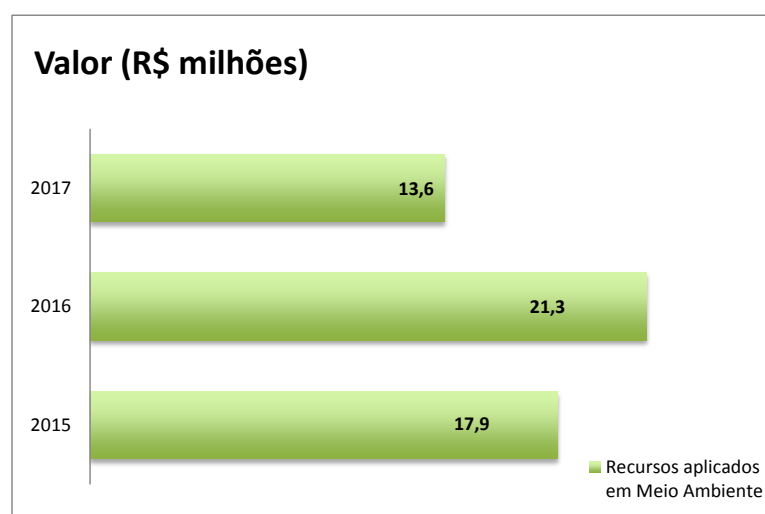
Responsável pela capacitação e desenvolvimento dos empregados da Cemig, a UniverCemig constrói soluções educacionais, ministra os treinamentos internos, contrata treinamentos externos e no exterior, além de fazer a gestão dos cursos de pós-graduação e idiomas. Além disso, atende cursos para outras empresas, principalmente empreiteiras fornecedoras da distribuição.

A UniverCemig realizou, em 2017, 209.926 homens-hora de treinamento para os empregados do quadro próprio da Cemig, com 10.788 participações e contabilizou 35,52 horas de treinamento por empregado. Para empregados de outras empresas foram 3.260 participações e 91.658 homens-hora de treinamento.

Por fim, o ano de 2017 ficará marcado na história da UniverCemig com a comemoração do 50º aniversário, comemorado no dia 22 de maio.

### **Meio Ambiente**

Em 2017, o valor total aplicado pela Cemig Distribuição em meio ambiente foi de R\$ 13,6 milhões.



### Licenciamento ambiental

O licenciamento ambiental contribui para a efetiva regularidade dos empreendimentos da Companhia, sendo conduzido de forma a assegurar a análise adequada de todos os estudos e relatórios desenvolvidos, o atendimento aos órgãos ambientais competentes e à legislação aplicável.

A Cemig Distribuição tem 68,66% dos seus empreendimentos devidamente licenciados e 31,34% em processo de licenciamento. A Companhia tem alcançado a meta de 100% de atendimento ao prazo estipulado para obtenção das licenças ambientais.

### Gestão de resíduos

Os materiais retirados de operação como transformadores, isoladores, sucatas, cabos, fios e outros são enviados ao Centro de Distribuição de Materiais, área certificada com Sistema de Gestão Ambiental Cemig - SGA Nível 1.

Em 2017 foram destinadas 39,6 mil toneladas de resíduos, sendo que 39,2 mil toneladas foram alienadas, recicladas ou regeneradas e 400 toneladas foram coprocessadas, incineradas ou dispostas em aterro industrial. Ressalta-se que os resíduos destinados em 2017 não foram necessariamente gerados em 2017. Isto se deve ao armazenamento temporário onde os resíduos são caracterizados, segregados, acondicionados e identificados, e posteriormente recebem a destinação adequada.

Em relação a 2016, verifica-se uma diminuição de 13,4% na destinação de resíduos, sendo postes, transformadores de distribuição, cabos e fios os itens que mais contribuíram para esta variação. A venda destes resíduos gerou uma receita de R\$ 10,7 milhões e um custo evitado R\$200 mil obtido com a regeneração de óleo mineral isolante; nesse processo o óleo tratado é novamente reutilizado nos equipamentos elétricos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Administração da Cemig Distribuição é grata ao Governo do Estado de Minas, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

## COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA

| CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO                     |                                |
|---|--------------------------------|
| MEMBROS EFETIVOS                              | MEMBROS SUPLENTES              |
| Adézio de Almeida Lima                        | José Maria Rabelo              |
| Marco Antônio Soares da Cunha Castello Branco | Ricardo Wagner Righi de Toledo |
| Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga          | Geber Soares de Oliveira       |
| Luiz Guilherme Piva                           | Cristian Regis Duarte Silva    |
| Marco Aurélio Crocco Afonso                   | Alcione Maria Martins Comonian |
| Marcelo Gasparino da Silva                    | Manoel Eduardo Lima Lopes      |
| José Pais Rangel                              | José João Abdalla Filho        |
| Patrícia Gracindo Marques de Assis Bentes     | Vago                           |
| Vago  | Márcio José Peres              |

| CONSELHO FISCAL                       |   |
|---------------------------------------|---|
| MEMBROS EFETIVOS                      | MEMBROS SUPLENTES                       |
| José Afonso Bicalho Beltrão da Silva  | Helvécio Miranda Magalhães Júnior       |
| Marco Antônio de Rezende Teixeira     | Flávia Cristina Mendonça Faria Da Pieve |
| Camila Nunes da Cunha Pereira Paulino | Wieland Silberschneider                 |
| Rodrigo de Mesquita Pereira           | Michele da Silva Gonsales               |
| Cláudio Morais Machado                | Carlos Roberto de Albuquerque Sá        |

| COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA    |  |
|--------------------------------------|--|
| NOME                                 | CARGO  |
| Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga | Diretor Presidente                                       |
| Luiz Humberto Fernandes              | Diretor Vice-Presidente                                  |
| Daniel Faria Costa                   | Diretor de Gestão de Participações                       |
| José de Araújo Lins Neto             | Diretor de Gestão Empresarial                            |
| Maura Galuppo Botelho Martins        | Diretora de Gestão de Pessoas                            |
| Ronaldo Gomes de Abreu               | Diretor de Distribuição e Comercialização, interinamente |
| Dimas Costa                          | Diretor Comercial  |
| Maurício Fernandes Leonardo Júnior   | Diretor de Finanças e Relações com Investidores          |
| Franklin Moreira Gonçalves           | Diretoria Sem Denominação Específica                     |
| Thiago de Azevedo Camargo            | Diretor de Relações Institucionais e Comunicação         |
| Neila Maria Barreto Leal             | Diretor Jurídico   |

### RELAÇÕES COM INVESTIDORES

#### Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3506-5024 – 3506-5028

Fax: (31) 3506-5025 – 3506-5026

#### Endereço eletrônico

Site: [www.cemig.com.br](http://www.cemig.com.br)

E-mail: [ri@cemig.com.br](mailto:ri@cemig.com.br)



## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

### ATIVO (Em milhares de Reais)

|   | Nota | 2017              | 2016              |
|---|------|-------------------|-------------------|
| <b>CIRCULANTE</b>   |      |                   |                   |
| Caixa e equivalentes de caixa   | 6    | 520.887           | 426.074           |
| Consumidores  | 8    | 2.506.832         | 2.414.864         |
| Concessionárias e permissionárias   | 8    | 304.393           | 150.289           |
| Serviços em curso   |      | 428.927           | 101.091           |
| Tributos compensáveis   | 9a   | 106.008           | 154.990           |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar                                  | 9b   | 174.694           | 308.520           |
| Almoxarifado operacional  |      | 29.164            | 39.799            |
| Investimentos temporários   | 7    | 302.384           | 327.769           |
| Ativos financeiros setoriais  | 13   | 1.760.750         | 1.991.205         |
| Despesas pagas antecipadamente  |      | 1.931             | 3.017             |
| Outros ativos circulantes   |      | 394.126           | 530.772           |
| <b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>  |      | <b>6.530.096</b>  | <b>6.448.390</b>  |
| <b>Ativos de Operações Descontinuadas</b>   |      |                   |                   |
| <b>Bens Destinados à Alienação</b>  |      | <b>3.037</b>      | <b>1.523</b>      |
| <b>NÃO CIRCULANTE</b>   |      |                   |                   |
| Consumidores  | 8    | 172.080           | 57.829            |
| Concessionárias e permissionárias   | 8    | 71.676            | 76.687            |
| Tributos compensáveis (1)   | 9a   | 181.556           | 122.855           |
| Depósitos judiciais e cauções   | 12   | 1.650.412         | 1.071.535         |
| Tributos diferidos  | 10   | 1.544.193         | 1.406.914         |
| Investimentos temporários   | 7    | 8.293             | 14.678            |
| Ativos financeiros setoriais  | 13   | 951.816           | 377.673           |
| Bens e direitos para uso futuro   |      | 99                | 99                |
| Serviços em curso   |      | 187.213           | -                 |
| Outros ativos não circulantes   |      | 32.266            | 30.316            |
| Bens e atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica |      | 5.547             | 5.553             |
| Imobilizado   | 14   | 13.073.468        | 12.739.862        |
| Intangível  | 14   | 379.610           | 352.457           |
| <b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>  |      | <b>18.258.229</b> | <b>16.256.458</b> |
| <b>ATIVO TOTAL</b>  |      | <b>24.791.362</b> | <b>22.706.371</b> |

(1) – apresentado líquido do passivo.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

**PASSIVO**  
**(Em milhares de Reais)**

|  | Nota | 2017              | 2016              |
|--|------|-------------------|-------------------|
| <b>CIRCULANTE</b>  |      |                   |                   |
| Fornecedores   | 15   | 1.655.382         | 1.049.363         |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures                                 | 17   | 593.787           | 1.509.541         |
| Obrigações sociais e trabalhistas  |      | 137.650           | 160.098           |
| Benefício pós-emprego  | 19   | 166.525           | 142.347           |
| Tributos   | 16   | 523.914           | 537.856           |
| Encargos setoriais   | 18   | 787.083           | 308.049           |
| Passivos financeiros setoriais   | 13   | 2.017.025         | 2.075.314         |
| Outros passivos circulantes  |      | 542.026           | 630.136           |
| <b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>   |      | <b>6.423.392</b>  | <b>6.412.704</b>  |
| <b>NÃO CIRCULANTE</b>  |      |                   |                   |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures                                 | 17   | 5.088.904         | 4.688.710         |
| Benefício pós-emprego  | 19   | 2.655.628         | 2.795.139         |
| Tributos   | 16   | 23.146            | 614.569           |
| Provisão para litígios   | 20   | 480.977           | 347.514           |
| Encargos setoriais   | 18   | 347.916           | 321.033           |
| Passivos financeiros setoriais   | 13   | 741.331           | 700.814           |
| PASEP/COFINS a serem restituídos a consumidores                          | 16   | 1.087.230         | -                 |
| Outros passivos não circulantes  |      | 20.886            | 22.621            |
| Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica | 21   | 5.035.138         | 5.088.994         |
| <b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>   |      | <b>15.481.156</b> | <b>14.579.394</b> |
| <b>TOTAL DO PASSIVO</b>  |      | <b>21.904.548</b> | <b>20.992.098</b> |
| <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>  |      |                   |                   |
| Capital social   | 22   | 2.771.998         | 2.361.998         |
| Ajustes de avaliação patrimonial   |      | (1.360.972)       | (1.138.842)       |
| Reservas de lucros   |      | -                 | 81.117            |
| Prejuízos acumulados   |      | (24.212)          | -                 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital                              |      | 1.500.000         | 410.000           |
| <b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                                       |      | <b>2.886.814</b>  | <b>1.714.273</b>  |
| <b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                          |      | <b>24.791.362</b> | <b>22.706.371</b> |

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

|   | Nota | 2017               | 2016               |
|---|------|--------------------|--------------------|
| <b>RECEITA</b>  | 23   | <b>20.436.543</b>  | <b>18.106.496</b>  |
| Fornecimento de energia elétrica                                    |      | 9.203.746          | 9.249.604          |
| Energia elétrica de curto prazo                                     |      | 187.762            | 1.143              |
| Disponibilização do sistema de distribuição                         |      | 8.882.146          | 9.178.272          |
| Ativos e passivos financeiros setoriais                             |      | 988.259            | (1.451.967)        |
| Serviços cobráveis  |      | 10.526             | 5.628              |
| Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido |      | 1.024.986          | 1.000.745          |
| Outras receitas   |      | 139.118            | 123.071            |
| <b>TRIBUTOS</b>   |      | <b>(6.846.532)</b> | <b>(6.087.535)</b> |
| ICMS  |      | (4.951.109)        | (4.408.842)        |
| PIS-PASEP   |      | (338.011)          | (299.345)          |
| COFINS  |      | (1.556.897)        | (1.378.813)        |
| ISS   |      | (515)              | (535)              |
| <b>ENCARGOS – PARCELA "A"</b>                                       |      | <b>(2.330.949)</b> | <b>(2.532.006)</b> |
| Pesquisa e desenvolvimento – P&D                                    |      | (55.646)           | (58.056)           |
| Programa de eficiência energética – PEE                             |      | (55.647)           | (58.056)           |
| Conta de desenvolvimento econômico – CDE                            |      | (1.749.551)        | (2.039.925)        |
| Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica – TFSEE        |      | (16.330)           | (15.957)           |
| Encargos do consumidor bandeiras tarifárias                         |      | (453.775)          | (360.012)          |
| <b>RECEITA LÍQUIDA</b>  |      | <b>11.259.062</b>  | <b>9.486.955</b>   |
| <b>CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"</b>                        |      | <b>(7.785.440)</b> | <b>(6.020.340)</b> |
| Energia elétrica comprada para revenda                              | 24   | (6.782.988)        | (5.260.411)        |
| Encargo de transmissão, conexão e distribuição                      |      | (1.002.452)        | (759.929)          |
| <b>RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>                      |      | <b>3.473.622</b>   | <b>3.466.615</b>   |
| <b>CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"</b>                            |      | <b>(3.302.234)</b> | <b>(3.709.224)</b> |
| Pessoal e administradores   | 25a  | (946.094)          | (1.387.104)        |
| Materiais   |      | (43.267)           | (41.820)           |
| Serviços de terceiros   | 25b  | (784.654)          | (673.823)          |
| Arrendamentos e alugueis  |      | (67.925)           | (76.740)           |
| Seguros   |      | (2.473)            | (2.123)            |
| Doações, contribuições e subvenções                                 |      | (10.439)           | (11.915)           |
| Provisões   | 25c  | (468.857)          | (544.090)          |
| Perdas na alienação de bens e direitos                              |      | (141.049)          | (111.606)          |
| (-) Recuperação de despesas   |      | 37.881             | 28.600             |
| Tributos  |      | (4.160)            | (5.199)            |
| Depreciação e amortização   |      | (657.694)          | (649.670)          |
| Gastos diversos   |      | (239.164)          | (223.347)          |
| BRR perdas (reversão)   |      | 6.724              | (18.089)           |
| Outras receitas operacionais  |      | 18.937             | 7.702              |
| <b>RESULTADO DA ATIVIDADE</b>                                       |      | <b>171.388</b>     | <b>(242.609)</b>   |
| <b>Resultado financeiro</b>   | 26   | <b>(417.748)</b>   | <b>(354.079)</b>   |
| Receitas financeiras  |      | 556.359            | 1.019.503          |
| Despesas financeiras  |      | (974.107)          | (1.373.582)        |
| <b>Resultado antes dos impostos</b>                                 |      | <b>(246.360)</b>   | <b>(596.688)</b>   |
| Tributos sobre o Lucro  | 11   | 64.145             | 160.598            |
| <b>Resultado do exercício</b>                                       |      | <b>(182.215)</b>   | <b>(436.090)</b>   |

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

**(Em milhares de Reais)**

|   | 2017             | 2016             |
|---|------------------|------------------|
| <b>Resultado do exercício</b>   | <b>(182.215)</b> | <b>(436.090)</b> |
| <b>Outros resultados abrangentes</b>  |                  |                  |
| <b>Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado</b> |                  |                  |
| Previdência privada – superávit (déficit) atuarial                          | (220.067)        | (575.506)        |
| Efeito de imposto de renda e contribuição social                            | 74.823           | 195.672          |
| <b>Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos</b>      | <b>(145.244)</b> | <b>(379.834)</b> |
| <b>Resultados abrangentes do exercício</b>                                  | <b>(327.459)</b> | <b>(815.924)</b> |

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais, exceto dividendos e juros sobre capital próprio por lote de mil ações)

|   | Capital social   | Ajustes de avaliação patrimonial | Reservas de lucros | Lucros (prejuízos) acumulados | Recursos destinados a aumento de capital | Total            |
|---|------------------|----------------------------------|--------------------|-------------------------------|--|------------------|
| <b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>   | <b>2.361.998</b> | <b>(646.877)</b>                 | <b>307.273</b>     | -                             | -  | <b>2.022.394</b> |
| Resultado do exercício  | -                | -                                | -                  | (436.090)                     | -  | (436.090)        |
| Ganhos e perdas atuariais   | -                | (379.834)                        | -                  | -                             | -  | (379.834)        |
| Resultado abrangente do exercício   | -                | <b>(379.834)</b>                 | -                  | <b>(436.090)</b>              | -  | <b>(815.924)</b> |
| Absorção do prejuízo societário   | -                | -                                | (323.950)          | 323.950                       | -  | -                |
| Adiantamento para futuro aumento de capital   | -                | -                                | -                  | -                             | 410.000                                  | 410.000          |
| Realização da reserva de ajustes de avaliação patrimonial - base de remuneração regulatória (BRR) | -                | (112.131)                        | -                  | 112.131                       | -  | -                |
| Reserva de retenção de lucros   | -                | -                                | (9)                | 9                             | -  | -                |
| Parcela dos dividendos obrigatórios que não serão distribuídos – reversão de provisão             | -                | -                                | 97.803             | -                             | -  | 97.803           |
| <b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>   | <b>2.361.998</b> | <b>(1.138.842)</b>               | <b>81.117</b>      | -                             | <b>410.000</b>                           | <b>1.714.273</b> |
| Resultado do exercício  | -                | -                                | -                  | (182.215)                     | -  | (182.215)        |
| Ganhos e perdas atuariais   | -                | (145.244)                        | -                  | -                             | -  | (145.244)        |
| Resultado abrangente do exercício   | -                | <b>(145.244)</b>                 | -                  | <b>(182.215)</b>              | -  | <b>(327.459)</b> |
| Absorção de prejuízo societário (1)   | -                | -                                | (81.683)           | 81.683                        | -  | -                |
| Adiantamento para futuro aumento de capital   | -                | -                                | -                  | -                             | 1.500.000                                | 1.500.000        |
| Aumento de capital  | 410.000          | -                                | -                  | -                             | (410.000)                                | -                |
| Realização da reserva de ajustes de avaliação patrimonial - base de remuneração regulatória (BRR) | -                | (76.886)                         | -                  | 76.886                        | -  | -                |
| Reserva de incentivo fiscal   | -                | -                                | 566                | (566)                         | -  | -                |
| <b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>   | <b>2.771.998</b> | <b>(1.360.972)</b>               | -                  | <b>(24.212)</b>               | <b>1.500.000</b>                         | <b>2.886.814</b> |

(1) O prejuízo societário do exercício, no montante de R\$117.313, foi absorvido até o limite do saldo das reservas de lucros, ficando o saldo em prejuízos acumulados a ser absorvido com resultados de exercícios futuros.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

|  | Nota | 2017             | 2016               |
|--|------|------------------|--------------------|
| <b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>                  |      |                  |                    |
| Resultado do exercício   |      | (182.215)        | (436.090)          |
| Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa |      |                  |                    |
| Obrigações pós-emprego   | 19   | (132.216)        | 304.958            |
| Amortização  |      | 657.694          | 649.670            |
| Plano de regularização de créditos tributários - PRCT              |      | 282.876          | -                  |
| Provisões para perdas operacionais                                 | 25c  | 468.857          | 544.090            |
| Baixas (reversões) líquidas de intangível e imobilizado            |      | 11.322           | 56.696             |
| Juros e variações monetárias                                       |      | 580.607          | 681.638            |
| Apropriação do custo de transação                                  |      | 38.172           | -                  |
| Ativos e passivos setoriais (efeito líquido)                       | 13   | (988.260)        | 1.455.057          |
| Imposto de renda e contribuição social                             | 11   | (64.145)         | (160.598)          |
|  |      | 672.692          | 3.095.421          |
| (Aumento) redução de ativos  |      |                  |                    |
| Consumidores   |      | (434.648)        | (299.057)          |
| Concessionárias e permissionárias                                  |      | (149.092)        | 4.402              |
| Subvenção baixa renda  |      | 9.601            | (4.927)            |
| Ativos financeiros setoriais                                       | 13   | 585.527          | 341.244            |
| Tributos compensáveis  |      | (9.719)          | 13.452             |
| Imposto de renda e contribuição social                             |      | (23.920)         | (81.075)           |
| Depósitos judiciais e cauções                                      |      | (42.513)         | (12.108)           |
| Reembolso subsídios tarifários                                     |      | (9.594)          | 7.944              |
| Outros   |      | 221.835          | 55.657             |
|  |      | 147.477          | 25.532             |
| Aumento (redução) de passivos                                      |      |                  |                    |
| Fornecedores   |      | 606.019          | (258.530)          |
| Tributos   |      | (164.509)        | (118)              |
| IR e CSLL a pagar  |      | -                | 24.742             |
| Obrigações sociais e trabalhistas                                  |      | (15.453)         | 2.475              |
| Encargos setoriais   |      | (109.619)        | 39.275             |
| Benefícios pós-emprego   | 19   | (203.184)        | (171.689)          |
| Outros   |      | (184.994)        | (102.367)          |
|  |      | (71.740)         | (466.212)          |
| <b>Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais</b>                  |      | <b>748.429</b>   | <b>2.654.741</b>   |
| Juros pagos  | 17   | (632.740)        | (1.209.021)        |
| Imposto de renda e contribuição social pagos                       |      | -                | (19.835)           |
| <b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>          |      | <b>115.689</b>   | <b>1.425.885</b>   |
| <b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>               |      |                  |                    |
| Imobilizado e intangível   |      | (976.154)        | (964.395)          |
| Títulos e valores mobiliários                                      |      | 31.770           | (53.599)           |
| <b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>                |      | <b>(944.384)</b> | <b>(1.017.994)</b> |
| <b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>              |      |                  |                    |
| Empréstimos obtidos  | 17   | -                | 2.249.633          |
| Custo de transação   | 17   | (10.971)         | -                  |
| Pagamentos de Empréstimos  | 17   | (565.521)        | (2.872.982)        |
| Juros sobre capital próprio e dividendos pagos                     |      | -                | (87.302)           |
| Adiantamento para futuro aumento de capital                        | 22   | 1.500.000        | 410.000            |
| <b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>               |      | <b>923.508</b>   | <b>(300.651)</b>   |
| <b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>           |      | <b>94.813</b>    | <b>107.240</b>     |
| <b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>   |      |                  |                    |
| No início do exercício   | 6    | 426.074          | 318.834            |
| No fim do exercício  | 6    | 520.887          | 426.074            |
|  |      | <b>94.813</b>    | <b>107.240</b>     |

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

### **REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

**(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)**

#### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia” ou “Cemig Distribuição”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km<sup>2</sup>, aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 8.346.893 consumidores em 31 de dezembro de 2017 (informações não auditadas pelos auditores independentes).

Em 21 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou com o Ministério de Minas e Energia o Quinto Termo Aditivo aos contratos de concessão, prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016. O novo Termo Aditivo estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Companhia durante a vigência do novo prazo de concessão.

## **2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

### **2.1. Declaração de Conformidade**

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações contábeis para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em 10 de dezembro de 2018, os representantes da Administração da Companhia autorizaram a emissão destas demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

### **2.2. Bases de mensuração**

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 28.

### **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.



## 2.4. Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis regulatórias foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis regulatórias. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- Nota 8 – Ajuste para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 10 – Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Nota 14 – Depreciação e amortização;
- Nota 14 – Intangível;
- Nota 14 – Vidas úteis de ativos;
- Nota 19 – Obrigações pós-emprego;
- Nota 20 – Provisões;
- Nota 23 – Fornecimento não faturado de energia elétrica;
- Nota 28 - Mensuração de instrumentos financeiros;
- Nota 29 - Mensuração pelo valor justo.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As principais práticas contábeis utilizadas são as mesmas apresentadas na nota explicativa nº 2.7 das demonstrações financeiras societárias, exceto quanto ao que estabelecem as normas a seguir:

*Imobilizado em serviço:* Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 2013, em função da divulgação do resultado da revisão tarifária da Companhia. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

*Imobilizado em curso:* Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Nas demonstrações financeiras societárias, em decorrência da aplicação da interpretação técnica ICPC 01-Contratos de Concessão, os saldos reconhecidos nas demonstrações

contábeis regulatórias no imobilizado são registrados inicialmente no ativo intangível, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível. A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão, sendo a parcela remanescente registrada como um ativo financeiro e avaliada com base no custo novo de reposição, tendo como referência os valores homologados pela Aneel da Base de Remuneração de Ativos nos processos de revisão tarifária.

*Intangível:* Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

*Obrigações especiais vinculadas à concessão:* Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Nas demonstrações financeiras societárias as obrigações especiais são registradas como redutoras do ativo intangível e do ativo financeiro.

#### **4. DAS CONCESSÕES**

A Companhia detém junto à ANEEL a concessão para exploração da atividade de distribuição de energia elétrica na maior parte do Estado de Minas Gerais, com vencimento em dezembro de 2045.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela concessionária são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos ao poder concedente quando da extinção do contrato, procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

A Companhia não possui obrigações de pagamentos compensatórios pela exploração das concessões de distribuição, sendo requerido o atendimento às exigências de qualidade e investimentos previstas nos contratos de concessão.

Os contratos de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preços máximos que permite três tipos de reajustes de tarifas: (i) o reajuste anual; (ii) a revisão periódica; e (iii) a revisão extraordinária.

A Companhia tem o direito de requerer, a cada ano, o reajuste anual, o qual se destina a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e permite repassar aos consumidores certas alterações nos custos que estejam fora do controle da Companhia, tais como o custo da energia elétrica comprada e encargos setoriais, incluindo encargos em função do uso das instalações de transmissão e distribuição.

Ademais, a ANEEL realiza uma revisão periódica de tarifas a cada cinco anos, que visa identificar as variações dos custos da Companhia, bem como estabelecer um fator com base nos ganhos de produtividade, que será aplicado nos reajustes de tarifas anuais, para compartilhar tais ganhos com os consumidores da Companhia.

A Companhia também tem o direito de solicitar a revisão extraordinária das tarifas, casos eventos imprevisíveis alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A revisão periódica e a revisão extraordinária estão sujeitas, em certo grau, à discricionariedade da ANEEL, apesar de existirem regras pré-estabelecidas a cada ciclo revisional. Quando a Companhia solicita uma revisão tarifária extraordinária, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma tarifa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (i) uma parcela referente aos custos com energia elétrica comprada para revenda, encargos de uso da rede básica de transmissão e encargos de uso do sistema de distribuição de energia não gerenciáveis (“custos da parcela A”); e (ii) uma parcela de custos operacionais (“custos da parcela B”).

### Renovação da concessão

Em 21 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou com o Ministério de Minas e Energia o Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016.

As principais características e condições do Termo Aditivo estão relacionadas a seguir:

- O reajuste tarifário anual ocorrerá todo dia 28 de maio, a partir de 2016, sendo que para este reposicionamento tarifário foram aplicadas as regras previstas no contrato de concessão anterior. Para os reposicionamentos tarifários subsequentes serão aplicadas as regras previstas na cláusula sexta do Termo Aditivo;
- Limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio ao valor mínimo estabelecido em lei, caso ocorra o descumprimento dos limites anuais de indicadores de continuidade coletivos (DECI e FECI) por dois anos

consecutivos ou por três vezes em cinco anos, até que os parâmetros regulatórios sejam restaurados;

- Exigência de aportes de capital do controlador em montante suficiente para atender à condição de sustentabilidade econômica e financeira mínima;
- Exigência de cumprimento de critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão, respeitados o direito à ampla defesa e ao contraditório em caso de descumprimento, considerando que: (i) pelo período de cinco anos a partir de 01 de janeiro de 2016, o eventual descumprimento por dois anos consecutivos, ou de quaisquer das condições ao final do período de cinco anos, acarretará a extinção da concessão; (ii) a partir de 01 de janeiro de 2021, eventual descumprimento por três anos consecutivos para os critérios de eficiência na continuidade do fornecimento e por dois anos consecutivos para os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira implicará a abertura de processo de caducidade da concessão.

Os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira são como segue:

- Geração operacional de caixa (-)  $QRR^1$  (-) juros da dívida<sup>2</sup>  $\geq 0$ ;
- $LAJIDA^3 \geq 0$  (até o término de 2017 e mantida em 2018, 2019 e 2020);
- $[LAJIDA (-) QRR] \geq 0$  (até o término de 2018 e mantida em 2019 e 2020);
- $\{Dívida líquida^4 / [LAJIDA (-) QRR]\} \leq 1 / (80\% \text{ da SELIC})$  (até o término de 2019); e,
- $\{Dívida líquida / [LAJIDA (-) QRR]\} \leq 1 / (111\% \text{ da SELIC})$  (até o término de 2020).

1. QRR – Quota de reintegração regulatória ou despesa de depreciação regulatória;

2. Dívida líquida x 111% da SELIC;

3. Calculado conforme metodologia definida pela Aneel, constante no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia;

4. Dívida bruta deduzida dos ativos financeiros.

Os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira foram atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

## 5. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua, somente, no segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

## 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

|                                     | 2017           | 2016           |
|-------------------------------------|----------------|----------------|
| Contas bancárias                    | 101.865        | 82.447         |
| Aplicações financeiras              |                |                |
| Certificados de depósitos bancários | 355.854        | 225.779        |
| Overnight                           | 63.168         | 117.848        |
|                                     | 419.022        | 343.627        |
|                                     | <b>520.887</b> | <b>426.074</b> |

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 60% a 104,5% em 2017 (75% a 106,5% em 2016), conforme operação.

As operações de *overnight* consistem em aplicações com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente, são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada em aproximadamente 6,89% a.a. em 2017 (13,64% a.a. em 2016).

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 28.

## 7. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

|                                     | 2017           | 2016           |
|-------------------------------------|----------------|----------------|
| Certificados de depósitos bancários | 874            | 10.471         |
| Letras financeiras – Bancos         | 84.555         | 236.424        |
| Letras financeiras do Tesouro       | 206.246        | 61.463         |
| Debêntures                          | 18.522         | 33.358         |
| Fundos vinculados                   | 86             | 89             |
| Outros                              | 394            | 642            |
|                                     | <b>310.677</b> | <b>342.447</b> |
| <b>Ativo Circulante</b>             | <b>302.384</b> | <b>327.769</b> |
| <b>Ativo Não Circulante</b>         | <b>8.293</b>   | <b>14.678</b>  |

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 100,25% a 105,25% em 2017 (98,5% a 105,25% em 2016), conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig possuem taxa de remuneração que variam entre 102,01% a 112,00% do CDI em 2017 (104,25% a 112,7% do CDI em 2016).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 161,54% do CDI em 2017 (104,25% a 113% do CDI em 2016).

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na nota explicativa nº 28. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 27.

## 8. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

| Descrição                                     | Valores correntes |                 |                  |                  |                   |                  |                  | Valores renegociados |                 |                     |                 |     | Total 2017       | Total 2016       |
|---|-------------------|-----------------|------------------|------------------|-------------------|------------------|------------------|----------------------|-----------------|---------------------|-----------------|-----|------------------|------------------|
|   | Corrente a vencer |                 | Corrente vencida |                  |                   |                  | PDD              | Renegociada a vencer |                 | Renegociada vencida |                 | PDD |                  |                  |
|   | Até 60 dias       | Mais de 60 dias | Até 90 dias      | De 91 a 180 dias | De 181 a 360 dias | Mais de 360 dias |                  | Até 60 dias          | Mais de 60 dias | Até 60 dias         | Mais de 60 dias |     |                  |                  |
| <b>Fornecimento de energia</b>                | <b>1.309.130</b>  | <b>275.068</b>  | <b>588.222</b>   | <b>176.615</b>   | <b>163.307</b>    | <b>233.902</b>   | <b>(421.804)</b> | <b>170.903</b>       | <b>119.902</b>  | <b>23.025</b>       | <b>40.641</b>   | -   | <b>2.678.911</b> | <b>2.471.813</b> |
| Residencial                                   | 387.450           | 104.226         | 390.434          | 105.917          | 48.688            | 2.519            | (157.268)        | 103.156              | 19.600          | 14.041              | 9.217           | -   | 1.027.980        | 964.527          |
| Industrial                                    | 38.778            | 16.286          | 15.361           | 6.873            | 15.197            | 113.281          | (113.385)        | 11.248               | 5.626           | 1.691               | 16.731          | -   | 127.687          | 162.457          |
| Comercial                                     | 128.397           | 74.323          | 83.265           | 21.144           | 29.313            | 80.598           | (109.959)        | 29.718               | 72.212          | 3.801               | 8.112           | -   | 420.924          | 391.667          |
| Rural   | 72.390            | 6.508           | 62.445           | 22.078           | 30.800            | 15.644           | (15.664)         | 19.819               | 2.486           | 3.226               | 1.677           | -   | 221.409          | 188.452          |
| Poderes públicos                              | 30.521            | 59.853          | 31.638           | 19.549           | 35.901            | 8.007            | (11.756)         | 2.485                | 6.718           | 66                  | 565             | -   | 183.547          | 125.296          |
| Iluminação pública                            | 8.086             | 945             | 1.191            | 197              | 398               | 3.819            | (3.819)          | 1.307                | 891             | 61                  | 1.447           | -   | 14.523           | 14.242           |
| Serviço público                               | 36.605            | 12.839          | 2.852            | 591              | 2.932             | 9.951            | (9.953)          | 3.170                | 12.369          | 139                 | 2.892           | -   | 74.387           | 71.963           |
| Serviço taxado                                | 701               | 88              | 1.036            | 266              | 78                | 83               | -                | -                    | -               | -                   | -               | -   | 2.252            | 1.479            |
| Fornecimento não faturado                     | 606.202           | -               | -                | -                | -                 | -                | -                | -                    | -               | -                   | -               | -   | 606.202          | 558.643          |
| Arrecadação em processo de classificação      | -                 | -               | -                | -                | -                 | -                | -                | -                    | -               | -                   | -               | -   | -                | (6.913)          |
| <b>Suprimento energia - moeda nacional</b>    | <b>179.442</b>    | -               | -                | -                | -                 | -                | -                | -                    | -               | -                   | -               | -   | <b>179.442</b>   | <b>879</b>       |
| <b>Encargos de uso da rede elétrica</b>       | <b>1.186</b>      | <b>89.577</b>   | <b>3.268</b>     | <b>179</b>       | <b>1.543</b>      | <b>67.734</b>    | <b>(67.734)</b>  | <b>3.159</b>         | <b>555</b>      | <b>33</b>           | <b>209</b>      | -   | <b>99.709</b>    | <b>110.728</b>   |
| <b>Suprimento \ encargo rede não faturado</b> | <b>96.919</b>     | -               | -                | -                | -                 | -                | -                | -                    | -               | -                   | -               | -   | <b>96.919</b>    | <b>116.249</b>   |
| <b>Total</b>                                  | <b>1.586.677</b>  | <b>364.645</b>  | <b>591.490</b>   | <b>176.794</b>   | <b>164.850</b>    | <b>301.636</b>   | <b>(489.538)</b> | <b>174.062</b>       | <b>120.457</b>  | <b>23.058</b>       | <b>40.850</b>   | -   | <b>3.054.981</b> | <b>2.699.669</b> |



A movimentação do ajuste para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é como segue:

|  |                |
|--|----------------|
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b> | <b>568.085</b> |
| Constituições líquidas                 | 380.966        |
| Baixas                                 | (346.362)      |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b> | <b>602.689</b> |
| Constituições líquidas                 | 228.428        |
| Baixas                                 | (341.579)      |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b> | <b>489.538</b> |

## 9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

### a) Tributos compensáveis

|                       | 2017           | 2016           |
|-----------------------|----------------|----------------|
| <b>Circulante</b>     |                |                |
| ICMS a recuperar      | 38.504         | 86.866         |
| COFINS                | 52.935         | 53.566         |
| PIS-PASEP             | 11.495         | 11.631         |
| Outros                | 3.074          | 2.927          |
|                       | <b>106.008</b> | <b>154.990</b> |
| <b>Não Circulante</b> |                |                |
| ICMS a recuperar      | 178.637        | 119.138        |
| COFINS                | 2.483          | 3.117          |
| PIS-PASEP             | 436            | 600            |
|                       | <b>181.556</b> | <b>122.855</b> |
|                       | <b>287.564</b> | <b>277.845</b> |

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

Os créditos de PIS-PASEP e COFINS gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata, na forma da Lei nº 11.774/08. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após dezembro de 2018.

### b) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ que serão compensados com tributos federais a pagar a serem apurados.

|                     | 2017           | 2016           |
|---------------------|----------------|----------------|
| <b>Circulante</b>   |                |                |
| Imposto de renda    | 114.383        | 221.656        |
| Contribuição social | 60.311         | 86.864         |
|                     | <b>174.694</b> | <b>308.520</b> |

## 10. TRIBUTOS DIFERIDOS

### Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, conforme segue:

| Diferenças Temporárias de IRPJ/CSLL                               | 2017             | 2016             |
|---|------------------|------------------|
| <b>Ativos Fiscais Diferidos</b>                                   |                  |                  |
| Prejuízo fiscal/base negativa                                     | 353.697          | 84.581           |
| Obrigações Pós-Emprego  | 782.461          | 805.292          |
| Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa | 186.528          | 219.761          |
| Tributos com exigibilidade suspensa (1)                           | -                | 153.155          |
| Provisões operacionais  | 163.532          | 118.155          |
| Taxa de Administração   | 6.375            | 6.751            |
| Reavaliação da base de remuneração regulatória (BRR)              | 223.467          | 183.859          |
| Outros  | 3.994            | 3.446            |
|   | <b>1.720.054</b> | <b>1.575.000</b> |
| <b>Passivos Fiscais Diferidos</b>                                 |                  |                  |
| Encargos financeiros capitalizados                                | (165.582)        | (148.559)        |
| Custo de captação   | (10.279)         | (19.527)         |
|   | <b>(175.861)</b> | <b>(168.086)</b> |
| <b>Total do ativo líquido apresentado no balanço patrimonial</b>  | <b>1.544.193</b> | <b>1.406.914</b> |

(1) Referente à provisão de PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre ICMS, com exigibilidade suspensa pelos depósitos judiciais.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

|   |                  |
|---|------------------|
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>                      | <b>1.055.551</b> |
| Efeitos alocados às demonstrações de resultados             | 155.691          |
| Efeitos alocados às demonstrações de resultados abrangentes | 195.672          |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>                      | <b>1.406.914</b> |
| Efeitos alocados às demonstrações de resultados             | 62.456           |
| Efeitos alocados às demonstrações de resultados abrangentes | 74.823           |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>                      | <b>1.544.193</b> |

Os saldos passivos do imposto de renda e contribuição social diferidos foram compensados com os saldos ativos correspondentes.

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 28 de março de 2018, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores da Cemig Distribuição referente à projeção de lucratividade futura. O referido estudo foi também submetido a exame do Conselho Fiscal em 28 de março de 2018.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2017, conforme abaixo:

|             | 2017             |
|-------------|------------------|
| 2018        | 216.742          |
| 2019        | 265.865          |
| 2020        | 259.411          |
| 2021        | 247.719          |
| 2022        | 244.800          |
| 2023 a 2025 | 304.026          |
| 2026 a 2027 | 181.491          |
|             | <b>1.720.054</b> |

## 11. CONCILIAÇÃO DA DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 25%) e da contribuição social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

|  | 2017          | 2016           |
|--|---------------|----------------|
| Resultado antes do imposto de renda e contribuição social                        | (246.360)     | (596.688)      |
| Imposto de renda e contribuição social – despesa nominal                         | 83.762        | 202.873        |
| <b>Efeitos Fiscais Incidentes sobre:</b>   |               |                |
| Contribuições e doações indedutíveis   | (3.513)       | (2.661)        |
| Créditos fiscais não reconhecidos  | (2.251)       | 4.000          |
| Multas indedutíveis  | (13.140)      | (15.182)       |
| Excedente de reativos e ultrapassagem de demanda                                 | (2.030)       | (12.369)       |
| Baixa de parcela da provisão perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa | -             | (20.997)       |
| Outros   | 1.317         | 4.934          |
| <b>Imposto de Renda e Contribuição Social – Benefício Fiscal</b>                 | <b>64.145</b> | <b>160.598</b> |
| Alíquota efetiva   | 26,04%        | 26,91%         |
| <b>Corrente</b>  | <b>1.689</b>  | <b>4.907</b>   |
| <b>Diferido</b>  | <b>62.456</b> | <b>155.691</b> |

## 12. DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

Os depósitos vinculados a litígios relativos a obrigações fiscais, trabalhistas e outros estão demonstrados na tabela a seguir:

|  | 2017                    | 2016                    |
|--|-------------------------|-------------------------|
| <b>Trabalhista</b>   | 236.069                 | 197.762                 |
| <b>Obrigações fiscais</b>                                  |                         |                         |
| Imposto de renda sob juros sobre capital próprio           | 10.393                  | 9.817                   |
| PIS-PASEP/COFINS – exclusão do ICMS da base de cálculo (1) | 1.110.376               | 612.622                 |
| IR/INSS indenização do anuênio (2)                         | 191.553                 | 182.739                 |
| Outros   | 37.233                  | 29.660                  |
|  | <u>1.349.555</u>        | <u>834.838</u>          |
| <b>Outros</b>  |                         |                         |
| Regulatório  | 27.346                  | 18.230                  |
| Cível  | 10.279                  | 7.270                   |
| Relações de consumo  | 3.934                   | 3.578                   |
| Bloqueio judicial  | 8.290                   | 4.607                   |
| Outros   | 14.939                  | 5.250                   |
|  | <u>64.788</u>           | <u>38.935</u>           |
|  | <u><b>1.650.412</b></u> | <u><b>1.071.535</b></u> |

(1) Os saldos de depósitos judiciais referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP/COFINS, possuem provisão correspondente na rubrica de PASEP/COFINS a serem restituídos a consumidores. Ver detalhes na nota explicativa nº 16.

(2) Ver detalhes na nota explicativa nº 20 – Provisão para litígios (indenização do anuênio)

## 13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

Os saldos da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA), da neutralidade dos encargos setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Seguem abaixo os saldos desses ativos e passivos financeiros:

| Ativos financeiros setoriais – R\$ Mil     | Saldos em 31/12/2016 | Adição           | Amortização        | Remuneração    | Recebimento de recursos da CCRBT (*) | Saldos em 31/12/17 | Valores em amortização | Valores Constituição | Circulante       | Não circulante |
|--|----------------------|------------------|--------------------|----------------|--------------------------------------|--------------------|------------------------|----------------------|------------------|----------------|
| <b>CVA ativa</b>                           | <b>2.247.631</b>     | <b>2.770.454</b> | <b>(2.057.182)</b> | <b>150.301</b> | <b>(585.527)</b>                     | <b>2.525.677</b>   | <b>332.469</b>         | <b>2.193.208</b>     | <b>1.630.117</b> | <b>895.560</b> |
| Aquisição de energia (CVAenerg)            | 1.494.542            | 2.552.762        | (1.296.720)        | 116.382        | (585.527)                            | 2.281.439          | 281.384                | 2.000.055            | 1.464.750        | 816.689        |
| Custo da energia de Itaipu                 | 513.668              | 182.133          | (515.346)          | 26.126         | -                                    | 206.581            | 39.695                 | 166.886              | 138.436          | 68.145         |
| Proinfa                                    | 17.412               | (2.243)          | (13.533)           | (123)          | -                                    | 1.513              | -                      | 1.513                | 895              | 618            |
| Transporte rede básica                     | 10.027               | 35.203           | (13.509)           | 785            | -                                    | 32.506             | 9.058                  | 23.448               | 22.931           | 9.575          |
| Transporte de energia Itaipu               | 9.180                | 2.599            | (8.538)            | 397            | -                                    | 3.638              | 2.332                  | 1.306                | 3.105            | 533            |
| CDE  | 202.802              | -                | (209.536)          | 6.734          | -                                    | -                  | -                      | -                    | -                | -              |
| <b>Demais ativos financeiros setoriais</b> | <b>121.247</b>       | <b>223.597</b>   | <b>(166.684)</b>   | <b>8.729</b>   | <b>-</b>                             | <b>186.889</b>     | <b>49.119</b>          | <b>137.770</b>       | <b>130.633</b>   | <b>56.256</b>  |
| Quota parte de energia nuclear             | 38.039               | 61.013           | (38.145)           | 4.985          | -                                    | 65.892             | 15.188                 | 50.704               | 45.188           | 20.704         |
| Neutralidade da parcela A                  | 80.426               | 112.742          | (96.231)           | 2.970          | -                                    | 99.907             | 12.841                 | 87.066               | 64.355           | 35.552         |
| Sobrecontratação de energia                | -                    | 19.285           | (11.701)           | 774            | -                                    | 8.358              | 8.358                  | -                    | 8.358            | -              |
| Outros                                     | 2.782                | 30.557           | (20.607)           | -              | -                                    | 12.732             | 12.732                 | -                    | 12.732           | -              |
| <b>Total ativos financeiros setoriais</b>  | <b>2.368.878</b>     | <b>2.994.051</b> | <b>(2.223.866)</b> | <b>159.030</b> | <b>(585.527)</b>                     | <b>2.712.566</b>   | <b>381.588</b>         | <b>2.330.978</b>     | <b>1.760.750</b> | <b>951.816</b> |

| Passivos financeiros setoriais – R\$ Mil                           | Saldos em 31/12/2016 | Adição             | Amortização      | Remuneração      | Recebimento de recursos da conta ACR e da CCRBT (*) | Saldos em 31/12/17 | Valores em amortização | Valores constituição | Circulante         | Não circulante   |
|--|----------------------|--------------------|------------------|------------------|---|--------------------|------------------------|----------------------|--------------------|------------------|
| <b>CVA passiva</b>   | <b>(2.191.296)</b>   | <b>(1.700.978)</b> | <b>1.887.906</b> | <b>(189.137)</b> | -   | <b>(2.193.505)</b> | <b>(626.297)</b>       | <b>(1.567.208)</b>   | <b>(1.553.562)</b> | <b>(639.943)</b> |
| Aquisição de energia (CVAenerg)                                    | (1.702.320)          | (939.398)          | 1.473.318        | (145.213)        | -   | (1.313.613)        | (422.232)              | (891.381)            | (949.632)          | (363.981)        |
| Custo da energia de Itaipu   | -                    | (10.986)           | 6.408            | -                | -   | (4.578)            | (4.578)                | -                    | (4.578)            | -                |
| Proinfa  | (84)                 | (11.955)           | 7.614            | (723)            | -   | (5.148)            | (5.148)                | -                    | (5.148)            | -                |
| Transporte rede básica   | -                    | 960                | (1.062)          | 102              | -   | -                  | -                      | -                    | -                  | -                |
| ESS  | (244.052)            | (540.063)          | 173.113          | (15.516)         | -   | (626.518)          | (40.105)               | (586.413)            | (387.066)          | (239.452)        |
| CDE  | (244.840)            | (199.536)          | 228.515          | (27.787)         | -   | (243.648)          | (154.234)              | (89.414)             | (207.138)          | (36.510)         |
| <b>Demais passivos financeiros setoriais</b>                       | <b>(584.832)</b>     | <b>(482.439)</b>   | <b>513.586</b>   | <b>(11.166)</b>  | -   | <b>(564.851)</b>   | <b>(170.091)</b>       | <b>(394.760)</b>     | <b>(463.463)</b>   | <b>(101.388)</b> |
| Quota parte de energia nuclear                                     | -                    | (179)              | 105              | -                | -   | (74)               | (74)                   | -                    | (74)               | -                |
| Neutralidade da parcela A  | (78.539)             | (36.216)           | 60.789           | (2.446)          | -   | (56.412)           | (43.422)               | (12.990)             | (49.353)           | (7.059)          |
| Sobrecontratação de energia  | (160.506)            | (158.116)          | 104.672          | 2.612            | -   | (211.338)          | -                      | (211.338)            | (125.041)          | (86.297)         |
| Devoluções tarifárias  | (13.611)             | (163.377)          | 4.077            | 441              | -   | (172.470)          | (2.038)                | (170.432)            | (164.438)          | (8.032)          |
| Outros   | (332.176)            | (124.551)          | 343.943          | (11.773)         | -   | (124.557)          | (124.557)              | -                    | (124.557)          | -                |
| <b>Total passivos financeiros setoriais</b>                        | <b>(2.776.128)</b>   | <b>(2.183.417)</b> | <b>2.401.492</b> | <b>(200.303)</b> | -   | <b>(2.758.356)</b> | <b>(796.388)</b>       | <b>(1.961.968)</b>   | <b>(2.017.025)</b> | <b>(741.331)</b> |
| <b>Total dos ativos e passivos financeiros Setoriais (líquido)</b> | <b>(407.250)</b>     | <b>810.634</b>     | <b>177.626</b>   | <b>(41.273)</b>  | <b>(585.527)</b>                                    | <b>(45.790)</b>    | <b>(414.800)</b>       | <b>369.010</b>       | <b>(256.275)</b>   | <b>210.485</b>   |

(\*) Conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT: recursos destinados à cobertura tarifária vigente das variações dos custos de geração por fonte termelétrica e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo. Os repasses da conta bandeira foram reconhecidos como uma realização parcial da CVA constituída.

## Repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT

A conta centralizadora de recursos de bandeiras tarifárias (“CCRBT” ou “Conta Bandeira”) destina-se à administração dos recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias aos consumidores cativos das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), recolhidos em nome da conta de desenvolvimento energético (CDE) diretamente à conta bandeira. Os recursos são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e a cobertura tarifária vigente.

No exercício de 2017, os repasses da conta bandeira totalizaram R\$585.527 (R\$341.244 em 2016) e foram reconhecidos como uma realização parcial da CVA constituída.

## 14. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A composição do imobilizado é como segue:

| IMOBILIZADO            | Taxas anuais médias de depreciação % | 31/12/2017        |                                     |                   | 31/12/2016        |
|------------------------|--------------------------------------|-------------------|-------------------------------------|-------------------|-------------------|
|                        |                                      | Bruto             | Depreciação e amortização acumulada | Valor líquido     | Valor líquido     |
| <b>Em serviço</b>      |                                      |                   |                                     |                   |                   |
| <b>Distribuição</b>    | <b>3,85</b>                          | <b>29.103.949</b> | <b>(16.887.694)</b>                 | <b>12.216.255</b> | <b>10.895.459</b> |
| Custo histórico        |                                      | 18.161.710        | (7.135.156)                         | 11.026.554        | 9.395.574         |
| Reavaliação            |                                      | 10.942.239        | (9.752.538)                         | 1.189.701         | 1.499.885         |
| <b>Administração</b>   | <b>11,46</b>                         | <b>528.871</b>    | <b>(428.839)</b>                    | <b>100.032</b>    | <b>113.546</b>    |
| Custo histórico        |                                      | 367.956           | (270.026)                           | 97.930            | 111.323           |
| Reavaliação            |                                      | 160.915           | (158.813)                           | 2.102             | 2.223             |
| <b>TOTAL</b>           |                                      | <b>29.632.820</b> | <b>(17.316.533)</b>                 | <b>12.316.287</b> | <b>11.009.005</b> |
| <b>Em curso</b>        |                                      |                   |                                     |                   |                   |
| Distribuição           |                                      | 724.766           | -                                   | 724.766           | 1.707.849         |
| Administração          |                                      | 32.415            | -                                   | 32.415            | 23.008            |
| <b>TOTAL</b>           |                                      | <b>757.181</b>    | <b>-</b>                            | <b>757.181</b>    | <b>1.730.857</b>  |
| <b>TOTAL AIS + AIC</b> |                                      | <b>30.390.001</b> | <b>(17.316.533)</b>                 | <b>13.073.468</b> | <b>12.739.862</b> |

A movimentação do imobilizado é como segue:

| Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ mil  | Valor bruto em 31/12/2016 | Adições (A) | Baixas (B)       | Transferências (C) (1) | Valor Bruto em 31/12/2017 | Adições líquidas = (A) - (B) + (C) | Depreciação acumulada (1) | Valor líquido em 31/12/2017 | Valor líquido em 31/12/2016 | Obrigações especiais brutas 31/12/2017 | Amortização acumulada 31/12/2017 | Obrigações especiais líquidas 31/12/2017 |
|---|---------------------------|-------------|------------------|------------------------|---------------------------|------------------------------------|---------------------------|-----------------------------|-----------------------------|--|----------------------------------|--|
| <b>Distribuição</b>                     | <b>27.695.435</b>         | -           | (946.717)        | 2.355.231              | 29.103.949                | 1.408.514                          | (16.887.694)              | 12.216.255                  | 10.895.459                  | (7.111.681)                            | 2.358.122                        | (4.753.559)                              |
| Terrenos                                | 35.519                    | -           | -                | 7.413                  | 42.932                    | 7.413                              | -                         | 42.932                      | 35.519                      | -                                      | -                                | -  |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 620.756                   | -           | (2.824)          | 89.126                 | 707.058                   | 86.302                             | (336.281)                 | 370.777                     | 300.625                     | -                                      | -                                | -  |
| Máquinas e equipamentos                 | 26.994.025                | -           | (943.729)        | 2.259.764              | 28.310.060                | 1.316.035                          | (16.509.418)              | 11.800.642                  | 10.557.268                  | (7.111.681)                            | 2.358.122                        | (4.753.559)                              |
| Veículos                                | 20.862                    | -           | -                | (1.100)                | 19.762                    | (1.100)                            | (19.732)                  | 30                          | -                           | -                                      | -                                | -  |
| Móveis e utensílios                     | 24.273                    | -           | (164)            | 28                     | 24.137                    | (136)                              | (22.263)                  | 1.874                       | 2.047                       | -                                      | -                                | -  |
| <b>Administração</b>                    | <b>535.097</b>            | -           | (1.849)          | (4.377)                | 528.871                   | (6.226)                            | (428.839)                 | 100.032                     | 113.546                     | (193)                                  | 189                              | (4)                                      |
| Terrenos                                | 2.518                     | -           | -                | (181)                  | 2.337                     | (181)                              | -                         | 2.337                       | 2.518                       | -                                      | -                                | -  |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 51.612                    | -           | -                | (17.130)               | 34.482                    | (17.130)                           | (23.265)                  | 11.217                      | 12.920                      | -                                      | -                                | -  |
| Máquinas e equipamentos                 | 374.522                   | -           | (1.841)          | 9.985                  | 382.666                   | 8.144                              | (319.072)                 | 63.594                      | 71.983                      | (193)                                  | 189                              | (4)                                      |
| Veículos                                | 49.112                    | -           | -                | 2.976                  | 52.088                    | 2.976                              | (39.395)                  | 12.693                      | 14.989                      | -                                      | -                                | -  |
| Móveis e utensílios                     | 57.333                    | -           | (8)              | (27)                   | 57.298                    | (35)                               | (47.107)                  | 10.191                      | 11.136                      | -                                      | -                                | -  |
| <b>Subtotal</b>                         | <b>28.230.532</b>         | -           | <b>(948.566)</b> | <b>2.350.854</b>       | <b>29.632.820</b>         | <b>1.402.288</b>                   | <b>(17.316.533)</b>       | <b>12.316.287</b>           | <b>11.009.005</b>           | <b>(7.111.874)</b>                     | <b>2.358.311</b>                 | <b>(4.753.563)</b>                       |

(1) As transferências estão apresentadas pelo valor bruto das respectivas depreciações, que foram apresentadas, de forma acumulada, em coluna específica.

| Ativo Imobilizado em Curso - R\$ mil | Valor Bruto em 31/12/2016 | Adições (A)      | Baixas (B)       | Transferências (C) (2) | Valor Bruto em 31/12/2017 | Adições líquidas = (A) - (B) + (C) | Depreciação acumulada | Valor líquido em 31/12/2017 | Valor líquido em 31/12/2016 | Obrigações especiais brutas 31/12/2017 | Amortização acumulada 31/12/2017 | Obrigações especiais líquidas 31/12/2017 |
|--------------------------------------|---------------------------|------------------|------------------|------------------------|---------------------------|------------------------------------|-----------------------|-----------------------------|-----------------------------|--|----------------------------------|--|
| <b>Distribuição</b>                  | <b>1.707.849</b>          | <b>1.325.775</b> | <b>(14.864)</b>  | <b>(2.293.994)</b>     | <b>724.766</b>            | <b>(983.083)</b>                   | -                     | <b>724.766</b>              | <b>1.707.849</b>            | <b>(281.573)</b>                       | -                                | <b>(281.573)</b>                         |
| Máquinas e equipamentos              | 1.313.548                 | 1.305.411        | (14.397)         | (2.188.625)            | 415.937                   | (897.611)                          | -                     | 415.937                     | 1.313.548                   | (281.573)                              | -                                | (281.573)                                |
| Outros                               | 394.301                   | 20.364           | (467)            | (105.369)              | 308.829                   | (85.472)                           | -                     | 308.829                     | 394.301                     | -                                      | -                                | -  |
| <b>Administração</b>                 | <b>23.008</b>             | <b>32.939</b>    | <b>(1)</b>       | <b>(23.531)</b>        | <b>32.415</b>             | <b>9.407</b>                       | -                     | <b>32.415</b>               | <b>23.008</b>               | <b>(2)</b>                             | -                                | <b>(2)</b>                               |
| Máquinas e equipamentos              | 13.618                    | 14.892           | (1)              | (9.227)                | 19.282                    | 5.664                              | -                     | 19.282                      | 13.618                      | (2)                                    | -                                | (2)                                      |
| Outros                               | 9.390                     | 18.047           | -                | (14.304)               | 13.133                    | 3.743                              | -                     | 13.133                      | 9.390                       | -                                      | -                                | -  |
| <b>Subtotal</b>                      | <b>1.730.857</b>          | <b>1.358.714</b> | <b>(14.865)</b>  | <b>(2.317.525)</b>     | <b>757.181</b>            | <b>(973.676)</b>                   | -                     | <b>757.181</b>              | <b>1.730.857</b>            | <b>(281.575)</b>                       | -                                | <b>(281.575)</b>                         |
| <b>Total do Ativo Imobilizado</b>    | <b>29.961.389</b>         | <b>1.358.714</b> | <b>(963.431)</b> | <b>33.329</b>          | <b>30.390.001</b>         | <b>428.612</b>                     | <b>(17.316.533)</b>   | <b>13.073.468</b>           | <b>12.739.862</b>           | <b>(7.393.449)</b>                     | <b>2.358.311</b>                 | <b>(5.035.138)</b>                       |

(2) O saldo das transferências refere-se, principalmente, à incorporação de créditos ICMS sobre ativos adquiridos em exercícios anteriores antes registrados como tributos compensáveis e que a Companhia concluiu não serem passíveis de aproveitamento para fins fiscais.



| Distribuição - máquinas e equipamentos                        | Valor bruto em 31/12/2016 | Adições (A)     | Baixas (B)       | Transferências (C) | Valor bruto em 31/12/2017 | Adições líquidas = (A) - (B) + (C) 31/12/2017 |
|---|---------------------------|-----------------|------------------|--------------------|---------------------------|---|
| <b>AIS Bruto</b>  | <b>26.994.025</b>         | -               | <b>(943.729)</b> | <b>2.259.764</b>   | <b>28.310.060</b>         | <b>1.316.035</b>                              |
| Transformador de Distribuição                                 | 2.806.158                 | -               | (94.716)         | 380.226            | 3.091.668                 | 285.510                                       |
| Medidor   | 1.093.118                 | -               | (118.257)        | 93.020             | 1.067.881                 | (25.237)                                      |
| Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)                                 | 15.470.221                | -               | (411.177)        | 1.111.696          | 16.170.740                | 700.519                                       |
| Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)                           | 49.166                    | -               | (4.038)          | 1.848              | 46.976                    | (2.190)                                       |
| Redes Alta Tensão (69 kV)                                     | 447.635                   | -               | (32.909)         | 19.762             | 434.488                   | (13.147)                                      |
| Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)                            | 2.339.092                 | -               | (70.982)         | 203.220            | 2.471.330                 | 132.238                                       |
| Redes Alta Tensão (>= 230 kV)                                 | 58.833                    | -               | (306)            | 2.422              | 60.949                    | 2.116   |
| Subestações Média Tensão (primário 30kV a 44kV)               | 371.006                   | -               | (37.951)         | 4.527              | 337.582                   | (33.424)                                      |
| Subestações Média Tensão (primário de 69kV)                   | 538.936                   | -               | (33.145)         | 39.386             | 545.177                   | 6.241   |
| Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)             | 3.138.377                 | -               | (122.131)        | 284.561            | 3.300.807                 | 162.430                                       |
| Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)                | 46.182                    | -               | (332)            | 11                 | 45.861                    | (321)   |
| Demais Máquinas e Equipamentos                                | 635.301                   | -               | (17.785)         | 119.085            | 736.601                   | 101.300                                       |
| <b>Obrigações Especiais do AIS Bruto</b>                      | <b>(6.656.037)</b>        | <b>(10.275)</b> | <b>143.468</b>   | <b>(589.030)</b>   | <b>(7.111.874)</b>        | <b>88.814</b>                                 |
| Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização | (6.656.037)               | (10.275)        | 143.468          | (449.736)          | (6.972.580)               | 228.108                                       |
| Ultrapassagem de demanda                                      | -                         | -               | -                | (42.051)           | (42.051)                  | (42.051)                                      |
| Excedente de reativos   | -                         | -               | -                | (97.243)           | (97.243)                  | (97.243)                                      |
| <b>Total - Distribuição Maquinas e Equipamentos</b>           | <b>20.337.988</b>         | <b>(10.275)</b> | <b>(800.261)</b> | <b>1.670.734</b>   | <b>21.198.186</b>         | <b>1.404.849</b>                              |

As adições ao imobilizado são como segue:

| Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil | Material/<br>equipamentos | Serviços de<br>terceiros | Mão de<br>obra<br>própria | Juros<br>capitalizados | Outros<br>gastos | Total            |
|---|---------------------------|--------------------------|---------------------------|------------------------|------------------|------------------|
| Terrenos  | -                         | -                        | -                         | 430                    | 2.778            | 3.208            |
| Edificações, obras civis e benfeitorias         | 58.896                    | -                        | 1.777                     | 2.669                  | 233              | 63.575           |
| Máquinas e equipamentos                         | 669.578                   | 476.886                  | 71.199                    | 54.314                 | 505              | 1.272.482        |
| Veículos  | 17.721                    | 154                      | -                         | 1.084                  | 68               | 19.027           |
| Móveis e utensílios                             | 16                        | -                        | -                         | -                      | -                | 16               |
| A ratear  | -                         | -                        | -                         | -                      | 58               | 58               |
| Transformação, fabricação e reparo de materiais | -                         | 274                      | 74                        | -                      | -                | 348              |
| <b>Total das adições</b>                        | <b>746.211</b>            | <b>477.314</b>           | <b>73.050</b>             | <b>58.497</b>          | <b>3.642</b>     | <b>1.358.714</b> |

A composição do intangível é como segue:

| INTANGÍVEL             | Taxas anuais médias<br>de depreciação % | 31/12/2017     |   |                | 31/12/2016     |
|------------------------|---|----------------|---|----------------|----------------|
|                        |   | Bruto          | Depreciação e<br>amortização<br>acumulada | Valor líquido  | Valor líquido  |
| <b>Em serviço</b>      |   |                |   |                |                |
| <b>Distribuição</b>    | <b>20</b>                               | <b>122.418</b> | <b>(4.755)</b>                            | <b>117.663</b> | <b>57.055</b>  |
| Custo histórico        | 20                                      | 113.649        | (4.559)                                   | 109.090        | 48.368         |
| Reavaliação            | 20                                      | 8.769          | (196)                                     | 8.573          | 8.687          |
| <b>Administração</b>   | <b>20</b>                               | <b>685.981</b> | <b>(533.472)</b>                          | <b>152.509</b> | <b>57.678</b>  |
| Custo histórico        | 20                                      | 574.879        | (422.370)                                 | 152.509        | 57.678         |
| Reavaliação            | 20                                      | 111.102        | (111.102)                                 | -              | -              |
| <b>TOTAL</b>           |   | <b>808.399</b> | <b>(538.227)</b>                          | <b>270.172</b> | <b>114.733</b> |
| <b>Em curso</b>        |   |                |   |                |                |
| Distribuição           |   | 57.344         | -   | 57.344         | 104.638        |
| Administração          |   | 52.094         | -   | 52.094         | 133.086        |
| <b>TOTAL</b>           |   | <b>109.438</b> | <b>-</b>                                  | <b>109.438</b> | <b>237.724</b> |
| <b>TOTAL AIS + AIC</b> |   | <b>917.837</b> | <b>(538.227)</b>                          | <b>379.610</b> | <b>352.457</b> |

A movimentação do intangível é como segue:

| Intangível R\$ mil                 | Valor bruto em 31/12/2016 | Adições (A)   | Baixas (B)   | Transferências (C) | Valor bruto em 31/12/2017 | Adições líquidas = (A) - (B) + (C) | Amortização acumulada em 31/12/2017 | Valor líquido em 31/12/2017 | Valor líquido em 31/12/2016 |
|------------------------------------|---------------------------|---------------|--------------|--------------------|---------------------------|------------------------------------|-------------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| <b>Ativo intangível em serviço</b> |                           |               |              |                    |                           |                                    |                                     |                             |                             |
| <b>Distribuição</b>                | <b>61.253</b>             | -             | (195)        | <b>61.360</b>      | <b>122.418</b>            | <b>61.165</b>                      | <b>(4.755)</b>                      | <b>117.663</b>              | <b>57.055</b>               |
| Servidões                          | 56.030                    | -             | (195)        | 60.170             | 116.005                   | 59.975                             | (204)                               | 115.801                     | 55.826                      |
| Softwares                          | 5.223                     | -             | -            | 1.190              | 6.413                     | 1.190                              | (4.551)                             | 1.862                       | 1.229                       |
| <b>Administração</b>               | <b>556.281</b>            | -             | -            | <b>129.700</b>     | <b>685.981</b>            | <b>129.700</b>                     | <b>(533.472)</b>                    | <b>152.509</b>              | <b>57.678</b>               |
| Softwares                          | 556.270                   | -             | -            | 129.700            | 685.970                   | 129.700                            | (533.464)                           | 152.506                     | 57.674                      |
| Outros                             | 11                        | -             | -            | -                  | 11                        | -                                  | (8)                                 | 3                           | 4                           |
| <b>Subtotal</b>                    | <b>617.534</b>            | -             | <b>(195)</b> | <b>191.060</b>     | <b>808.399</b>            | <b>190.865</b>                     | <b>(538.227)</b>                    | <b>270.172</b>              | <b>114.733</b>              |
| <b>Ativo intangível em curso</b>   |                           |               |              |                    |                           |                                    |                                     |                             |                             |
| <b>Distribuição</b>                | <b>104.638</b>            | <b>15.784</b> | <b>(52)</b>  | <b>(63.026)</b>    | <b>57.344</b>             | <b>(47.294)</b>                    | -                                   | <b>57.344</b>               | <b>104.638</b>              |
| Servidões                          | 16.176                    | 9.562         | (34)         | (11.786)           | 13.918                    | (2.258)                            | -                                   | 13.918                      | 16.176                      |
| Softwares                          | 3.444                     | 742           | (18)         | (2.950)            | 1.218                     | (2.226)                            | -                                   | 1.218                       | 3.444                       |
| Outros                             | 85.018                    | 5.480         | -            | (48.290)           | 42.208                    | (42.810)                           | -                                   | 42.208                      | 85.018                      |
| <b>Administração</b>               | <b>133.086</b>            | <b>47.650</b> | <b>(13)</b>  | <b>(128.629)</b>   | <b>52.094</b>             | <b>(80.992)</b>                    | -                                   | <b>52.094</b>               | <b>133.086</b>              |
| Softwares                          | 132.814                   | 47.609        | -            | (128.629)          | 51.794                    | (81.020)                           | -                                   | 51.794                      | 132.814                     |
| Outros                             | 272                       | 41            | (13)         | -                  | 300                       | 28                                 | -                                   | 300                         | 272                         |
| <b>Subtotal</b>                    | <b>237.724</b>            | <b>63.434</b> | <b>(65)</b>  | <b>(191.655)</b>   | <b>109.438</b>            | <b>(128.286)</b>                   | -                                   | <b>109.438</b>              | <b>237.724</b>              |
| <b>Total do ativo intangível</b>   | <b>855.258</b>            | <b>63.434</b> | <b>(260)</b> | <b>(595)</b>       | <b>917.837</b>            | <b>62.579</b>                      | <b>(538.227)</b>                    | <b>379.610</b>              | <b>352.457</b>              |

## 15. FORNECEDORES

|  | 2017             | 2016             |
|--|------------------|------------------|
| Energia de curto prazo - CCEE (1)          | 451.239          | 125.066          |
| Encargos de uso da rede elétrica (2)       | 129.525          | 52.441           |
| Energia elétrica comprada para revenda (3) | 498.408          | 422.727          |
| Itaipu binacional                          | 240.220          | 206.827          |
| Materiais e serviços                       | 335.990          | 242.302          |
|  | <b>1.655.382</b> | <b>1.049.363</b> |

(1) O saldo a pagar à CCEE refere-se, basicamente, ao risco hidrológico de quotas Itaipu. O aumento do saldo a pagar, em função do risco hidrológico assim como das CCEAR's, está associado ao cenário hidrológico desfavorável.

(2) Os encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações, são componentes da rede básica cujos valores são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

(3) Em 2017 a Companhia registrou um aumento nas despesas com energia em função do maior custo da energia no mercado atacadista, decorrente do baixo nível dos reservatórios, com a menor produção de energia pelas usinas hidroelétricas.

## 16. TRIBUTOS

|   | 2017             | 2016             |
|---|------------------|------------------|
| <b>Impostos, taxas e contribuições</b>            |                  |                  |
| <b>Circulante</b>                                 |                  |                  |
| ICMS (i)  | 406.181          | 427.064          |
| COFINS  | 74.403           | 63.626           |
| PIS-PASEP   | 16.005           | 13.786           |
| INSS  | 13.152           | 16.733           |
| ISSQN   | 4.930            | 5.891            |
| Outros  | 9.243            | 10.756           |
|   | <b>523.914</b>   | <b>537.856</b>   |
| <b>Não circulante</b>                             |                  |                  |
| COFINS (ii)                                       | 19.910           | 505.018          |
| PIS-PASEP (ii)                                    | 3.236            | 109.551          |
|   | <b>23.146</b>    | <b>614.569</b>   |
|   | <b>547.060</b>   | <b>1.152.425</b> |
| <b>Valores a serem restituídos a consumidores</b> |                  |                  |
| <b>Não circulante</b>                             |                  |                  |
| PASEP/COFINS (ii)                                 | 1.087.230        | -                |
|   | <b>1.087.230</b> | <b>-</b>         |

### (i) Plano de Regularização de Créditos Tributários – PRCT

Em 2017, a Companhia aderiu ao Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais para quitação do imposto sobre circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS, atualizados e líquidos das reduções de multa e juros previstos na Lei Estadual nº 22.549 e decretos posteriores que instituíram as condições do parcelamento de débitos tributários.

As principais questões tributárias que implicaram na adesão da Companhia ao PRCT estão relacionadas ao ICMS incidente sobre a subvenção da CDE no período de janeiro de 2013 a outubro de 2016 e ainda a classificação de condomínios residenciais na categoria comercial, com alteração na alíquota do ICMS, gerando divergência de interpretação em relação à autoridade tributária, no período de 2013 a 2015. O PRCT, no montante de

R\$557.673, líquido da redução dos juros e multas em 90%, será liquidado em 06 (seis) parcelas sucessivas, atualizadas pela taxa de 50% da Selic.

Os efeitos da adesão ao PRCT reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 nos impostos e encargos incidentes sobre a receita, despesas operacionais e despesas financeiras, montam R\$532.455, R\$1.389 e R\$30.910, respectivamente.

Até 31 de dezembro de 2017 a Companhia quitou 03 (três) parcelas no montante de R\$281.877 restando um saldo de R\$282.876, o qual foi quitado em abril de 2018. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía em aberto ICMS a recolher no montante de R\$ 123.305 oriundo das suas operações.

- (ii) Em 31 de dezembro de 2016, as obrigações de longo prazo de PASEP/COFINS contemplavam os valores referentes ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou-se por recolher mensalmente as contribuições.

Em outubro de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia realizou a baixa dos passivos relativos a essas contribuições e constituiu um passivo potencial junto a seus consumidores no montante R\$1.087.230, que equivale ao valor atualizado dos depósitos judiciais realizados, no montante de R\$1.110.376, líquido dos PASEP/COFINS incidente sobre a sua receita de atualização no montante de R\$ 23.146. Esse passivo foi constituído considerando que a Companhia repassa aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica, mantendo a neutralidade tarifária. A restituição aos consumidores dependerá do efetivo levantamento do depósito judicial e eventual definição de mecanismos pela ANEEL. O efeito líquido oriundo dos registros em questão no resultado do exercício foi nulo.

## 17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

| Financiadores                               | Juros de Curto Prazo | Principal Curto Prazo | Principal + Juros LP | Saldo Total | Data Captação Repactuação | Tipo de Garantia | Indexador ou Juros | Spread % a.a.  |
|---|----------------------|-----------------------|----------------------|-------------|---------------------------|------------------|--------------------|----------------|
| <b>Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira</b> |                      |                       |                      |             |                           |                  |                    |                |
| Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos       | 1.455                | -                     | 21.478               | 22.933      | Set/02                    | Recebíveis       | US\$               | 6,0%           |
| <b>Financ. / Emprést. Moeda Nacional</b>    |                      |                       |                      |             |                           |                  |                    |                |
| Banco do Brasil S.A.                        | 193                  | -                     | 500.000              | 500.193     | Dez/17                    | Recebíveis       | CDI                | 146,50% do CDI |
| Eletrobrás                                  | 7                    | 1.366                 | -                    | 1.373       | Out/10                    | Recebíveis       | RGR                | 6,00%          |
| Eletrobrás                                  | 61                   | 4.567                 | 7.728                | 12.356      | Dez/11                    | Recebíveis       | RGR                | 6,00%          |
| Eletrobrás                                  | 39                   | 2.844                 | 4.813                | 7.696       | Dez/11                    | Recebíveis       | RGR                | 6,00%          |
| Eletrobrás                                  | 4                    | 814                   | -                    | 818         | Out/10                    | Recebíveis       | RGR                | 6,00%          |
| Eletrobrás                                  | 34                   | 2.508                 | 4.244                | 6.786       | Dez/11                    | Recebíveis       | RGR                | 6,00%          |
| Eletrobrás                                  | 38                   | 1.420                 | 6.227                | 7.685       | Set/11                    | Recebíveis       | RGR                | 6,00%          |
| Eletrobrás                                  | 25                   | 947                   | 4.151                | 5.123       | Jan/12                    | Recebíveis       | RGR                | 6,00%          |
| Eletrobrás                                  | 25                   | 947                   | 4.151                | 5.123       | Mar/12                    | Recebíveis       | RGR                | 6,00%          |
| Eletrobrás IRD                              | 28                   | 945                   | 1.856                | 2.829       | Out/91                    | Recebíveis       | UFIR (RGR)         | 8,00%          |
| Serra da Fortaleza                          | 429                  | 612                   | 1.301                | 2.342       | Jul/95                    | Sem garantia     | IGP-DI             | 6,00%          |
| CMM   | 924                  | -                     | 1.038                | 1.962       | Jun/00                    | Sem garantia     | IGP-DI             | 6,00%          |
| Caixa Econômica Federal                     | 13                   | 8.333                 | -                    | 8.346       | Jan/15                    | Aval/Fiança      | CDI                | 119,00% do CDI |
| Caixa Econômica Federal                     | 1.165                | -                     | 625.502              | 626.667     | Dez/17                    | Recebíveis       | CDI                | 146,50% do CDI |
| Debêntures 1ª Série 3ª Emissão              | 36.297               | 410.817               | -                    | 447.114     | Mar/13                    | Aval/Fiança      | CDI                | CDI+0,69%      |
| Debêntures 2ª Série 3ª Emissão              | 59.337               | -                     | 1.477.810            | 1.537.147   | Mar/13                    | Aval/Fiança      | IPCA               | 4,70%          |
| Debêntures 3ª Série 3ª Emissão              | 38.409               | -                     | 881.788              | 920.197     | Mar/13                    | Aval/Fiança      | IPCA               | 5,10%          |
| Debêntures Série Única 4ª Emissão           | 8                    | 20.000                | -                    | 20.008      | Dez/17                    | Aval/Fiança      | CDI                | CDI+4,05%      |
| Debêntures Série Única 5ª Emissão           | 1.220                | -                     | 1.575.000            | 1.576.220   | Dez/17                    | Recebíveis       | CDI                | 146,50% do CDI |
| (-) Custos de Transação                     | -                    | (2.044)               | (28.183)             | (30.227)    |                           |                  |                    |                |
| <b>Dívidas com Fundo de Pensão</b>          |                      |                       |                      |             |                           |                  |                    |                |
| Plano de Saúde, Odontológico e Seg.Vida     | -                    | 87.669                | 1.435.516            | 1.523.185   | -                         | -                | -                  | -              |
| Forluz - Reserva Contratada                 | -                    | 68.020                | 453.981              | 522.001     | Mar/06                    | Recebíveis       | IPCA               | 6,00%          |
| Forluz - Equacionamento (déficit 2015)      | -                    | 10.836                | 194.408              | 205.244     | Mai/17                    | Recebíveis       | IPCA               | 6,00%          |
| Forluz - Previdência Privada                | -                    | -                     | 571.723              | 571.723     | -                         | -                | -                  | -              |

|   | Data Próximo Pqto Juros | Freq. Pqto Juros | Data Próxima Amortiz. | Vencto Final | Freq.de Amortiz | Sistem. Amortiz | Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo |         |           |           |         |           |           |
|---|-------------------------|------------------|-----------------------|--------------|-----------------|-----------------|---|---------|-----------|-----------|---------|-----------|-----------|
|   |                         |                  |                       |              |                 |                 | 2019  | 2020    | 2021      | 2022      | 2023    | 2024+     | Total     |
| <b>Financ./Emprést. Moeda Estrangeira</b> |                         |                  |                       |              |                 |                 | -   | -       | -         | -         | -       | 21.478    | 21.478    |
| Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos     | 11/04/18                | Semestral        | 15/04/24              | 15/04/24     | Única           | Bullet          | -   | -       | -         | -         | -       | 21.478    | 21.478    |
| <b>Financ./Empréstimos Moeda Nacional</b> |                         |                  |                       |              |                 |                 | 683.066   | 859.924 | 1.227.049 | 1.633.493 | 223.142 | 440.752   | 5.067.426 |
| Banco do Brasil S.A.                      | 10/01/18                | Mensal           | 10/07/19              | 10/06/22     | Mensal          | Variável        | 33.750  | 67.500  | 135.000   | 263.750   | -       | -         | 500.000   |
| Eletrobrás                                | 30/01/18                | Mensal           | 30/01/18              | 30/05/18     | Mensal          | SAC             | -   | -       | -         | -         | -       | -         | -         |
| Eletrobrás                                | 30/01/18                | Mensal           | 30/01/18              | 30/10/20     | Mensal          | SAC             | 4.215   | 3.513   | -         | -         | -       | -         | 7.728     |
| Eletrobrás                                | 30/01/18                | Mensal           | 30/01/18              | 30/10/20     | Mensal          | SAC             | 2.625   | 2.188   | -         | -         | -       | -         | 4.813     |
| Eletrobrás                                | 30/01/18                | Mensal           | 30/01/18              | 30/05/18     | Mensal          | SAC             | -   | -       | -         | -         | -       | -         | -         |
| Eletrobrás                                | 30/01/18                | Mensal           | 30/01/18              | 30/10/20     | Mensal          | SAC             | 2.315   | 1.929   | -         | -         | -       | -         | 4.244     |
| Eletrobrás                                | 30/01/18                | Mensal           | 30/01/18              | 30/08/23     | Mensal          | SAC             | 1.311   | 1.311   | 1.311     | 1.311     | 983     | -         | 6.227     |
| Eletrobrás                                | 30/01/18                | Mensal           | 30/01/18              | 30/08/23     | Mensal          | SAC             | 874   | 874     | 874       | 874       | 655     | -         | 4.151     |
| Eletrobrás                                | 30/01/18                | Mensal           | 30/01/18              | 30/08/23     | Mensal          | SAC             | 874   | 874     | 874       | 874       | 655     | -         | 4.151     |
| Eletrobrás IRD                            | 15/02/18                | Trimestral       | 15/02/18              | 15/11/17     | Trimestral      | SAC             | 696   | 521     | 348       | 205       | 86      | -         | 1.856     |
| Serra da Fortaleza                        | 20/08/18                | Semestral        | 20/08/18              | 18/02/21     | Semestral       | SAC             | 383   | 612     | 306       | -         | -       | -         | 1.301     |
| CMM                                       | 30/06/21                | Semestral        | 30/06/21              | 30/06/24     | Semestral       | SAC             | -   | -       | (252)     | 516       | 516     | 258       | 1.038     |
| Caixa Econômica Federal                   | 22/01/18                | Mensal           | 22/01/18              | 22/01/18     | Mensal          | SAC             | -   | -       | -         | -         | -       | -         | -         |
| Caixa Econômica Federal                   | 22/01/18                | Mensal           | 22/07/19              | 22/06/22     | Mensal          | Variável        | 42.222  | 84.443  | 168.885   | 329.952   | -       | -         | 625.502   |
| Debêntures 1ª Série 3ª Emissão            | 15/02/18                | Anual            | 15/02/18              | 15/02/18     | Única           | Bullet          | -   | -       | -         | -         | -       | -         | -         |
| Debêntures 2ª Série 3ª Emissão            | 15/02/18                | Anual            | 15/02/19              | 16/02/21     | Anual           | SAC             | 487.678   | 487.677 | 502.455   | -         | -       | -         | 1.477.810 |
| Debêntures 3ª Série 3ª Emissão            | 15/02/18                | Anual            | 15/02/22              | 15/02/25     | Anual           | SAC             | -   | -       | -         | 220.447   | 220.447 | 440.894   | 881.788   |
| Debêntures Série Única 4ª Emissão         | 17/12/18                | Anual            | 17/12/18              | 17/12/18     | Anual           | SAC             | -   | -       | -         | -         | -       | -         | -         |
| Debêntures Série Única 5ª Emissão         | 15/01/18                | Mensal           | 15/07/19              | 15/06/22     | Mensal          | Variável        | 106.312   | 212.625 | 425.250   | 830.813   | -       | -         | 1.575.000 |
| (-) Custos de Transação                   |                         |                  |                       |              |                 |                 | (189)   | (4.143) | (8.002)   | (15.249)  | (200)   | (400)     | (28.183)  |
| <b>Dívidas com Fundo de Pensão</b>        |                         |                  |                       |              |                 |                 | 82.673  | 87.633  | 92.891    | 98.465    | 104.373 | 2.189.593 | 2.655.628 |
| Plano de Saúde, Odontológico e Seg.Vida   | -                       | -                | -                     | -            | -               | -               | -   | -       | -         | -         | -       | 1.435.516 | 1.435.516 |
| Forluz - Reserva Contratada               | 31/01/18                | Mensal           | 31/01/18              | 30/06/24     | Mensal          | Price           | 72.101  | 76.427  | 81.013    | 85.873    | 91.026  | 47.541    | 453.981   |
| Forluz - Equacionamento (déficit 2015)    | 13/01/18                | Mensal           | 13/01/18              | 13/06/31     | Mensal          | Price           | 10.572  | 11.206  | 11.878    | 12.592    | 13.347  | 134.813   | 194.408   |
| Forluz - Previdência Privada              | -                       | -                | -                     | -            | -               | -               | -   | -       | -         | -         | -       | 571.723   | 571.723   |

Companhia está adimplente com seus contratos de dívida.

## Abertura dos ativos financeiros – R\$ Mil

| 31/12/2016                              | Juros de Curto Prazo | Principal Curto Prazo | Principal + Juros LP | Saldo Total    | Adimplente? | Indexador ou Juros | Spread % a.a.         |
|---|----------------------|-----------------------|----------------------|----------------|-------------|--------------------|-----------------------|
| <b>Ativos Financeiros</b>               |                      |                       |                      |                |             |                    |                       |
| <b>Caixa e Aplicações Financeiras</b>   |                      |                       |                      |                |             |                    |                       |
| <b>Saldo final de caixa - conta 111</b> |                      |                       |                      |                |             |                    |                       |
| Contas bancárias                        | -                    | 101.865               | -                    | 101.865        | Sim         | -                  | -                     |
| Aplicações caixa e equivalentes         | -                    | 419.022               | -                    | 419.022        | Sim         | CDI                | 50% a 104,5%          |
| <b>Aplicações financeiras</b>           |                      |                       |                      |                |             |                    |                       |
| CDB                                     | -                    | 874                   | -                    | 874            | Sim         | CDI                | 100,25% a 105,25%     |
| Letras Financeiras - LFs                | 191                  | 84.364                | -                    | 84.555         | Sim         | CDI                | 102,10% a 112%        |
| Letras Financeiras Tesouro - LFTs       | 465                  | 205.781               | -                    | 206.246        | Sim         | Selic              | 6,89% a.a.            |
| Debêntures                              | 23                   | 10.206                | 8.293                | 18.522         | Sim         | CDI                | 104,25% a CDI + 4,24% |
| Outros                                  | 1                    | 393                   | -                    | 394            | Sim         | CDI                | 100%                  |
| <b>TOTAL</b>                            | <b>680</b>           | <b>822.505</b>        | <b>8.293</b>         | <b>831.478</b> |             |                    |                       |

As instituições financeiras estão adimplentes com as operações contratadas pela Companhia. Mais detalhes nas notas explicativas nº 6 e 7 destas demonstrações contábeis regulatórias.

## Composição do endividamento e dívida líquida - R\$ Mil

|                                      | Juros de curto prazo | Principal curto prazo | Principal + juros LP | Total 2017       | Total 2016       |
|--------------------------------------|----------------------|-----------------------|----------------------|------------------|------------------|
| <b>Dívida bruta</b>                  |                      |                       |                      |                  |                  |
| Financ. / emprést. moeda estrangeira | 1.455                | -                     | 21.478               | 22.933           | 23.049           |
| Financ. / emprést. moeda nacional    | 138.256              | 454.076               | 5.067.426            | 5.659.758        | 6.175.202        |
| Fundo de pensão                      | -                    | 166.525               | 2.655.628            | 2.822.153        | 2.937.486        |
|                                      | <b>139.711</b>       | <b>620.601</b>        | <b>7.744.532</b>     | <b>8.504.844</b> | <b>9.135.737</b> |
| <b>Ativos financeiros</b>            |                      |                       |                      |                  |                  |
| Alta liquidez                        | -                    | (521.761)             | -                    | (521.761)        | (426.074)        |
| Demais aplicações financeiras        | (680)                | (300.744)             | (8.293)              | (309.717)        | (342.447)        |
|                                      | <b>(680)</b>         | <b>(822.505)</b>      | <b>(8.293)</b>       | <b>(831.478)</b> | <b>(768.521)</b> |
| <b>Dívida líquida</b>                | <b>139.031</b>       | <b>(201.904)</b>      | <b>7.736.239</b>     | <b>7.673.366</b> | <b>8.367.216</b> |

A composição dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

|                              | 2018           | 2019           | 2020           | 2021             | 2022             | 2023           | 2024           | 2025 em diante | Total            |
|------------------------------|----------------|----------------|----------------|------------------|------------------|----------------|----------------|----------------|------------------|
| <b>Moedas</b>                |                |                |                |                  |                  |                |                |                |                  |
| Dólar Norte-Americano        | 1.455          | -              | -              | -                | -                | -              | 21.478         | -              | 22.933           |
| <b>Total por Moedas</b>      | <b>1.455</b>   | <b>-</b>       | <b>-</b>       | <b>-</b>         | <b>-</b>         | <b>-</b>       | <b>21.478</b>  | <b>-</b>       | <b>22.933</b>    |
| <b>Indexadores</b>           |                |                |                |                  |                  |                |                |                |                  |
| IPCA (1)                     | 97.746         | 487.678        | 487.677        | 502.455          | 220.447          | 220.447        | 220.447        | 220.447        | 2.457.344        |
| UFIR/RGR (2)                 | 16.619         | 12.910         | 11.210         | 3.407            | 3.264            | 2.379          | -              | -              | 49.789           |
| CDI (3)                      | 478.046        | 182.284        | 364.568        | 729.135          | 1.424.515        | -              | -              | -              | 3.178.548        |
| IGP-DI (4)                   | 1.965          | 383            | 612            | 54               | 516              | 516            | 258            | -              | 4.304            |
| <b>Total por Indexadores</b> | <b>594.376</b> | <b>683.255</b> | <b>864.067</b> | <b>1.235.051</b> | <b>1.648.742</b> | <b>223.342</b> | <b>220.705</b> | <b>220.447</b> | <b>5.689.985</b> |
| (-) Custos de Transação      | (2.044)        | (189)          | (4.143)        | (8.002)          | (15.249)         | (200)          | (200)          | (200)          | (30.227)         |
| <b>Total Geral</b>           | <b>593.787</b> | <b>683.066</b> | <b>859.924</b> | <b>1.227.049</b> | <b>1.633.493</b> | <b>223.142</b> | <b>241.983</b> | <b>220.247</b> | <b>5.682.691</b> |

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
- (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR), utilizada até sua extinção;
- (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
- (4) Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI);



As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

| Moeda                 | Variação acumulada em 2017 % | Variação acumulada em 2016 % | Indexador | Variação acumulada em 2017 % | Variação acumulada em 2016 % |
|-----------------------|------------------------------|------------------------------|-----------|------------------------------|------------------------------|
| Dólar Norte-Americano | 1,50                         | (16,54)                      | IPCA      | 2,95                         | 6,29                         |
| Euro                  | 15,41                        | (19,10)                      | CDI       | 9,93                         | 14,06                        |

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

|   |                  |
|---|------------------|
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>                      | <b>7.020.042</b> |
| Empréstimos obtidos   | 2.310.000        |
| Custos de transação   | (60.367)         |
| <b>Empréstimos obtidos líquidos dos custos de transação</b> | <b>2.249.633</b> |
| Variação monetária e cambial                                | 159.757          |
| Encargos financeiros provisionados                          | 827.130          |
| Amortização do custo de transação                           | 23.692           |
| Encargos financeiros pagos                                  | (1.209.021)      |
| Amortização de empréstimos                                  | (2.872.982)      |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>                      | <b>6.198.251</b> |
| Custos de transação (1)                                     | (10.971)         |
| Variação monetária e cambial                                | 71.395           |
| Encargos financeiros provisionados                          | 584.105          |
| Amortização do custo de transação                           | 38.172           |
| Encargos financeiros pagos                                  | (632.740)        |
| Amortização de empréstimos                                  | (565.521)        |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>                      | <b>5.682.691</b> |

(1) Custos de transação decorrentes da 5ª emissão de debêntures, conforme quadro de captações de recursos abaixo.

### Encargos financeiros capitalizados

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo.

A Companhia transferiu para o ativo intangível e imobilizado os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

|  | 2017           | 2016           |
|--|----------------|----------------|
| Encargos de empréstimos e financiamentos, incluindo a amortização de custos de transação | 622.277        | 850.822        |
| Encargos financeiros capitalizados (1)   | (68.528)       | (137.571)      |
| <b>Efeito líquido no resultado</b>   | <b>553.749</b> | <b>713.251</b> |

(1) A taxa média de capitalização foi de 14,28% em 2017 (18,02% em 2016).

## Captações de recursos

| Financiadores                         | Data de Assinatura | Vencimento Principal | Encargos Financeiros Anuais - % | Valor            |
|---------------------------------------|--------------------|----------------------|---------------------------------|------------------|
| <b>Debêntures</b>                     |                    |                      |                                 |                  |
| Debêntures série única 5ª emissão (1) | 14/12/2017         | 2022                 | 146,50% do CDI                  | 1.575.000        |
| (-) Custos de transação               |                    |                      |                                 | (10.971)         |
| <b>Total de captações</b>             |                    |                      |                                 | <b>1.564.029</b> |

(1) Em 14 de dezembro de 2017, foi emitida a 5ª emissão de debêntures simples, com o prazo de vigência de 4,5 anos, remuneração anual de 146,50% do CDI que será amortizada em 36 parcelas mensais vincendas a partir de julho de 2019. A integralização das Debêntures da 5ª emissão foi realizada mediante dação em pagamento das debêntures da 4ª emissão, não havendo assim, efeito no caixa da Companhia.

## Garantias

Em 31 de dezembro de 2017, os empréstimos e financiamentos são garantidos da seguinte forma:

|               | Em milhares de Reais |
|---------------|----------------------|
| Aval e fiança | 2.931.110            |
| Recebíveis    | 2.744.448            |
| Sem garantia  | 7.133                |
| <b>TOTAL</b>  | <b>5.682.691</b>     |

## Debêntures

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações e, em 31 de dezembro de 2017, possuem as seguintes características:

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações e, em 31 de dezembro de 2017, possuem as seguintes características:

|                          | Tipo garantia     | Encargos Anuais | Saldo em 2017    | Saldo em 2016    |
|--------------------------|-------------------|-----------------|------------------|------------------|
| Série única - 2ª emissão | Não há            | IPCA + 7,96%    | -                | 235.136          |
| 1ª série - 3ª emissão    | Fiança            | CDI + 0,69%     | 447.114          | 464.072          |
| 2ª série - 3ª emissão    | Fiança            | IPCA + 4,70%    | 1.537.147        | 1.496.274        |
| 3ª série - 3ª emissão    | Fiança            | IPCA + 5,10%    | 920.197          | 895.829          |
| Série única - 4ª emissão | Fiança            | CDI + 4,05%     | 20.008           | 1.626.850        |
| Série única - 5ª emissão | Fiança/recebíveis | 146,50% do CDI  | 1.576.220        | -                |
| (-) Custos de transação  |                   |                 | (12.646)         | (31.430)         |
| <b>TOTAL</b>             |                   |                 | <b>4.488.040</b> | <b>4.686.731</b> |

Para as debêntures emitidas pela Companhia, de repactuação, e debêntures em tesouraria. Há cláusula de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“cross default”).

Em 2017, a Companhia encontra-se adimplente com a totalidade de suas obrigações restritivas.

## Cláusulas contratuais restritivas – “Covenants”

A Companhia possui contratos com cláusulas restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

| Título  | Descrição da cláusula restritiva                 | Índice requerido Cemig D  | Índice requerido Cemig (garantidora)  | Exigibilidade de cumprimento |
|---|--|---|---|------------------------------|
| Cédula de crédito bancário do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal e 5ª emissão de debêntures (1) | Dívida líquida / (Ebitda + dividendos recebidos) | Manter índice igual ou inferior a:<br>7,5 em 31/12/2017<br>7,5 em 30/06/2018<br>4,5 em 31/12/2018<br>3,8 em 30/06/2019<br>3,8 em 31/12/2019<br>3,3 em 30/06/2020<br>3,3 em 31/12/2020<br>3,3 em 30/06/2021<br>3,3 em 31/12/2021 em diante | Manter índice igual ou inferior a:<br>4,5 em 31/12/2017<br>4,5 em 30/06/2018<br>4,25 em 31/12/2018<br>4,25 em 30/06/2019<br>3,5 em 31/12/2019<br>3,5 em 30/06/2020<br>3,0 em 31/12/2020<br>3,0 em 30/06/2021<br>2,5 em 31/12/2021 em diante | Semestral                    |
|   | Índice de liquidez corrente                      | 0,6x em 31/12/2017 em diante  | 0,6x em 31/12/2017 em diante  |                              |

(1) As cédulas de crédito bancário do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal foram aditadas em dezembro de 2017 e passaram a exigir Covenants semestrais, conforme descrito acima. A 5ª Emissão de debêntures foi emitida com exigibilidade de cumprimento dos Covenants.

As cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento semestral foram atendidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

## 18. ENCARGOS SETORIAIS

|  | 2017             | 2016           |
|--|------------------|----------------|
| <b>Passivo</b>                             |                  |                |
| Eficiência energética                      | 632.081          | 290.687        |
| Pesquisa e desenvolvimento                 | 291.607          | 77.065         |
| Conta de desenvolvimento energético – CDE  | 154.383          | 181.491        |
| Reserva global de reversão – RGR           | 24.545           | 30.258         |
| Encargos de capacidade emergencial         | 30.996           | 30.996         |
| Taxa de fiscalização da ANEEL              | 1.371            | 1.361          |
| Encargos consumidor - bandeiras tarifárias | 16               | 17.224         |
|  | <b>1.134.999</b> | <b>629.082</b> |
| <b>Passivo circulante</b>                  | <b>787.083</b>   | <b>308.049</b> |
| <b>Passivo não circulante</b>              | <b>347.916</b>   | <b>321.033</b> |

## 19. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

### Fundo de pensão Forluz (plano de pensão e suplementação de aposentados)

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social – Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano misto de benefícios previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

Plano saldado de benefícios previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de benefício definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

A Companhia mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

### **Amortização das obrigações atuariais e reconhecimento nas demonstrações contábeis regulatórias**

A Companhia demonstra nesta nota explicativa o passivo e as despesas em conexão com o plano de complementação de aposentadoria, plano de saúde, plano odontológico e seguro de vida de acordo com os termos do pronunciamento técnico CPC 33 R1/IAS 19 (benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2017.

Foi reconhecida pela Companhia uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao Fundo de Pensão no montante de R\$522.001 em 31 de dezembro de 2017 (R\$570.184 em 31 de dezembro de 2016). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar pela Companhia, e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá

ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

### Contrato de equacionamento do déficit do plano A da FORLUZ

Em maio de 2017, a FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram um Instrumento Particular de Assunção de Dívida para Cobertura de Déficit conforme plano de equacionamento de déficit do Plano A (Plano Saldado de Benefícios Previdenciários) aprovado pelo Conselho Deliberativo da FORLUZ em 15 de dezembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2017, o montante total a ser pago pela Cemig D em decorrência do déficit apurado no Plano A é de R\$205.244, com amortizações mensais até junho de 2031, calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE).

Em fevereiro de 2018, o Conselho de Administração da Cemig autorizou a celebração de um novo Instrumento Particular de Assunção de Dívida entre a FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da FORLUZ. O montante total a ser pago pela Cemig D em decorrência do déficit apurado no Plano A é de R\$71.853, através de 167 parcelas mensais. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato será extinto.

### Informações atuariais

| 2017   | Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados | Plano de Saúde   | Plano Odontológico | Seguro de Vida | Total            |
|--|--|------------------|--------------------|----------------|------------------|
| Valor presente das obrigações                    | 6.515.886                                      | 1.299.243        | 27.405             | 196.536        | 8.039.070        |
| Valor justo dos ativos do plano                  | (5.256.817)                                    | -                | -                  | -              | (5.256.817)      |
| <b>Passivo líquido inicial</b>                   | <b>1.259.069</b>                               | <b>1.299.243</b> | <b>27.405</b>      | <b>196.536</b> | <b>2.782.253</b> |
| Ajuste ao teto de ativo ( <i>Asset Ceiling</i> ) | 39.900   | -                | -                  | -              | 39.900           |
| <b>Passivo líquido no balanço patrimonial</b>    | <b>1.298.969</b>                               | <b>1.299.243</b> | <b>27.405</b>      | <b>196.536</b> | <b>2.822.153</b> |

O teto de ativo (*asset ceiling*) é o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano.

O valor líquido do passivo dos planos de previdência é ajustado ao teto de ativo, que corresponde ao resultado superavitário do Plano B, o qual possui destinação específica conforme regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

|  | Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria | Plano de Saúde   | Plano Odontológico | Seguro de Vida | Total            |
|--|--|------------------|--------------------|----------------|------------------|
| <b>Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2015</b> | <b>5.051.394</b>                                 | <b>971.830</b>   | <b>21.959</b>      | <b>398.662</b> | <b>6.443.845</b> |
| Custo do serviço corrente  | 3.263  | 6.202            | 133                | 1.924          | 11.522           |
| Juros sobre a obriga o atuarial                                  | 635.783  | 127.681          | 2.885              | 52.057         | 818.406          |
| <b>Perdas (ganhos) atuariais:</b>                                |  |                  |                    |                |                  |
| Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas               | (567)  | -                | -                  | 40             | (527)            |
| Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras                | 777.321  | 289.287          | 6.461              | 126.564        | 1.199.633        |
| Decorrentes de ajustes com base na experiência                   | 99.907   | (66.083)         | (2.525)            | 15.847         | 47.146           |
|  | 876.661  | 223.204          | 3.936              | 142.451        | 1.246.252        |
| Benefícios pagos   | (502.532)  | (70.618)         | (1.478)            | (7.464)        | (582.092)        |
| <b>Obriga o de benefício definido em 31 de dezembro de 2016</b>  | <b>6.064.569</b>                                 | <b>1.258.299</b> | <b>27.435</b>      | <b>587.630</b> | <b>7.937.933</b> |
| Custo do serviço corrente  | 2.819  | 8.244            | 184                | 2.652          | 13.899           |
| Juros sobre a obriga o atuarial                                  | 609.799  | 130.916          | 2.855              | 61.292         | 804.862          |
| <b>Perdas (ganhos) atuariais:</b>                                |  |                  |                    |                |                  |
| Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas               | 120.309  | -                | -                  | 14             | 120.323          |
| Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras                | 256.026  | 47.475           | 1.216              | 39.455         | 344.172          |
| Decorrentes de ajustes com base na experiência                   | (18.061)   | (65.453)         | (2.558)            | (40.837)       | (126.909)        |
|  | 358.274  | (17.978)         | (1.342)            | (1.368)        | 337.586          |
| Alteran es no plano - serviço passado                            | -  | -                | -                  | (447.965)      | (447.965)        |
| Benefícios pagos   | (519.575)  | (80.238)         | (1.727)            | (5.705)        | (607.245)        |
| <b>Obriga o de benefício definido em 31 de dezembro de 2017</b>  | <b>6.515.886</b>                                 | <b>1.299.243</b> | <b>27.405</b>      | <b>196.536</b> | <b>8.039.070</b> |

A Companhia realizou modifica es no seguro de vida, que implicaram na redu o do capital segurado dos aposentados em 20% a cada 5 anos, a partir de 60 anos, até o mínimo de 20%. As altera es mencionadas implicaram em uma redu o de R\$447.965 nas obriga es pós-emprego registradas em 31 de dezembro de 2017, em contrapartida ao resultado.

As mudanças no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

|  | Plano de Pensão e Suplementa o de Aposentadoria |
|--|---|
| <b>Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2015</b> | <b>4.215.134</b>                                |
| Retorno real dos investimentos                                   | 1.232.400                                       |
| Contribui es do empregador                                       | 92.129  |
| Benefícios pagos   | (502.532)                                       |
| <b>Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2016</b> | <b>5.037.131</b>                                |
| Retorno real dos investimentos                                   | 623.747   |
| Contribui es do empregador                                       | 115.514   |
| Benefícios pagos   | (519.575)                                       |
| <b>Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2017</b> | <b>5.256.817</b>                                |

Os valores reconhecidos na demonstra o de resultado de 2017 e 2016 são como segue:

| 2017  | Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria | Plano de Saúde | Plano Odontológico | Seguro de Vida   | Total            |
|---|--|----------------|--------------------|------------------|------------------|
| Custo do serviço corrente   | 2.819  | 8.244          | 184                | 2.652            | 13.899           |
| Juros sobre a obrigação atuarial  | 609.799  | 130.916        | 2.855              | 61.292           | 804.862          |
| Rendimento sobre os ativos do plano   | (503.012)  | -              | -                  | -                | (503.012)        |
| Custo do serviço passado  | -  | -              | -                  | (447.965)        | (447.965)        |
| <b>Despesa (recuperação de despesa) total em 2017 conforme cálculo atuarial</b> | <b>109.606</b>                                   | <b>139.160</b> | <b>3.039</b>       | <b>(384.021)</b> | <b>(132.216)</b> |

| 2016   | Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria | Plano de Saúde | Plano Odontológico | Seguro de Vida | Total          |
|--|--|----------------|--------------------|----------------|----------------|
| Custo do serviço corrente                              | 3.263  | 6.202          | 133                | 1.924          | 11.522         |
| Juros sobre a obrigação atuarial                       | 635.783  | 127.681        | 2.885              | 52.057         | 818.406        |
| Rendimento sobre os ativos do plano                    | (524.970)  | -              | -                  | -              | (524.970)      |
| <b>Despesa total em 2016 conforme cálculo atuarial</b> | <b>114.076</b>                                   | <b>133.883</b> | <b>3.018</b>       | <b>53.981</b>  | <b>304.958</b> |

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

|  | Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria | Plano de Saúde   | Plano Odontológico | Seguro de Vida | Total            |
|--|--|------------------|--------------------|----------------|------------------|
| <b>Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2015</b> | <b>836.260</b>                                   | <b>971.830</b>   | <b>21.959</b>      | <b>398.662</b> | <b>2.228.711</b> |
| Despesa reconhecida no resultado                 | 114.076  | 133.883          | 3.018              | 53.981         | 304.958          |
| Contribuições pagas                              | (92.129)   | (70.618)         | (1.478)            | (7.464)        | (171.689)        |
| Perdas atuariais (1)                             | 205.915  | 223.204          | 3.936              | 142.451        | 575.506          |
| <b>Passivo líquido em 31 de dezembro de 2016</b> | <b>1.064.122</b>                                 | <b>1.258.299</b> | <b>27.435</b>      | <b>587.630</b> | <b>2.937.486</b> |
| Despesa reconhecida no resultado                 | 109.606  | 139.160          | 3.039              | 63.944         | 315.749          |
| Contribuições pagas                              | (115.514)  | (80.238)         | (1.727)            | (5.705)        | (203.184)        |
| Alterações no plano - serviço passado (ganho)    | -  | -                | -                  | (447.965)      | (447.965)        |
| Perdas (ganhos) atuariais (1)                    | 240.755  | (17.978)         | (1.342)            | (1.368)        | 220.067          |
| <b>Passivo líquido em 31 de dezembro de 2017</b> | <b>1.298.969</b>                                 | <b>1.299.243</b> | <b>27.405</b>      | <b>196.536</b> | <b>2.822.153</b> |
|  |  |                  |                    | <b>2017</b>    | <b>2016</b>      |
| <b>Passivo circulante</b>                        |  |                  |                    | 166.525        | 142.347          |
| <b>Passivo não circulante</b>                    |  |                  |                    | 2.655.628      | 2.795.139        |

(1) Reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$268.376 (R\$230.628 em 2016), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a FORLUZ, no montante de R\$47.373 (R\$74.330 em 2016). Além disso, devido às alterações no seguro de vida, foi reconhecido um ganho atuarial no resultado de 2017 no montante de R\$447.965.

A estimativa para a despesa a ser reconhecida no exercício de 2018 é como segue:

|  | Plano de pensão e suplementação de aposentados | Plano de saúde | Plano odontológico | Seguro de vida | Total          |
|--|--|----------------|--------------------|----------------|----------------|
| Custo do serviço corrente                              | 2.084  | 7.041          | 166                | 1.087          | 10.378         |
| Juros sobre a obrigação atuarial                       | 592.723  | 124.332        | 2.548              | 18.538         | 738.141        |
| Rendimento esperado sobre os ativos do plano           | (475.137)                                      | -              | -                  | -              | (475.137)      |
| <b>Despesa total em 2018 conforme cálculo atuarial</b> | <b>119.670</b>                                 | <b>131.373</b> | <b>2.714</b>       | <b>19.625</b>  | <b>273.382</b> |

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2018 é como segue:

|                                       | Planos de pensão e suplementação de aposentadoria | Plano de saúde | Plano odontológico | Seguro de vida | Total   |
|---------------------------------------|---|----------------|--------------------|----------------|---------|
| Estimativa de pagamento de benefícios | 540.358   | 83.448         | 1.796              | 5.962          | 631.564 |

A Cemig Distribuição tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão no exercício de 2018 no montante de R\$120.135 para amortização de déficit do Plano A e de R\$58.013 para o Plano de Contribuição Definida (registradas diretamente no resultado do exercício).

Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

| Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria |         | Plano de Saúde | Plano Odontológico | Seguro de Vida |
|--|---------|----------------|--------------------|----------------|
| Plano A  | Plano B |                |                    |                |
| 9,28   | 11,55   | 13,68          | 13,68              | 11,55          |

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

|                               | 2017           | 2016           |
|-------------------------------|----------------|----------------|
| Ações de empresas brasileiras | 6,60%          | 3,81%          |
| Títulos de renda fixa         | 73,97%         | 74,79%         |
| Imóveis                       | 8,17%          | 8,27%          |
| Outros                        | 11,26%         | 13,13%         |
| <b>Total</b>                  | <b>100,00%</b> | <b>100,00%</b> |

Os seguintes ativos do plano de pensão, avaliados pelo valor justo, estão relacionados à Companhia:

|   | 2017           | 2016           |
|---|----------------|----------------|
| Debêntures não conversíveis emitidas pela patrocinadora | 178.442        | 218.825        |
| Imóveis da Fundação ocupados pela patrocinadora         | 461.970        | 548.830        |
|   | <b>640.412</b> | <b>767.655</b> |

As principais premissas atuariais são conforme segue:

|  | 2017         | 2016          |
|--|--------------|---------------|
| Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial | 9,48%        | 10,50%        |
| Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano       | 9,48%        | 10,50%        |
| Taxa anual de inflação de longo prazo                            | 4,00%        | 4,50%         |
| Índice anual estimado de aumentos salariais futuros              | 6,08%        | 6,59%         |
| Tábua biométrica de mortalidade geral                            | AT-2000 D10% | AT-2000       |
| Tábua biométrica de entrada de invalidez                         | Não adotada  | Álvaro vindas |
| Tábua biométrica de mortalidade de inválidos                     | AT 49        | AT 49         |

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2017:



| Efeitos na obrigação de benefício definido      | Plano de pensão e suplementação de aposentadoria | Plano de saúde | Plano odontológico | Seguro de vida | Total   |
|---|--|----------------|--------------------|----------------|---------|
| Desagravamento da Tábua de Mortalidade em 1 ano | 170.187  | 26.938         | 428                | (11.634)       | 185.919 |
| Agravamento da Tábua de Mortalidade em 1 ano    | -  | -              | -                  | 11.141         | 11.141  |
| Decréscimo de 1% na taxa de desconto            | 679.283  | 178.605        | 3.575              | 31.125         | 892.588 |

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do crédito unitário projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no balanço patrimonial. A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

## 20. PROVISÃO PARA LITÍGIOS

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

### Ações em que a Companhia figura no polo passivo

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

|                     | 2016           | Adições        | Reversões       | Liquidações     | 2017           |
|---------------------|----------------|----------------|-----------------|-----------------|----------------|
| Trabalhistas        | 266.119        | 175.457        | (183)           | (57.146)        | 384.247        |
| Cíveis              |                |                |                 |                 |                |
| Relações de consumo | 13.307         | 21.497         | (1.293)         | (15.903)        | 17.608         |
| Outras ações cíveis | 36.842         | 9.517          | -               | (4.463)         | 41.896         |
|                     | 50.149         | 31.014         | (1.293)         | (20.366)        | 59.504         |
| Tributárias         | 3.674          | 2.534          | -               | (1.208)         | 5.000          |
| Ambientais          | -              | 2              | -               | -               | 2              |
| Regulatórias        | 21.435         | 12.078         | (9.566)         | (300)           | 23.647         |
| Outras              | 6.137          | 7.280          | -               | (4.840)         | 8.577          |
| <b>Total</b>        | <b>347.514</b> | <b>228.365</b> | <b>(11.042)</b> | <b>(83.860)</b> | <b>480.977</b> |

|                     | 2015           | Adições        | Reversões      | Liquidações     | 2016           |
|---------------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|----------------|
| Trabalhistas        | 216.101        | 93.178         | (1.428)        | (41.732)        | 266.119        |
| Cíveis              |                |                |                |                 |                |
| Relações de Consumo | 14.084         | 14.605         | (778)          | (14.604)        | 13.307         |
| Outras Ações Cíveis | 26.885         | 15.988         | -              | (6.031)         | 36.842         |
|                     | 40.969         | 30.593         | (778)          | (20.635)        | 50.149         |
| Tributárias         | 3.313          | 510            | (71)           | (78)            | 3.674          |
| Ambientais          | 60             | -              | (60)           | -               | -              |
| Regulatórias        | 20.814         | 2.270          | -              | (1.649)         | 21.435         |
| Outras              | 9.912          | 7.861          | (3.897)        | (7.739)         | 6.137          |
| <b>Total</b>        | <b>291.169</b> | <b>134.412</b> | <b>(6.234)</b> | <b>(71.833)</b> | <b>347.514</b> |

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas demonstrações contábeis regulatórias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

### **Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível**

#### Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. E, ainda, pedidos relativos à terceirização de mão de obra. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.612.569 (R\$1.327.216 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$384.247 (R\$266.119 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. O aumento no montante provisionado decorre das reavaliações de perda de diversas ações em função da mudança na fase processual para execução provisória, relativamente às ações cujo objeto são horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar, complementação e recálculo de pensões de aposentadoria complementar pela Forluz e ajustes salariais.

#### Relações de consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$39.431 (R\$23.092 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$17.608 (R\$13.307 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

### Outras ações cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$181.805 (R\$187.700 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$41.896 (R\$36.842 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

### Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS-PASEP) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$34.646 (R\$26.668 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$5.000 (R\$3.674 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

### Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$151.977 (R\$156.550 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$23.647 (R\$21.435 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

### Outros processos no curso normal dos negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$109.717 (R\$89.117 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$8.577 (R\$6.137 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

**Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.**

#### Impostos e demais contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

##### *Indenização do anuênio*

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$191.553 (R\$182.739 em 31 de dezembro de 2016), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios, na rubrica “Trabalhistas”. O valor da contingência, atualizado, é de R\$222.862 (R\$207.876 em 31 de dezembro de 2016) e, com base nos argumentos acima, Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

##### *Contribuições previdenciárias*

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados - PLR, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$949.092 (R\$1.039.997 em 31 de dezembro de 2016). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e na jurisprudência relativa.

##### *Não homologação da compensação de créditos tributários*

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF’s e/ou DCTF’s, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O montante da contingência é de R\$79.597 (R\$116.357 em 31 de dezembro de 2016) e a probabilidade de perda foi classificada inicialmente como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN). A redução no valor da contingência decorre, principalmente, da reavaliação pela Receita Federal dos valores envolvidos nos processos onde se discute o alargamento da base de cálculo do PIS e COFINS.

### *Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)*

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$200.496 (R\$186.972 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

### *Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS)*

A Receita Estadual de Minas Gerais instaurou diversos processos administrativos contra a Cemig D, onde se discutia suposta divergência na classificação, para fins fiscais, de determinados consumidores ocorrida no período de 2011 a 2015.

Os processos foram baixados tendo em vista a adesão da Companhia ao PRCT – Plano de Regularização de Créditos Tributários, do Estado de Minas Gerais, o qual incluiu a quitação dos valores envolvidos nestes processos, conforme descrito na nota explicativa nº 15 (i). O montante da contingência era de R\$82.129 em 31 de dezembro de 2016.

### Questões regulatórias

#### *Contribuição para iluminação pública (CIP)*

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da ANEEL nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada, em R\$30.163 (R\$23.510 em 31 de dezembro de 2016).

Adicionalmente, a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) é parte em diversos processos judiciais com o mesmo objeto, no montante, aproximado, de R\$1.194.111 (R\$1.281.195 em 31 de dezembro de 2016), para os quais a Cemig classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que

a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto. Em decorrência do processo de desmembramento das atividades da Cemig, caso a mesma venha a sofrer alguma perda relativa a este processo, a Cemig D poderá ser impactada.

### Majoração tarifária

#### *Exclusão de consumidores inscritos como baixa renda*

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da subclasse tarifa residencial de baixa renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$275.458 (R\$253.731 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

#### *Reajuste tarifário periódico – neutralidade da parcela A*

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Trata-se de uma ação com potencialidade para impactar todas as concessionárias de Distribuição, o que poderia ensejar um novo Acordo do Setor Elétrico.

Em decorrência de decisão favorável à Companhia, contra a qual não houve recurso, o processo foi baixado. Em 31 de dezembro de 2016 o valor da ação era R\$316.675.

### Outros passivos contingentes

#### *Desequilíbrio contratual*

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$261.281 (R\$236.703 em 31 de dezembro de 2016) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$79.985 (R\$71.396 em 31 de dezembro de 2016) e nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que a Companhia classificou a possibilidade de perda como possível.

#### *Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas*

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

O valor estimado da diferença entre os índices de correção monetária dos processos trabalhistas é de R\$190.202 (R\$150.761 em 31 de dezembro de 2016), e nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda como possível, em função da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

## 21. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

|  | Amortização<br>Taxa Média<br>Anual | Custo Histórico    | Reavaliação        | Total<br>31/12/2017 |
|--|------------------------------------|--------------------|--------------------|---------------------|
| <b>Em serviço</b>  | <b>4,14</b>                        | <b>(3.850.997)</b> | <b>(3.260.877)</b> | <b>(7.111.874)</b>  |
| Participação da União, Estados e Municípios                          |                                    | (380.363)          | (501.853)          | (882.216)           |
| Participação Financeira do Consumidor                                |                                    | (2.936.641)        | (2.236.645)        | (5.173.286)         |
| Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido |                                    | (3.961)            | (4.334)            | (8.295)             |
| Programa de Eficiência Energética - PEE                              |                                    | (78.301)           | (85.822)           | (164.123)           |
| Pesquisa e Desenvolvimento   |                                    | (2.630)            | (2.884)            | (5.514)             |
| Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica               |                                    | (306.080)          | (425.256)          | (731.336)           |
| Outros   |                                    | (143.021)          | (4.083)            | (147.104)           |
| <b>(-) Amortização Acumulada - AIS</b>                               |                                    | <b>977.564</b>     | <b>1.380.748</b>   | <b>2.358.312</b>    |
| Participação da União, Estados e Municípios                          |                                    | 46.324             | 212.094            | 258.418             |
| Participação Financeira do Consumidor                                |                                    | 763.541            | 949.931            | 1.713.472           |
| Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido |                                    | 1.641              | 1.961              | 3.602               |
| Programa de Eficiência Energética - PEE                              |                                    | 32.316             | 38.719             | 71.035              |
| Pesquisa e Desenvolvimento   |                                    | 1.086              | 1.301              | 2.387               |
| Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica               |                                    | 130.146            | 174.943            | 305.089             |
| Outros   |                                    | 2.510              | 1.799              | 4.309               |
| <b>Em curso</b>  |                                    | <b>(281.576)</b>   | <b>-</b>           | <b>(281.576)</b>    |
| Participação da União, Estados e Municípios                          |                                    | (61.259)           | -                  | (61.259)            |
| Participação Financeira do Consumidor                                |                                    | (109.975)          | -                  | (109.975)           |
| Doações e Subvenções Destinadas a Investimento no Serviço Concedido  |                                    | (3)                | -                  | (3)                 |
| Programa de Eficiência Energética - PEE                              |                                    | (17.251)           | -                  | (17.251)            |
| Pesquisa e Desenvolvimento   |                                    | (1.501)            | -                  | (1.501)             |
| Valores Pendentes de Recebimento                                     |                                    | (91.587)           | -                  | (91.587)            |
| <b>Total</b>   |                                    | <b>(3.155.009)</b> | <b>(1.880.129)</b> | <b>(5.035.138)</b>  |



|   | Saldo Inicial em 31/12/2016 | Adição           | Baixas         | Transferências   | Saldo Final em 31/12/2017 |
|---|-----------------------------|------------------|----------------|------------------|---------------------------|
| <b>Em serviço</b>   | <b>(6.656.037)</b>          | <b>(10.275)</b>  | <b>143.468</b> | <b>(589.030)</b> | <b>(7.111.874)</b>        |
| Participação da União, Estados e Municípios                         | (948.591)                   | (9.154)          | 119.582        | (44.053)         | (882.216)                 |
| Participação financeira do consumidor                               | (4.768.309)                 | (1.121)          | 5.988          | (409.844)        | (5.173.286)               |
| Doações e subvenções destinadas a invest. serviço concedido         | (12.456)                    | -                | -              | 4.161            | (8.295)                   |
| Programa de eficiência energética - PEE                             | (164.123)                   | -                | -              | -                | (164.123)                 |
| Pesquisa e desenvolvimento  | (5.514)                     | -                | -              | -                | (5.514)                   |
| Universalização do serviço público de energia elétrica              | (749.234)                   | -                | 17.898         | -                | (731.336)                 |
| Ultrapassagem de demanda  | -                           | -                | -              | (42.051)         | (42.051)                  |
| Excedente de reativos   | -                           | -                | -              | (97.243)         | (97.243)                  |
| Outros  | (7.810)                     | -                | -              | -                | (7.810)                   |
| <b>(-) Amortização Acumulada - AIS</b>                              | <b>2.095.892</b>            | <b>262.751</b>   | <b>280</b>     | <b>(611)</b>     | <b>2.358.312</b>          |
| Participação da união, estados e municípios                         | 223.387                     | 35.582           | (551)          | -                | 258.418                   |
| Participação financeira do consumidor                               | 1.518.479                   | 194.162          | 831            | -                | 1.713.472                 |
| Doações e subvenções destinadas a invest.serviço concedido          | 3.867                       | 346              | -              | (611)            | 3.602                     |
| Programa de eficiência energética – PEE                             | 64.708                      | 6.327            | -              | -                | 71.035                    |
| Pesquisa e desenvolvimento  | 2.174                       | 213              | -              | -                | 2.387                     |
| universalização do serviço público de energia elétrica              | 280.200                     | 24.889           | -              | -                | 305.089                   |
| Outros  | 3.077                       | 1.232            | -              | -                | 4.309                     |
| <b>Em curso</b>   | <b>(528.849)</b>            | <b>(345.918)</b> | <b>-</b>       | <b>593.191</b>   | <b>(281.576)</b>          |
| Participação da união, estados e municípios                         | (70.049)                    | (35.263)         | -              | 44.053           | (61.259)                  |
| Participação financeira do consumidor                               | (188.096)                   | (331.723)        | -              | 409.844          | (109.975)                 |
| Doações e subvenções destinadas a investimento no serviço concedido | (3)                         | -                | -              | -                | (3)                       |
| Programa de eficiência energética - PEE                             | (17.251)                    | -                | -              | -                | (17.251)                  |
| Pesquisa e desenvolvimento  | (1.486)                     | (15)             | -              | -                | (1.501)                   |
| Valores pendentes de recebimento                                    | (118.639)                   | 27.052           | -              | -                | (91.587)                  |
| Ultrapassagem de demanda  | (65.614)                    | (1.514)          | -              | 67.128           | -                         |
| Excedente de reativos   | (67.711)                    | (4.455)          | -              | 72.166           | -                         |
| <b>Total</b>  | <b>(5.088.994)</b>          | <b>(93.442)</b>  | <b>143.748</b> | <b>3.550</b>     | <b>(5.035.138)</b>        |

## 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2017, o Capital Social da Companhia é de R\$2.771.998 (R\$2.361.998 em 31 de dezembro de 2016), representado por 2.359.113.452 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da CEMIG.

### Aumento de capital social

Em 12 de maio de 2017, as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária aprovaram o aumento de capital social da Cemig D, no valor de R\$410.000. O capital social, que era de R\$2.361.998, passou para R\$2.771.998, através da integralização dos recursos recebidos sob forma de adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC, sem emissão de novas ações.

### Adiantamento para futuro aumento de capital

O Conselho de Administração da Cemig, controladora da Companhia, autorizou a transferência, à Cemig Distribuição, do montante de R\$2.600.000, na forma de adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC, o qual será convertido em aumento de capital, por meio de deliberação em futura Assembleia Geral Extraordinária. As autorizações ocorreram conforme segue:

- Em 11 de dezembro de 2017 foi autorizada a transferência do montante de até R\$1.600.000. Em dezembro de 2017 e fevereiro de 2018, foram realizados o repasses de recursos nos montantes de R\$1.500.000 e R\$100.000, respectivamente;
  
- Em 08 de fevereiro de 2018, foi autorizada a transferência do montante de até R\$600.000, cujos repasses foram realizados conforme abaixo:
  - R\$190.000 em 23 de fevereiro de 2018;
  - R\$30.000 em 23 de março de 2018;
  - R\$100.000 em 26 de março de 2018;
  - R\$20.000 em 27 de abril de 2018;
  - R\$20.000 em 25 de maio de 2018;
  - R\$100.000 em de junho de 2018;
  - R\$50.000 em 20 de julho de 2018; e
  - R\$90.000 em 12 de setembro de 2018.
  
- Em 14 de setembro de 2018 foi autorizada a transferência adicional do montante de até R\$550.000. Em 25 de setembro de 2018 foi realizado o repasse de R\$400.000.

### Proposta de absorção do prejuízo societário de 2017

A Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), realizada em 30 de abril de 2018, aprovou a absorção do prejuízo societário de 2017, no montante de R\$117.313, pela conta de reserva de retenção de lucros, conforme proposta apresentada pelo Conselho de Administração.

### Reservas de lucros

A composição da conta reservas de lucros é demonstrada como segue:

|  | 2017      | 2016          |
|--|-----------|---------------|
| <b>Reservas de lucros</b>              |           |               |
| Reserva legal                          | 224.986   | 224.986       |
| Reserva de incentivos fiscais – SUDENE | 8.649     | 8.083         |
| Reserva de retenção de lucros          | (233.635) | (151.952)     |
|  | -         | <b>81.117</b> |

### Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. Como foi apurado prejuízo no exercício de 2017, a Companhia não constituiu reserva legal neste exercício.

### Reserva de retenção de lucros

As reservas de retenção de lucros referem-se substancialmente aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos períodos em referência.

### Reserva de incentivos fiscais

As reservas de incentivos fiscais referem-se a investimentos realizados na área da Sudene. A Receita Federal do Brasil através de Despacho Decisório de 21 de julho de 2014 reconheceu o direito à redução de 75% do imposto de renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração da atividade de distribuição na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014. O valor da reserva de incentivos fiscais em 31 de dezembro de 2017 é de R\$8.649 (R\$8.083 em 31 de dezembro de 2016).

### **Resultado societário por ação**

O resultado societário por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

|   | 2017          | 2016          |
|---|---------------|---------------|
| Número médio ponderado de ações                                   | 2.359.113.452 | 2.359.113.452 |
| Resultado societário do exercício                                 | (117.313)     | (323.950)     |
| Resultado societário básico e diluído por ação ordinária (em R\$) | (0,0497)      | (0,1373)      |

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o resultado societário diluído é igual ao resultado societário básico.

## 23. RECEITA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

| Receita bruta   | Nº Consumidores (*) |                  | MWh Mil (*)   |               | R\$ Mil           |                    |
|---|---------------------|------------------|---------------|---------------|-------------------|--------------------|
|   | 2017                | 2016             | 2017          | 2016          | 2017              | 2016               |
| Fornecimento - faturado                                     |                     |                  |               |               |                   |                    |
| Residencial   | 6.765.201           | 6.691.673        | 10.008        | 9.916         | 4.091.847         | 4.105.805          |
| Industrial  | 73.833              | 74.535           | 2.611         | 3.195         | 808.362           | 972.607            |
| Comercial   | 717.988             | 716.602          | 5.253         | 5.712         | 2.110.650         | 2.332.196          |
| Rural   | 705.541             | 694.026          | 3.648         | 3.575         | 1.057.330         | 952.690            |
| Poder público   | 63.477              | 63.483           | 866           | 886           | 313.828           | 324.407            |
| Iluminação pública  | 6.137               | 5.667            | 1.367         | 1.350         | 285.257           | 273.645            |
| Serviço público   | 12.976              | 12.548           | 1.300         | 1.252         | 488.913           | 453.872            |
|   | <b>8.345.153</b>    | <b>8.258.534</b> | <b>25.053</b> | <b>25.886</b> | <b>9.156.187</b>  | <b>9.415.222</b>   |
| Energia elétrica de curto prazo                             | -                   | -                | -             | -             | 187.762           | 1.143              |
| <b>Uso da rede elétrica de distribuição faturado</b>        |                     |                  |               |               |                   |                    |
| Consumidores cativos  | -                   | -                | -             | -             | 7.238.768         | 7.437.587          |
| Consumidores livres   | -                   | -                | -             | -             | 1.643.377         | 1.740.685          |
| <b>Fornecimento/suprimento/rede elétrica - não faturado</b> |                     |                  |               |               |                   |                    |
| Fornecimento não faturado                                   | -                   | -                | -             | -             | 47.559            | (165.618)          |
| Constituição e amortização – ativos financeiros setoriais   | -                   | -                | -             | -             | 988.260           | (1.451.967)        |
|   | -                   | -                | -             | -             | <b>1.035.819</b>  | <b>(1.617.585)</b> |
| Serviços cobráveis  | -                   | -                | -             | -             | 10.526            | 5.628              |
| Subvenções vinculadas ao serviço concedido                  | -                   | -                | -             | -             | 1.024.986         | 1.000.745          |
| Outras receitas   | -                   | -                | -             | -             | 139.118           | 123.071            |
| <b>Total</b>  | <b>8.345.153</b>    | <b>8.258.534</b> | <b>25.053</b> | <b>25.886</b> | <b>20.436.543</b> | <b>18.106.496</b>  |

(\*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

## Impostos e encargos incidentes sobre a receita

|  | 2017             | 2016             |
|--|------------------|------------------|
| <b>Impostos sobre a Receita</b>                                  |                  |                  |
| ICMS (1)   | 4.951.109        | 4.408.842        |
| PIS-PASEP  | 338.011          | 299.345          |
| COFINS   | 1.556.897        | 1.378.813        |
| ISSQN  | 515              | 535              |
|  | <b>6.846.532</b> | <b>6.087.535</b> |
| <b>Encargos do Consumidor</b>                                    |                  |                  |
| Programa de eficiência energética-PEE                            | 55.647           | 58.056           |
| Conta de desenvolvimento energético-CDE                          | 1.749.551        | 2.039.925        |
| Pesquisa e desenvolvimento-P&D                                   | 22.259           | 23.222           |
| Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico-FNDCT | 22.259           | 23.222           |
| Pesquisa expansão sistema energético-EPE                         | 11.128           | 11.612           |
| Encargos consumidor bandeiras tarifárias                         | 453.775          | 360.012          |
| Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica             | 16.330           | 15.957           |
|  | <b>2.330.949</b> | <b>2.532.006</b> |
|  | <b>9.177.481</b> | <b>8.619.541</b> |

(1) Inclui os efeitos da adesão ao Plano de Regularização de Créditos Tributários – PRCT, no montante de R\$532.455. Mais detalhes na nota explicativa nº 16.

## 24. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"

|   | 2017             | 2016             |
|---|------------------|------------------|
| <b>Energia elétrica comprada para revenda</b>         |                  |                  |
| Energia de Itaipu binacional                          | 1.243.354        | 1.143.974        |
| Contratos por cotas de garantia física                | 498.366          | 549.945          |
| Cotas das usinas de Angra I e II                      | 243.776          | 216.906          |
| Energia de curto prazo                                | 1.281.579        | 680.008          |
| Contratos bilaterais                                  | 291.611          | 282.058          |
| Energia adquirida em leilão em ambiente regulado      | 3.590.710        | 2.586.410        |
| PROINFA   | 302.796          | 323.446          |
| Geração distribuída                                   | 11.546           | 2.775            |
| Créditos de PASEP/COFINS                              | (680.750)        | (525.111)        |
|   | <b>6.782.988</b> | <b>5.260.411</b> |
| <b>Encargo de transmissão, conexão e distribuição</b> | 1.002.452        | 759.929          |
|   | <b>7.785.440</b> | <b>6.020.340</b> |

## 25. CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA “B”

| a) Pessoal e administradores   | 2017           | 2016             |
|--|----------------|------------------|
| <b>Pessoal</b>   | <b>934.141</b> | <b>1.378.973</b> |
| Remuneração  | 482.630        | 652.641          |
| Encargos   | 249.747        | 229.294          |
| Previdência privada - corrente   | 67.477         | 65.761           |
| Programa de demissão voluntária  | 24.143         | 6.072            |
| Despesas rescisórias   | 155.559        | 70.344           |
| Participação nos lucros e resultados - PLR                             | 3.199          | 9.790            |
| Outros benefícios - corrente   | 122.720        | 125.588          |
| Benefícios pós-emprego - prev. privada - déficit ou superávit atuarial | 62.233         | 39.746           |
| Outros benefícios pós-emprego - déficit ou superávit atuarial          | (241.822)      | 190.883          |
| Outros   | 8.255          | (11.146)         |
|  |                |                  |
| <b>Administradores</b>   | <b>11.953</b>  | <b>8.131</b>     |
| Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)                           | 11.020         | 7.430            |
| Benefícios dos administradores   | 933            | 701              |
| <b>Total</b>   | <b>946.094</b> | <b>1.387.104</b> |

### Programa de desligamento voluntário programado (PDVP)

Em março de 2017, a Companhia aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2017), sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tiverem tempo de serviço na Cemig igual ou superior a 25 anos até 31 de dezembro de 2017. O PDVP 2017 teve o seu período de adesão entre 03 de abril de 2017 e 17 de outubro de 2017 e houve o pagamento de um prêmio adicional de 5 remunerações para os empregados que aderiram em abril de 2017, cujos desligamentos ocorreram em maio de 2017, sendo o prêmio reduzido de forma progressiva de acordo com o mês de adesão. Portanto, para os empregados que aderiram em agosto de 2017, cujos desligamentos ocorreram em setembro de 2017, houve o pagamento do prêmio correspondente a uma remuneração. Não houve prêmio para os empregados que aderiram a partir de 1º de setembro de 2017. Também houve o pagamento das verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação. Em 2017, o montante apropriado na rubrica de pessoal

como despesa relativa ao PDVP 2017, incluindo as verbas rescisórias, foi de R\$157.528, correspondente à adesão de 925 empregados.

Em 2016, foi apropriado na rubrica de pessoal, como despesa relativa ao PDVP vigente à época, o montante de R\$64.361.

| <b>b) Serviços de terceiros</b>                                  | <b>2017</b>    | <b>2016</b>    |
|--|----------------|----------------|
| Leitura de medidores e entrega de contas                         | 141.689        | 140.281        |
| Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos | 228.287        | 202.718        |
| Comunicação  | 74.272         | 70.535         |
| Conservação e limpeza de prédios                                 | 76.918         | 65.491         |
| Conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros               | 13.834         | 6.236          |
| Corte e religação  | 34.813         | 7.417          |
| Podas de árvores   | 21.150         | 13.624         |
| Serviços advocatícios e custas processuais                       | 19.057         | 17.038         |
| Manutenção e conservação de móveis e utensílios                  | 2.736          | 2.590          |
| Serviços de tecnologia da informação                             | 45.558         | 38.929         |
| Mão de obra contratada   | 10.092         | 7.884          |
| Hospedagem e alimentação   | 9.296          | 9.069          |
| Vigilância   | 9.621          | 10.482         |
| Impressão de fatura de energia elétrica                          | 2.551          | 3.372          |
| Manutenção e conservação de veículos                             | 1.588          | 4.779          |
| Reprografia e publicações legais                                 | 19.763         | 14.064         |
| Consultoria  | 6.769          | 4.972          |
| Despesas com transporte - pessoa jurídica                        | 15.455         | 3.011          |
| Outros   | 51.205         | 51.331         |
|  | <b>784.654</b> | <b>673.823</b> |

| <b>c) Provisões (reversões) operacionais</b>        | <b>2017</b>    | <b>2016</b>    |
|---|----------------|----------------|
| Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa | 228.428        | 380.966        |
| Ajuste para perdas em outros créditos a receber (1) | 23.106         | 34.946         |
| Provisão (reversão) para contingências              |                |                |
| Trabalhistas  | 175.274        | 91.750         |
| Cíveis  | 29.721         | 29.815         |
| Tributárias   | 2.534          | 439            |
| Ambientais  | 2              | (60)           |
| Regulatórias  | 2.512          | 2.270          |
| Outras  | 7.280          | 3.964          |
|   | <b>217.323</b> | <b>128.178</b> |
|   | <b>468.857</b> | <b>544.090</b> |

(1) O Ajuste para perdas em outros créditos a receber é apresentado, na demonstração de resultado, como despesa operacional.

## Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de arrendamento mercantil operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, que não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

## 26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

|  | 2017             | 2016               |
|--|------------------|--------------------|
| <b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>                        |                  |                    |
| Renda de aplicação financeira                      | 63.242           | 130.079            |
| Acréscimos moratórios de contas de energia         | 248.702          | 264.890            |
| Variações cambiais                                 | 19.594           | 59.491             |
| Variações monetárias                               | 32.104           | 35.889             |
| Variação monetária depósitos vinculados a litígios | 38.610           | 28.731             |
| Variação monetária - CVA                           | 159.082          | 500.034            |
| PASEP e COFINS sobre receitas financeiras          | (26.178)         | (27.729)           |
| Outras   | 21.203           | 28.118             |
|  | <b>556.359</b>   | <b>1.019.503</b>   |
| <b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>                        |                  |                    |
| Encargos de empréstimos e financiamentos           | (515.577)        | (689.559)          |
| Amortização do custo de transação                  | (38.172)         | (23.692)           |
| Encargos de variação monetária – FORLUZ            | (47.373)         | (74.330)           |
| Variações cambiais                                 | (16.369)         | (34.462)           |
| Variação monetária – empréstimos e financiamentos  | (71.567)         | (169.558)          |
| Variação monetária - CVA                           | (200.355)        | (30.806)           |
| Variação monetária de P&D e PEE                    | (23.982)         | (295.682)          |
| Outras variações monetárias                        | (1.551)          | (6.178)            |
| Outras   | (59.161)         | (49.315)           |
|  | <b>(974.107)</b> | <b>(1.373.582)</b> |
| <b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>                | <b>(417.748)</b> | <b>(354.079)</b>   |

## 27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

| EMPRESAS   | ATIVO   |         | PASSIVO   |           | RECEITA |         | DESPESA   |           |
|--|---------|---------|-----------|-----------|---------|---------|-----------|-----------|
|  | 2017    | 2016    | 2017      | 2016      | 2017    | 2016    | 2017      | 2016      |
| <b>Controlador</b>   |         |         |           |           |         |         |           |           |
| <b>CEMIG</b>   |         |         |           |           |         |         |           |           |
| <b>Circulante</b>  |         |         |           |           |         |         |           |           |
| Convênio de Cooperação (1)                                 | -       | -       | 21.738    | 8.851     | -       | -       | (37.270)  | (30.418)  |
| <b>Outras partes relacionadas</b>                          |         |         |           |           |         |         |           |           |
| <b>Cemig Geração e Transmissão</b>                         |         |         |           |           |         |         |           |           |
| <b>Circulante</b>  |         |         |           |           |         |         |           |           |
| Convênio de Cooperação (1)                                 | -       | -       | -         | 621       | -       | -       | (5.132)   | (6.196)   |
| Operações com Energia Elétrica (2)                         | 3.464   | 3.714   | 24.020    | 17.505    | 41.670  | 39.822  | (210.263) | (151.109) |
| <b>Aliança Geração</b>                                     |         |         |           |           |         |         |           |           |
| <b>Circulante</b>  |         |         |           |           |         |         |           |           |
| Operações com Energia Elétrica (2)                         | -       | -       | 7.105     | 7.037     | -       | -       | (69.498)  | (77.819)  |
| <b>Madeira Energia</b>                                     |         |         |           |           |         |         |           |           |
| <b>Circulante</b>  |         |         |           |           |         |         |           |           |
| Operações com Energia Elétrica (2)                         | -       | -       | 16.369    | 17.636    | -       | -       | (160.564) | (152.783) |
| <b>Norte Energia</b>                                       |         |         |           |           |         |         |           |           |
| <b>Circulante</b>  |         |         |           |           |         |         |           |           |
| Operações com Energia Elétrica (2)                         | -       | -       | 3.640     | 3.755     | -       | -       | (122.434) | (49.346)  |
| <b>Baguari Energia</b>                                     |         |         |           |           |         |         |           |           |
| <b>Circulante</b>  |         |         |           |           |         |         |           |           |
| Operações com Energia Elétrica (2)                         | -       | -       | 858       | 710       | -       | -       | (7.285)   | (6.944)   |
| <b>Governo do Estado de Minas Gerais</b>                   |         |         |           |           |         |         |           |           |
| <b>Circulante</b>  |         |         |           |           |         |         |           |           |
| Consumidores e Revendedores (3)                            | 54.926  | 71.340  | -         | -         | 136.273 | 152.016 | -         | -         |
| Contribuição para Iluminação Pública (CIP) (3)             | 1.220   | -       | -         | -         | -       | -       | -         | -         |
| <b>Não Circulante</b>                                      |         |         |           |           |         |         |           |           |
| Consumidores e Revendedores (3)                            | 50.349  | -       | -         | -         | -       | -       | -         | -         |
| Contribuição para Iluminação Pública (CIP) (3)             | 1.119   | -       | -         | -         | -       | -       | -         | -         |
| <b>TAESA</b>   |         |         |           |           |         |         |           |           |
| <b>Circulante</b>  |         |         |           |           |         |         |           |           |
| Operações com Energia Elétrica (2)                         | -       | -       | 8.500     | 5.111     | -       | -       | (87.029)  | (64.943)  |
| <b>Empresa Amazonense de Transmissão de Energia (EATE)</b> |         |         |           |           |         |         |           |           |
| <b>Circulante</b>  |         |         |           |           |         |         |           |           |
| Operações com Energia Elétrica (2)                         | -       | -       | 2.157     | 1.460     | -       | -       | (17.139)  | (13.605)  |
| <b>Cemig Telecomunicações</b>                              |         |         |           |           |         |         |           |           |
| <b>Circulante</b>  |         |         |           |           |         |         |           |           |
| Operações com Energia Elétrica (2)                         | 256     | 253     | -         | -         | 3.299   | 3.025   | -         | -         |
| Prestação de Serviço (4)                                   | 7.365   | -       | 590       | 3.399     | 4.935   | -       | (10.021)  | (11.861)  |
| <b>Axxiom</b>  |         |         |           |           |         |         |           |           |
| <b>Circulante</b>  |         |         |           |           |         |         |           |           |
| Prestação de Serviço (5)                                   | -       | -       | 2.322     | 6.453     | 157     | 163     | -         | -         |
| <b>FIC Pampulha</b>  |         |         |           |           |         |         |           |           |
| <b>Circulante</b>  |         |         |           |           |         |         |           |           |
| Caixa e Equivalentes                                       | 278.899 | 197.825 | -         | -         | -       | -       | -         | -         |
| Títulos e Valores Mobiliários                              | 95.471  | 265.543 | -         | -         | 700     | 78.845  | -         | -         |
| <b>Não Circulante</b>                                      |         |         |           |           |         |         |           |           |
| Títulos e Valores Mobiliários                              | 8.293   | 14.679  | -         | -         | -       | -       | -         | -         |
| <b>FORLUZ</b>  |         |         |           |           |         |         |           |           |
| <b>Circulante</b>  |         |         |           |           |         |         |           |           |
| Obrigações Pós-emprego (6)                                 | -       | -       | 78.855    | 62.420    | -       | -       | (109.606) | (114.076) |
| Custeio Administrativo (7)                                 | -       | -       | -         | -         | -       | -       | (19.088)  | (18.500)  |
| Arrendamento Operacional (8)                               | -       | -       | 2.909     | 5.948     | -       | -       | (35.433)  | (26.607)  |
| <b>Não Circulante</b>                                      |         |         |           |           |         |         |           |           |
| Obrigações Pós-Emprego (6)                                 | -       | -       | 1.220.114 | 1.001.702 | -       | -       | -         | -         |
| <b>Cemig Saúde</b>   |         |         |           |           |         |         |           |           |
| <b>Circulante</b>  |         |         |           |           |         |         |           |           |
| Plano de Saúde e odontológico (9)                          | -       | -       | 81.965    | 72.463    | -       | -       | (142.199) | (136.901) |
| <b>Não Circulante</b>                                      |         |         |           |           |         |         |           |           |
| Plano de Saúde e odontológico (9)                          | -       | -       | 1.244.683 | 1.213.271 | -       | -       | -         | -         |

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:



- (1) Convênio de cooperação técnica entre Cemig, Cemig D e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).
- (3) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia. Em 2017, O Governo do Estado de Minas Gerais firmou um Termo de acordo de reconhecimento de dívida – TARD junto a Cemig D para pagamento de débitos relativos a fornecimento de energia que encontravam-se em aberto, no montante de R\$113.032, a serem liquidados em 24 parcelas, atualizadas mensalmente conforme a variação do IGP-M. A primeira parcela, no montante de R\$5.418, foi quitada em dezembro de 2017 e as demais possuem vencimento a partir de janeiro de 2018;
- (4) Refere-se a contrato de prestação de serviço de telecomunicação através da oferta de capacidade de rede celebrado entre a Cemig Telecomunicações e a Cemig D e Cemig Geração e Transmissão, instituído pelo Despacho 2.735/2016;
- (5) Refere-se a contrato de prestação de serviço com desenvolvimento de software de gestão entre Cemig D e a empresa Axxiom Soluções Tecnológicas S.A., instituído no despacho da ANEEL 2.657/2017;
- (6) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (ver nota explicativa nº 19);
- (7) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (8) Aluguel das sedes administrativas da Companhia, com vigência até 2020, reajustado anualmente pelo IPCA;
- (9) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (ver nota explicativa nº 19).

## Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Cemig D aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo demonstrados na tabela abaixo estão apresentados na rubrica “títulos e valores mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2017.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

| Emissor do título | Tipo             | Condições contratuais anuais | Vencimento | 2017                  | 2016                  |
|-------------------|------------------|------------------------------|------------|-----------------------|-----------------------|
|                   |                  |                              |            | Cemig D<br>19,90% (1) | Cemig D<br>24,94% (1) |
| AXXIOM            | Debêntures       | 109,00% do CDI               | 29/01/2017 | -                     | 1.427                 |
| CEMIG GT          | Debêntures       | CDI + 0,90%                  | 15/02/2017 | -                     | 2.722                 |
| CEMIG GT          | Debêntures       | CDI + 1,60%                  | 15/07/2018 | 5.092                 | 13.034                |
| ETAU              | Debêntures       | 108,00% do CDI               | 01/12/2019 | 2.005                 | 2.522                 |
| CEMIG GT          | Debêntures       | CDI + 3,93%                  | 10/12/2018 | 992                   | 2.470                 |
| CEMIG GT          | Debêntures       | CDI + 4,25%                  | 10/12/2018 | 934                   | 2.323                 |
| LIGTH             | Nota Promissória | CDI + 3,50%                  | 22/01/2019 | 3.983                 | -                     |
|                   |                  |                              |            | <b>13.006</b>         | <b>24.498</b>         |

(1) Percentual de participação da Cemig D no FIC Pampulha.

## Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Administração, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, são demonstrados na tabela abaixo:

|  | 2017          | 2016         |
|--|---------------|--------------|
| Remuneração                            | 11.020        | 7.430        |
| Participação nos resultados (reversão) | 290           | (428)        |
| Benefícios assistenciais               | 933           | 701          |
| <b>Total</b>                           | <b>12.243</b> | <b>7.703</b> |

## 28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os instrumentos financeiros da Companhia são os saldos do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, consumidores e revendedores, fundos vinculados, ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura, subvenção de baixa renda, repasses de recursos da conta de desenvolvimento econômico (CDE), conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros, empréstimos e financiamentos, obrigações com debêntures, dívida pactuada com o fundo de pensão (FORLUZ), Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais e fornecedores, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia foram reconhecidos e encontram-se classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e recebíveis: encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa, créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia, depósitos vinculados a litígios, fundos vinculados, ativos financeiros relacionados à conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros, subvenção de baixa renda, reembolso subsídios tarifários e outros créditos com a Eletrobrás. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria, títulos e valores mobiliários mantidos para negociação no montante de R\$296.256 (R\$325.726 em 31 de dezembro de 2016). São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários, no montante de R\$14.335 em 31 de dezembro de 2017 (R\$16.632 em 31 de dezembro de 2016), incluídos na nota explicativa nº 7. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. O valor justo, no montante de R\$14.351 em 31 de dezembro de 2017 (R\$16.628 em 31 de dezembro de 2016), foi mensurado considerando informações do Nível 2;

- Outros passivos financeiros - passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os empréstimos e financiamentos, obrigações com debêntures, passivos financeiros relacionados à conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros, dívida pactuada com fundo de pensão (FORLUZ), Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais e fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 146,5% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para aqueles empréstimos, financiamentos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 4,70% a 7,96% e CDI + 0,69% a 4,05%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil. Para os financiamentos junto à Eletrobras o valor justo conceitualmente é similar ao saldo contábil, devido às características específicas das operações.

Em 31 de dezembro de 2017, os saldos contábeis são similares aos valores justos dos instrumentos financeiros. O mesmo ocorreu em 31 de dezembro de 2016, exceto quanto aos empréstimos, cujo saldo contábil era R\$6.198.251 e o valor justo era R\$6.089.851, sendo a mensuração de Nível 2, utilizando como referência passivos similares.

#### **a) Gestão de riscos**

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

## Risco de taxas de câmbio

A Cemig Distribuição está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos e financiamentos e fornecedores e no fluxo de caixa.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

| Exposição às taxas de câmbio           | 2017              |                | 2016              |                |
|--|-------------------|----------------|-------------------|----------------|
|  | Moeda estrangeira | R\$            | Moeda estrangeira | R\$            |
| <b>Dólar Norte-Americano</b>           |                   |                |                   |                |
| Empréstimos e financiamentos (nota 17) | 6.493             | 22.933         | 7.072             | 23.049         |
| Fornecedores (Itaipu binacional)       | 72.618            | 240.220        | 62.320            | 206.827        |
| <b>Passivo líquido exposto</b>         | <b>79.111</b>     | <b>263.153</b> | <b>69.392</b>     | <b>229.876</b> |

## Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em seus consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial do dólar em relação ao Real no final de 2018 será uma valorização de 3,11% (R\$3,411). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos em seu resultado advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50%, respectivamente.

| Risco - Exposições cambiais               | Cenário base 31/12/2017 | Cenário dólar R\$3,411 | Cenário dólar R\$4,264 | Cenário dólar R\$5,117 |
|---|-------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| <b>Dólar Norte-Americano</b>              |                         |                        |                        |                        |
| Empréstimos e financiamentos (nota 17)    | 22.933                  | 23.647                 | 29.560                 | 35.474                 |
| Fornecedores (Itaipu Binacional)          | 240.220                 | 247.700                | 309.643                | 371.586                |
| <b>Passivo líquido exposto</b>            | <b>263.153</b>          | <b>271.347</b>         | <b>339.203</b>         | <b>407.060</b>         |
| <b>Efeito líquido da variação cambial</b> |                         | <b>8.194</b>           | <b>76.050</b>          | <b>143.907</b>         |

## Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 31 de dezembro de 2017. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

| Exposição da Cemig Distribuição às taxas de juros nacionais     | 2017               | 2016               |
|---|--------------------|--------------------|
| <b>Ativos</b>   |                    |                    |
| Equivalentes de caixa – aplicações financeiras (nota 6)         | 419.022            | 343.627            |
| Títulos e valores mobiliários (nota 7)                          | 310.591            | 342.358            |
| Fundos vinculados (nota 7)                                      | 86                 | 89                 |
| Ativos financeiros setoriais (nota 13)                          | 2.712.566          | 2.368.878          |
| Outros créditos com a Eletrobrás                                | -                  | 90.065             |
|   | 3.442.265          | 3.145.017          |
| <b>Passivos</b>   |                    |                    |
| Empréstimos e financiamentos - CDI (nota 17)                    | (3.178.548)        | (3.475.681)        |
| Passivos financeiros setoriais (nota 13)                        | (2.758.356)        | (2.776.128)        |
| Plano de regularização de créditos tributários - PRCT (nota 16) | (282.876)          | -                  |
|   | (6.219.780)        | (6.251.809)        |
| <b>Passivo líquido exposto</b>                                  | <b>(2.777.515)</b> | <b>(3.106.792)</b> |

## Análise de Sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2018, a taxa SELIC será de 6,75%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50%, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

A estimativa de cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

| Risco - alta nas taxas de juros nacionais                       | 31/12/2017         | 31 de dezembro de 2018 |                     |                      |
|---|--------------------|------------------------|---------------------|----------------------|
|   | Valor contábil     | Cenário SELIC 6,75%    | Cenário SELIC 8,44% | Cenário SELIC 10,13% |
| <b>Ativos</b>   |                    |                        |                     |                      |
| Equivalentes de caixa – aplicações financeiras (nota 6)         | 419.022            | 447.306                | 454.387             | 461.469              |
| Títulos e valores mobiliários (nota 7)                          | 310.591            | 331.556                | 336.805             | 342.054              |
| Fundos vinculados (nota 7)                                      | 86                 | 92                     | 98                  | 105                  |
| Ativos financeiros setoriais (nota 13)                          | 2.712.566          | 2.895.664              | 2.941.507           | 2.987.349            |
|   | 3.442.265          | 3.674.618              | 3.732.797           | 3.790.977            |
| <b>Passivos</b>   |                    |                        |                     |                      |
| Empréstimos e financiamentos – CDI (nota 17)                    | (3.178.548)        | (3.393.100)            | (3.446.817)         | (3.500.535)          |
| Passivos financeiros setoriais (nota 13)                        | (2.758.356)        | (2.944.545)            | (2.991.161)         | (3.037.777)          |
| Plano de regularização de créditos tributários - PRCT (nota 16) | (282.876)          | (301.970)              | (306.751)           | (311.531)            |
|   | (6.219.780)        | (6.639.615)            | (6.744.729)         | (6.849.843)          |
| <b>Passivo líquido exposto</b>                                  | <b>(2.777.515)</b> | <b>(2.964.997)</b>     | <b>(3.011.932)</b>  | <b>(3.058.866)</b>   |
| <b>Efeito líquido da variação das taxas de juros</b>            |                    | <b>(187.482)</b>       | <b>(234.417)</b>    | <b>(281.351)</b>     |

## **Risco de elevação da inflação**

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação, em 31 de dezembro de 2017, conforme demonstrado a seguir:

| Exposição da Companhia à elevação da inflação                          | 2017               | 2016               |
|--|--------------------|--------------------|
| <b>Passivos</b>  |                    |                    |
| Empréstimos e financiamentos e debêntures – IPCA (nota 17)             | (2.457.344)        | (2.625.162)        |
| Dívida pactuada c/ fundo de pensão (FORLUZ) – IPCA                     | (522.001)          | (570.184)          |
| Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ) – IPCA (nota 19) | (205.244)          | -                  |
| <b>Ativo (Passivo) Líquido Exposto</b>                                 | <b>(3.184.589)</b> | <b>(3.195.346)</b> |

## Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2018, o IPCA será de 4,28%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50%, respectivamente.

| Risco - Elevação da inflação   | 31/12/2017         | 31 de dezembro de 2018 |                    |                    |
|--|--------------------|------------------------|--------------------|--------------------|
|  | Valor Contábil     | Cenário IPCA 4,28%     | Cenário IPCA 5,35% | Cenário IPCA 6,42% |
| <b>Passivos</b>  |                    |                        |                    |                    |
| Empréstimos financiamentos e debêntures – IPCA (nota 17)               | (2.457.344)        | (2.562.518)            | (2.588.812)        | (2.615.105)        |
| Dívida pactuada com fundo de pensão (FORLUZ) - IPCA                    | (522.001)          | (544.343)              | (549.928)          | (555.513)          |
| Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ) – IPCA (nota 19) | (205.244)          | (214.028)              | (216.225)          | (218.421)          |
| <b>Passivo líquido exposto</b>   | <b>(3.184.589)</b> | <b>(3.320.889)</b>     | <b>(3.354.965)</b> | <b>(3.389.039)</b> |
| <b>Efeito líquido da variação do IPCA</b>                              |                    | <b>(136.300)</b>       | <b>(170.376)</b>   | <b>(204.450)</b>   |

## Risco de liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig Distribuição administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios estabelecidos na Política de Aplicações, alocando até 100% de seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, ou aplicando diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI, dependendo da necessidade de caixa da empresa.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou capital circulante líquido positivo de R\$106.704 e prejuízo de R\$182.215. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades. Em 31 de dezembro de 2017, os empréstimos, financiamentos e debêntures, de curto e longo prazo,

totalizaram R\$593.787 e R\$5.088.904, respectivamente e a Companhia apresentou fluxo de caixa operacional positivo de R\$115.689.

A Cemig estima que os saldos de caixa, o fluxo de caixa das atividades operacionais e o refinanciamento de parcela de sua dívida sejam suficientes para atender o capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa nos próximos 12 meses.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com o plano de regularização de créditos tributários, dívida pactuada com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, já incluindo os juros a serem incorridos futuramente, pode ser observado na tabela abaixo:

|   | Até 1 mês        | De 1 a 3 meses | De 3 meses a 1 ano | De 1 a 5 anos    | Mais de 5 anos   | Total             |
|---|------------------|----------------|--------------------|------------------|------------------|-------------------|
| <b>Instrumentos financeiros à taxa de juros:</b>      |                  |                |                    |                  |                  |                   |
| <b>- Pós-fixadas</b>                                  |                  |                |                    |                  |                  |                   |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures              | 25.068           | 608.061        | 238.497            | 6.024.125        | 1.364.737        | 8.260.488         |
| Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT | 94.544           | 192.852        | -                  | -                | -                | 287.396           |
| Dívida pactuada com fundo de pensão (FORLUZ)          | 8.094            | 16.262         | 74.202             | 439.532          | 187.961          | 726.051           |
| Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ) | 1.835            | 3.687          | 16.893             | 100.039          | 289.509          | 411.963           |
|   | <b>129.541</b>   | <b>820.862</b> | <b>329.592</b>     | <b>6.563.696</b> | <b>1.842.207</b> | <b>9.685.898</b>  |
| <b>Pré-fixadas</b>                                    |                  |                |                    |                  |                  |                   |
| Fornecedores  | 1.499.661        | 129.435        | 26.286             | -                | -                | 1.655.382         |
|   | <b>1.629.202</b> | <b>950.297</b> | <b>355.878</b>     | <b>6.563.696</b> | <b>1.842.207</b> | <b>11.341.280</b> |

## Risco de crédito

O contrato de concessão de distribuição determina o atendimento de forma abrangente dentro da área de concessão, sendo permitido o corte de fornecimento dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, a Companhia utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência, dentre elas, contatos telefônicos, envio de e-mail, mensagens via “SMS”, cartas de aviso de cobrança, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.

O saldo da perda esperada em créditos de liquidação duvidosa de 31 de dezembro de 2017, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$489.538

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma política de aplicação financeira que vigora desde 2004 e é revisada anualmente.

A Cemig D administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia. Esta política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações contábeis regulatórias.

Como instrumento de gestão, a Cemig D divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basiléia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

| Grupo | Patrimônio líquido                 | Concentração  | Limite por banco (% do PL) * |
|-------|------------------------------------|---------------|------------------------------|
| A1    | Superior a R\$3,5 bilhões          | Mínima de 50% | Entre 6,0% e 9,0%            |
| A2    | Entre R\$1 bilhão e R\$3,5 bilhões | Máxima de 20% | Entre 5,0% e 8,0%            |
| A3    | Entre R\$400 milhões e R\$1 bilhão | Máxima de 20% | Entre 5,0% e 7,0%            |

\* O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a controladora da Companhia estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do grupo
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma empresa.

### Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o preço de liquidação de diferenças (PLD), é de 95% a 105% da energia contratada da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também, podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A



Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

### Risco de continuidade da concessão

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre dos novos termos advindos da prorrogação da concessão da Cemig D por 30 anos, com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme previsto na Lei nº 12.783/13. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.

A prorrogação está condicionada ao cumprimento de indicadores contidos no próprio contrato, que têm o objetivo de garantir a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade econômico-financeira da empresa e são determinantes para a efetiva prorrogação da concessão nos primeiros cinco anos de contrato, uma vez que seu descumprimento em dois anos consecutivos ou no quinto ano acarreta na extinção da concessão. Mais detalhes na nota explicativa nº 4.

Adicionalmente, a partir de 2021, o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade.

### b) Administração de capital

O passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido ao final do exercício é apresentado a seguir:

|   | 2017              | 2016              |
|---|-------------------|-------------------|
| Total do passivo  | 21.904.548        | 20.992.098        |
| Caixa e equivalentes de caixa                           | (520.887)         | (426.074)         |
| Fundos vinculados                                       | (86)              | (89)              |
| <b>Passivo líquido</b>                                  | <b>21.383.575</b> | <b>20.565.935</b> |
| <b>Total do patrimônio líquido</b>                      | <b>2.886.814</b>  | <b>1.714.273</b>  |
| <b>Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido</b> | <b>7,41</b>       | <b>12,00</b>      |

## 29. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo e classifica os ativos e passivos financeiros entre as quatro categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
  
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
  
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

|                                     | Saldo em<br>31/12/2017 | Valor justo em 31 de dezembro de 2017      |  |  |
|-------------------------------------|------------------------|--|--|--|
|                                     |                        | Mercado ativo<br>preço cotado<br>(Nível 1) | Sem mercado ativo<br>técnica de avaliação<br>(Nível 2) | Sem mercado ativo<br>título patrimonial<br>(Nível 3) |
| <b>Ativos</b>                       |                        |  |  |  |
| <b>Mantidos para negociação</b>     |                        |  |  |  |
| Títulos e valores mobiliários       |                        |  |  |  |
| Certificados de depósitos bancários | 874                    | -  | 874  | -  |
| Letras financeiras – bancos         | 80.833                 |  | 80.833   | -  |
| Letras financeiras do tesouro       | 206.246                | 206.246                                    | -  | -  |
| Debêntures                          | 8.303                  | -  | 8.303  | -  |
|                                     | <b>296.256</b>         | <b>206.246</b>                             | <b>90.010</b>  | <b>-</b>   |

|                                     | Saldo em 31/12/2016 | Valor justo em 31 de dezembro de 2016 |  |  |
|-------------------------------------|---------------------|---------------------------------------|--|--|
|                                     |                     | Mercado ativo preço cotado (Nível 1)  | Sem mercado ativo técnica de avaliação (Nível 2) | Sem mercado ativo título patrimonial (Nível 3) |
| <b>Ativos</b>                       |                     |                                       |  |  |
| <b>Mantidos para negociação</b>     |                     |                                       |  |  |
| Investimentos temporários           |                     |                                       |  |  |
| Certificados de depósitos bancários | 10.440              | -                                     | 10.440   | -  |
| Letras financeiras – bancos         | 230.661             | -                                     | 230.661  | -  |
| Letras financeiras do Tesouro       | 61.463              | 61.463                                | -  | -  |
| Debêntures                          | 23.162              | -                                     | 23.162   | -  |
|                                     | <b>325.726</b>      | <b>61.463</b>                         | <b>264.263</b>                                   | -  |

### Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

## 30. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis regulatórias, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

| Ativos   | Cobertura                       | Data de Vigência        | Importância Segurada (1)  | Prêmio Anual (1) |
|--|---------------------------------|-------------------------|---------------------------|------------------|
| Aeronáutico – Aeronaves / Equipamentos Guimbal   | Casco<br>Responsabilidade Civil | 29/04/2017 a 28/04/2018 | US\$ 3.613<br>US\$ 14.000 | US\$ 42          |
| Almoxarifados  | Incêndios                       | 02/10/2017 a 01/10/2018 | R\$ 84.169                | R\$ 120          |
| Instalações Prediais   | Incêndios                       | 08/01/2018 a 07/01/2018 | R\$ 1.003.221             | R\$ 217          |
| Equipamentos de telecomunicações   | Incêndios                       | 08/01/2018 a 07/01/2018 | R\$ 17.208                | R\$ 7            |
| Risco Operacional – Transformadores acima de 15 MVA e demais equipamentos de potência da distribuição de valor acima de R\$1.000 mil (2) | Total                           | 07/12/2017 a 06/12/2018 | R\$ 471.265               | R\$ 633          |

(1) Valores expressos em R\$ Mil ou US\$ Mil

(2) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$214.035 mil.

A Companhia não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros, exceto para suas aeronaves, e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Companhia não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios. A Companhia não tem sofrido perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

### 31. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem a compra de energia elétrica e arrendamentos operacionais, conforme demonstrado na tabela a seguir:

|   | 2018             | 2019             | 2020             | 2021             | 2022             | 2023 em diante     | Total              |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|--------------------|--------------------|
| Compra de energia elétrica de Itaipu              | 1.277.725        | 1.331.937        | 1.366.963        | 1.339.240        | 1.326.075        | 22.136.382         | 28.778.322         |
| Transporte de energia elétrica de Itaipu          | 226.825          | 231.921          | 236.130          | 219.593          | 206.384          | 7.730.651          | 8.851.504          |
| Compra de energia - leilão                        | 2.837.406        | 2.815.256        | 3.178.145        | 3.724.275        | 3.898.017        | 80.806.550         | 97.259.649         |
| Compra de energia elétrica – contratos bilaterais | 296.055          | 306.703          | 323.064          | 338.296          | 356.022          | 1.053.297          | 2.673.437          |
| Cotas das Usinas Angra 1 e Angra 2                | 264.268          | 271.632          | 290.767          | 297.289          | 311.101          | 11.888.660         | 13.323.717         |
| Cotas de garantias físicas                        | 546.013          | 559.369          | 586.461          | 611.267          | 639.544          | 24.441.235         | 27.383.889         |
| Arrendamentos operacionais                        | 73.166           | 61.818           | 51.133           | 53.888           | 57.213           | 60.817             | 358.035            |
|   | <b>5.521.458</b> | <b>5.578.636</b> | <b>6.032.663</b> | <b>6.583.848</b> | <b>6.794.356</b> | <b>148.117.592</b> | <b>178.628.553</b> |

### 32. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL

Em 23 de maio de 2017 a ANEEL aprovou, através da Resolução 2248/17, o resultado do reajuste tarifário anual da Companhia cujo resultado representa um reajuste tarifário médio de 10,66% negativos, que passou a vigorar a partir de 28 de maio de 2017, até 27 de maio de 2018.

O efeito médio de 10,66% negativos decorre:

- do reajuste dos itens de custos de parcela A e B, contribuindo para o efeito médio em 1,29%;
- da inclusão dos componentes financeiros apurados no atual reajuste tarifário para compensação nos 12 meses subsequentes, levando a uma redução de 4,68%; e
- da retirada dos componentes financeiros estabelecidos no processo de reajuste tarifário de 2016, que vigoraram até a data do reajuste em processamento, os quais contribuíram para uma redução tarifária de 7,28%.

### **33. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, que não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

- encargos financeiros capitalizados no montante de R\$68.528 em 2017 (R\$137.571 em 2016);
- compensação de CDE: compensação entre os valores a pagar e a receber no montante de R\$1.238.662 em 2017 (R\$1.099.117 em 2016).

### **34. NOTAS DE CONCILIAÇÃO**

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

## a) Conciliação do ativo societário e regulatório

|   | Nota   | 2017              |                    |                  |                   | 2016              |                    |                  |                   |
|---|--------|-------------------|--------------------|------------------|-------------------|-------------------|--------------------|------------------|-------------------|
|   |        | Regulatório       | Ajustes            | Reclassificações | Societário        | Regulatório       | Ajustes            | Reclassificações | Societário        |
| <b>CIRCULANTE</b>   |        |                   |                    |                  |                   |                   |                    |                  |                   |
| Caixa e equivalentes de caixa   |        | 520.887           | -                  | -                | 520.887           | 426.074           | -                  | -                | 426.074           |
| Consumidores  | 36.1.1 | 2.506.832         | -                  | 179.442          | 2.686.274         | 2.414.864         | -                  | -                | 2.414.864         |
| concessionárias e permissionárias   | 36.1.1 | 304.393           | -                  | (179.442)        | 124.951           | 150.289           | -                  | -                | 150.289           |
| Serviços em curso   | 36.1.2 | 428.927           | -                  | (428.927)        | -                 | 101.091           | -                  | (101.091)        | -                 |
| Tributos Compensáveis   |        | 106.008           | -                  | -                | 106.008           | 154.990           | -                  | -                | 154.990           |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar                                  |        | 174.694           | -                  | -                | 174.694           | 308.520           | -                  | -                | 308.520           |
| Almoxarifado operacional  |        | 29.164            | -                  | -                | 29.164            | 39.799            | -                  | -                | 39.799            |
| Investimentos temporários   | 36.1.3 | 302.384           | -                  | (86)             | 302.298           | 327.769           | -                  | (89)             | 327.680           |
| Ativos financeiros setoriais  | 36.2.1 | 1.760.750         | (1.760.750)        | -                | -                 | 1.991.205         | (1.991.205)        | -                | -                 |
| Ativo financeiro da concessão   | 36.2.1 | -                 | 158.525            | -                | 158.525           | -                 | 397.725            | -                | 397.725           |
| Despesas pagas antecipadamente  | 36.1.4 | 1.931             | -                  | (1.931)          | -                 | 3.017             | -                  | (3.017)          | -                 |
| Outros ativos circulantes   | 36.1.9 | 394.126           | -                  | 2.621            | 396.747           | 530.772           | -                  | 104.197          | 634.969           |
| <b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>  |        | <b>6.530.096</b>  | <b>(1.602.225)</b> | <b>(428.323)</b> | <b>4.499.548</b>  | <b>6.448.390</b>  | <b>(1.593.480)</b> | <b>-</b>         | <b>4.854.910</b>  |
| <b>Bens destinados à alienação</b>  |        |                   |                    |                  |                   |                   |                    |                  |                   |
|   | 36.1.5 | <b>3.037</b>      | -                  | <b>(3.037)</b>   | -                 | <b>1.523</b>      | -                  | <b>(1.523)</b>   | -                 |
| <b>NÃO CIRCULANTE</b>   |        |                   |                    |                  |                   |                   |                    |                  |                   |
| Consumidores  |        | 172.080           | -                  | -                | 172.080           | 57.829            | -                  | -                | 57.829            |
| Concessionárias e permissionárias   |        | 71.676            | -                  | -                | 71.676            | 76.687            | -                  | -                | 76.687            |
| Tributos compensáveis   |        | 181.556           | -                  | -                | 181.556           | 122.855           | -                  | -                | 122.855           |
| Depósitos judiciais e cauções   |        | 1.650.412         | -                  | -                | 1.650.412         | 1.071.535         | -                  | -                | 1.071.535         |
| Tributos diferidos  | 36.2.4 | 1.544.193         | (438.112)          | -                | 1.106.081         | 1.406.914         | (404.678)          | -                | 1.002.236         |
| Investimentos temporários   |        | 8.293             | -                  | -                | 8.293             | 14.678            | -                  | -                | 14.678            |
| Ativos financeiros setoriais  | 36.1.3 |                   |                    |                  |                   |                   |                    |                  |                   |
|   | 36.2.1 | 951.816           | (951.816)          | -                | -                 | 377.673           | (377.673)          | -                | -                 |
| Bens e direitos para uso futuro   | 36.1.6 | 99                | -                  | (99)             | -                 | 99                | -                  | (99)             | -                 |
| Serviços em curso   | 36.1.2 | 187.213           | -                  | (187.213)        | -                 | -                 | -                  | -                | -                 |
| Outros ativos não circulantes   | 36.1.9 | 32.266            | 300                | 8.683            | 41.249            | 30.316            | (148)              | 7.175            | 37.343            |
| Bens e atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica | 36.1.7 | 5.547             | -                  | (5.547)          | -                 | 5.553             | -                  | (5.553)          | -                 |
| Ativo financeiro da concessão   | 36.2.1 | -                 | 580.247            | -                | 580.247           | -                 | 216.107            | -                | 216.107           |
|   | 36.2.2 |                   |                    |                  |                   |                   |                    |                  |                   |
|   | 36.2.1 | 13.073.468        | (13.073.468)       | -                | -                 | 12.739.862        | (12.739.862)       | -                | -                 |
| Intangível  | 36.2.1 | 379.610           | 8.956.876          | -                | 9.336.486         | 352.457           | 8.625.180          | -                | 8.977.637         |
| <b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>  |        | <b>18.258.229</b> | <b>(4.925.973)</b> | <b>(184.176)</b> | <b>13.148.080</b> | <b>16.256.458</b> | <b>(4.681.074)</b> | <b>1.523</b>     | <b>11.576.907</b> |
| <b>ATIVO TOTAL</b>  |        | <b>24.791.362</b> | <b>(6.528.198)</b> | <b>(615.536)</b> | <b>17.647.628</b> | <b>22.706.371</b> | <b>(6.274.554)</b> | <b>-</b>         | <b>16.431.817</b> |

## b) Conciliação do passivo societário e regulatório

|  | Nota   | 2017              |                    |                  |                   | 2016              |                    |                  |                   |
|--|--------|-------------------|--------------------|------------------|-------------------|-------------------|--------------------|------------------|-------------------|
|  |        | Regulatório       | Ajustes            | Reclassificações | Societário        | Regulatório       | Ajustes            | Reclassificações | Societário        |
| <b>CIRCULANTE</b>  |        |                   |                    |                  |                   |                   |                    |                  |                   |
| Fornecedores   |        | 1.655.382         | -                  | -                | 1.655.382         | 1.049.363         | -                  | -                | 1.049.363         |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures                                 |        | 593.787           | -                  | -                | 593.787           | 1.509.541         | -                  | -                | 1.509.541         |
| Obrigações sociais e trabalhistas  |        | 137.650           | -                  | -                | 137.650           | 160.098           | -                  | -                | 160.098           |
| Benefício pós-emprego  |        | 166.525           | -                  | -                | 166.525           | 142.347           | -                  | -                | 142.347           |
| Tributos   |        | 523.914           | -                  | -                | 523.914           | 537.856           | -                  | -                | 537.856           |
| Encargos setoriais   | 36.1.2 | 787.083           | -                  | (428.323)        | 358.760           | 308.049           | -                  | -                | 308.049           |
| Passivos financeiros setoriais   | 36.1.8 |                   |                    |                  |                   |                   |                    |                  |                   |
|  | 36.2.1 | 2.017.025         | (2.017.025)        | -                | -                 | 2.075.314         | (2.075.314)        | -                | -                 |
| Passivos financeiros da concessão  | 36.1.8 |                   |                    |                  |                   |                   |                    |                  |                   |
|  | 36.2.1 | -                 | 414.800            | -                | 414.800           | -                 | 481.835            | -                | 481.835           |
| Outros passivos Circulantes  | 36.1.9 | 542.026           | -                  | -                | 542.026           | 630.136           | -                  | -                | 630.136           |
| <b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>   |        | <b>6.423.392</b>  | <b>(1.602.225)</b> | <b>(428.323)</b> | <b>4.392.844</b>  | <b>6.412.704</b>  | <b>(1.593.479)</b> | <b>-</b>         | <b>4.819.225</b>  |
| <b>NÃO CIRCULANTE</b>  |        |                   |                    |                  |                   |                   |                    |                  |                   |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures                                 |        | 5.088.904         | -                  | -                | 5.088.904         | 4.688.710         | -                  | -                | 4.688.710         |
| Benefício pós-emprego  |        | 2.655.628         | -                  | -                | 2.655.628         | 2.795.139         | -                  | -                | 2.795.139         |
| Tributos   |        | 23.146            | -                  | -                | 23.146            | 614.569           | -                  | -                | 614.569           |
| Provisão para litígios   |        | 480.977           | -                  | -                | 480.977           | 347.514           | -                  | -                | 347.514           |
| Encargos setoriais   | 36.1.2 | 347.916           | -                  | (187.213)        | 160.703           | 321.033           | -                  | -                | 321.033           |
| Passivos financeiros setoriais   | 36.1.8 |                   |                    |                  |                   |                   |                    |                  |                   |
|  | 36.2.1 | 741.331           | (741.331)          | -                | -                 | 700.814           | (700.814)          | -                | -                 |
| Passivos financeiros da concessão  | 36.1.8 |                   |                    |                  |                   |                   |                    |                  |                   |
|  | 36.2.1 | -                 | -                  | -                | -                 | -                 | 323.140            | -                | 323.140           |
| PASEP/COFINS a serem restituídos ao consumidor                           |        | 1.087.230         | -                  | -                | 1.087.230         | -                 | -                  | -                | -                 |
| Outros Passivos Não Circulantes  | 36.1.9 | 20.886            | -                  | -                | 20.886            | 22.621            | (1)                | -                | 22.620            |
| Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica | 36.2.2 | 5.035.138         | (5.035.138)        | -                | -                 | 5.088.994         | (5.088.994)        | -                | -                 |
| <b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>   |        | <b>15.481.156</b> | <b>(5.776.469)</b> | <b>(187.213)</b> | <b>9.517.474</b>  | <b>14.579.394</b> | <b>(5.466.669)</b> | <b>-</b>         | <b>9.112.725</b>  |
| <b>TOTAL DO PASSIVO</b>  |        | <b>21.904.548</b> | <b>(7.378.694)</b> | <b>(615.536)</b> | <b>13.910.318</b> | <b>20.992.098</b> | <b>(7.060.148)</b> | <b>-</b>         | <b>13.931.950</b> |
| <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>  |        |                   |                    |                  |                   |                   |                    |                  |                   |
| Capital social   |        | 2.771.998         | -                  | -                | 2.771.998         | 2.361.998         | -                  | -                | 2.361.998         |
| Ajustes de avaliação patrimonial   | 36.2.1 | (1.360.972)       | 433.787            | -                | (927.185)         | (1.138.842)       | 356.901            | -                | (781.941)         |
| Reservas de lucros   |        | -                 | 392.497            | -                | 392.497           | 81.117            | 428.693            | -                | 509.810           |
| Adiantamento para futuro aumento de capital                              |        | 1.500.000         | -                  | -                | 1.500.000         | 410.000           | -                  | -                | 410.000           |
| Prejuízos acumulados   |        | (24.212)          | 24.212             | -                | -                 | -                 | -                  | -                | -                 |
| <b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                                       |        | <b>2.886.814</b>  | <b>850.496</b>     | <b>-</b>         | <b>3.737.310</b>  | <b>1.714.273</b>  | <b>785.594</b>     | <b>-</b>         | <b>2.499.867</b>  |
| <b>TOTAL DO PASSIVO E PAT.LÍQUIDO</b>                                    |        | <b>24.791.362</b> | <b>(6.528.198)</b> | <b>(615.536)</b> | <b>17.647.628</b> | <b>22.706.371</b> | <b>(6.274.554)</b> | <b>-</b>         | <b>16.431.817</b> |

### c) Conciliação do resultado societário e regulatório

|  | Nota   | 2017               |                  |                  |                    | 2016               |                  |                  |                    |
|--|--------|--------------------|------------------|------------------|--------------------|--------------------|------------------|------------------|--------------------|
|  |        | Regulatório        | Ajustes          | Reclassificações | Societário         | Regulatório        | Ajustes          | Reclassificações | Societário         |
| <b>RECEITA</b>   |        | <b>20.436.543</b>  | <b>1.053.269</b> | -                | <b>21.489.812</b>  | <b>18.106.496</b>  | <b>1.109.548</b> | -                | <b>19.216.044</b>  |
| Fornecimento de energia elétrica   |        | 9.203.746          | -                | -                | 9.203.746          | 9.249.604          | -                | -                | 9.249.604          |
| Energia elétrica de curto Prazo  |        | 187.762            | -                | -                | 187.762            | 1.143              | -                | -                | 1.143              |
| Disponibilização do sistema de distribuição  |        | 8.882.146          | -                | -                | 8.882.146          | 9.178.272          | -                | -                | 9.178.272          |
| Ativos e passivos financeiros setoriais  |        | 988.259            | -                | -                | 988.259            | (1.451.967)        | -                | -                | (1.451.967)        |
| Serviços cobráveis   |        | 10.526             | -                | -                | 10.526             | 5.628              | -                | -                | 5.628              |
| Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido                  |        | 1.024.986          | -                | -                | 1.024.986          | 1.000.745          | -                | -                | 1.000.745          |
| Receita de construção  | 36.2.3 | -                  | 1.044.682        | -                | 1.044.682          | -                  | 1.101.966        | -                | 1.101.966          |
| Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão | 36.2.1 | -                  | 8.587            | -                | 8.587              | -                  | 7.582            | -                | 7.582              |
| Outras receitas  |        | 139.118            | -                | -                | 139.118            | 123.071            | -                | -                | 123.071            |
| <b>TRIBUTOS</b>  |        | <b>(6.846.532)</b> | -                | -                | <b>(6.846.532)</b> | <b>(6.087.535)</b> | -                | -                | <b>(6.087.535)</b> |
| ICMS   |        | (4.951.109)        | -                | -                | (4.951.109)        | (4.408.842)        | -                | -                | (4.408.842)        |
| PIS-PASEP  |        | (338.011)          | -                | -                | (338.011)          | (299.345)          | -                | -                | (299.345)          |
| COFINS   |        | (1.556.897)        | -                | -                | (1.556.897)        | (1.378.813)        | -                | -                | (1.378.813)        |
| ISS  |        | (515)              | -                | -                | (515)              | (535)              | -                | -                | (535)              |
| <b>ENCARGOS – PARCELA “A”</b>  |        | <b>(2.330.949)</b> | -                | -                | <b>(2.330.949)</b> | <b>(2.532.006)</b> | -                | -                | <b>(2.532.006)</b> |
| Pesquisa e desenvolvimento – P&D   |        | (55.646)           | -                | -                | (55.646)           | (58.056)           | -                | -                | (58.056)           |
| Programa de EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – PEE  |        | (55.647)           | -                | -                | (55.647)           | (58.056)           | -                | -                | (58.056)           |
| Conta de desenvolvimento econômico – CDE   |        | (1.749.551)        | -                | -                | (1.749.551)        | (2.039.925)        | -                | -                | (2.039.925)        |
| Taxa de fisc. de serviços de energia elétrica – TFSEE                                |        | (16.330)           | -                | -                | (16.330)           | (15.957)           | -                | -                | (15.957)           |
| Encargos do consumidor Bandeiras tarifárias  |        | (453.775)          | -                | -                | (453.775)          | (360.012)          | -                | -                | (360.012)          |
| <b>RECEITA LÍQUIDA / INGRESSO LÍQUIDO</b>  |        | <b>11.259.062</b>  | <b>1.053.269</b> | -                | <b>12.312.331</b>  | <b>9.486.955</b>   | <b>1.109.548</b> | -                | <b>10.596.503</b>  |
| <b>CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA “A”</b>   |        | <b>(7.785.440)</b> | -                | -                | <b>(7.785.440)</b> | <b>(6.020.340)</b> | -                | -                | <b>(6.020.340)</b> |
| Energia elétrica comprada para revenda   |        | (6.782.988)        | -                | -                | (6.782.988)        | (5.260.411)        | -                | -                | (5.260.411)        |
| Encargo de transmissão, conexão e distribuição                                       |        | (1.002.452)        | -                | -                | (1.002.452)        | (759.929)          | -                | -                | (759.929)          |
| <b>RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>                                       |        | <b>3.473.622</b>   | <b>1.053.269</b> | -                | <b>4.526.891</b>   | <b>3.466.615</b>   | <b>1.109.548</b> | -                | <b>4.576.163</b>   |
| <b>CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA “B”</b>   |        | <b>(3.302.234)</b> | <b>(954.933)</b> | -                | <b>(4.257.167)</b> | <b>(3.709.224)</b> | <b>(958.791)</b> | -                | <b>(4.668.015)</b> |
| Pessoal e administradores  |        | (946.094)          | -                | -                | (946.094)          | (1.387.104)        | -                | -                | (1.387.104)        |
| Materiais  |        | (43.267)           | -                | -                | (43.267)           | (41.820)           | -                | -                | (41.820)           |
| Serviços de terceiros  |        | (784.654)          | -                | -                | (784.654)          | (673.823)          | -                | -                | (673.823)          |
| Arrendamentos e alugueis   |        | (67.925)           | -                | -                | (67.925)           | (76.740)           | -                | -                | (76.740)           |
| Seguros  |        | (2.473)            | -                | -                | (2.473)            | (2.123)            | -                | -                | (2.123)            |
| Doações, contribuições e subvenções  |        | (10.439)           | -                | -                | (10.439)           | (11.915)           | -                | -                | (11.915)           |
| Provisões  |        | (468.857)          | -                | -                | (468.857)          | (544.090)          | -                | -                | (544.090)          |
| Perdas na alienação de bens e direitos   |        | (141.049)          | -                | -                | (141.049)          | (111.606)          | -                | -                | (111.606)          |
| (-) Recuperação de despesas  |        | 37.881             | -                | -                | 37.881             | 28.600             | -                | -                | 28.600             |
| Tributos   |        | (4.160)            | -                | -                | (4.160)            | (5.199)            | -                | -                | (5.199)            |
| Depreciação e amortização  | 36.2.1 | (657.694)          | 96.473           | -                | (561.221)          | (649.670)          | 125.086          | -                | (524.584)          |
| Custo de Construção  | 36.2.3 | -                  | (1.044.682)      | -                | (1.044.682)        | -                  | (1.101.966)      | -                | (1.101.966)        |
| Gastos Diversos  |        | (239.164)          | -                | -                | (239.164)          | (223.347)          | -                | -                | (223.347)          |
| BRR perdas (reversão)  | 36.2.1 | 6.724              | (6.724)          | -                | -                  | (18.089)           | 18.089           | -                | -                  |
| Outras receitas operacionais   |        | 18.937             | -                | -                | 18.937             | 7.702              | -                | -                | 7.702              |
| <b>RESULTADO DA ATIVIDADE</b>  |        | <b>171.388</b>     | <b>98.336</b>    | -                | <b>269.724</b>     | <b>(242.609)</b>   | <b>150.757</b>   | -                | <b>(91.852)</b>    |
| <b>Resultado Financeiro</b>  |        | <b>(417.748)</b>   | -                | -                | <b>(417.748)</b>   | <b>(354.079)</b>   | <b>19.152</b>    | -                | <b>(334.927)</b>   |
| Receitas financeiras   | 36.1.8 | 556.359            | -                | (159.082)        | 397.277            | 1.019.503          | 19.152           | (295.682)        | 742.973            |
| Despesas financeiras   | 36.1.8 | (974.107)          | -                | 159.082          | (815.025)          | (1.373.582)        | -                | 295.682          | (1.077.900)        |
| <b>Resultado Antes dos Impostos sobre o Lucro</b>                                    |        | <b>(246.360)</b>   | <b>98.336</b>    | -                | <b>(148.024)</b>   | <b>(596.688)</b>   | <b>169.909</b>   | -                | <b>(426.779)</b>   |
| Impostos sobre o Lucro   | 36.2.4 | 64.145             | (33.434)         | -                | 30.711             | 160.598            | (57.769)         | -                | 102.829            |
| <b>Resultado Líquido do Exercício</b>  |        | <b>(182.215)</b>   | <b>64.902</b>    | -                | <b>(117.313)</b>   | <b>(436.090)</b>   | <b>112.140</b>   | -                | <b>(323.950)</b>   |



#### d) Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

|  | Nota   | 2017             | 2016             |
|--|--------|------------------|------------------|
| <b>Patrimônio Líquido Societário</b>   |        | <b>3.737.310</b> | <b>2.499.867</b> |
| <b>Efeito dos Ajustes de Práticas Contábeis</b>                                      |        |                  |                  |
| Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão | 36.2.1 | (631.309)        | (649.469)        |
| Reavaliação da base de remuneração regulatória (BRR)                                 | 36.2.1 | (657.299)        | (540.803)        |
| Tributos diferidos (IR/CSLL)   | 36.2.4 | 438.112          | 404.678          |
| <b>Ajustes no PL acumulados no exercício</b>   |        | <b>(850.496)</b> | <b>(785.594)</b> |
| <b>Patrimônio líquido regulatório</b>  |        | <b>2.886.814</b> | <b>1.714.273</b> |

#### e) Conciliação do resultado societário e regulatório

|  | Nota   | 2017             | 2016             |
|--|--------|------------------|------------------|
| <b>Resultado do Exercício - Societário</b>   |        | <b>(117.313)</b> | <b>(323.950)</b> |
| <b>Efeito dos ajustes de práticas contábeis</b>                                      |        |                  |                  |
| Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão | 36.2.1 | (8.587)          | (7.582)          |
| Amortização - ativo financeiro BRR   | 36.2.1 | 26.747           | 26.720           |
| Depreciação/Amortização - custo histórico base de remuneração regulatória (BRR)      | 36.2.1 | (123.220)        | (151.806)        |
| Base de remuneração regulatória (BRR) – perdas (reversão)                            | 36.2.1 | 6.724            | (18.089)         |
| Tributos diferidos (PIS PASEP/COFINS)  | 36.2.4 | -                | (19.152)         |
| Tributos diferidos (IR/CSLL)   | 36.2.4 | 33.434           | 57.769           |
| <b>Total de ajustes</b>  |        | <b>(64.902)</b>  | <b>(112.140)</b> |
| <b>Resultado do exercício -regulatório</b>   |        | <b>(182.215)</b> | <b>(436.090)</b> |

As principais alterações entre os saldos apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias e as demonstrações financeiras societárias são como segue:

### 36.1 Reclassificações

Referem-se às diferenças de práticas de apresentação entre normas contábeis societárias e regulatórias, em atendimento às práticas específicas estabelecidas pelo órgão regulador. Tais reclassificações não afetam o valor total do ativo, passivo, patrimônio líquido ou o resultado da Companhia e estão identificadas a seguir:

#### **36.1.1 Consumidores e concessionárias e permissionárias**

Na contabilidade regulatória os valores correspondentes ao resultado das transações realizadas no âmbito da CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (energia elétrica de curto prazo) são apresentados na rubrica “concessionárias e permissionárias”, em atendimento à técnica de funcionamento 7.2.12 do MCSE.

Na contabilidade societária esses valores são apresentados na rubrica consumidores e revendedores.

### **36.1.2 Serviços em curso**

#### **Serviços prestados a terceiros**

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos serviços em curso são apresentados em rubrica própria, em atendimento à técnica de funcionamento 7.2.14 do MCSE.

Na contabilidade societária esses valores são apresentados na rubrica outros ativos circulantes ou outros ativos não circulantes, considerando a sua expectativa de realização.

#### **Serviços em curso - serviço próprio (P&D e PEE)**

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos serviços em curso, relativos aos projetos financiados pelos recursos de P&D e PEE, são apresentados em serviços em curso, no caso do ativo, e em encargos setoriais, no caso do passivo. De acordo com a técnica de funcionamento 7.2.98 do MCSE, a compensação dos valores só poderá ser realizada quando da conclusão dos respectivos projetos.

Na contabilidade societária esses valores são compensados com o passivo e apresentados pelo líquido em outros ativos circulantes ou outros ativos não circulantes, considerando a sua expectativa de realização.

### **36.1.3 Investimentos temporários**

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos fundos vinculados devem ser registrados em contas específicas, dentro do grupo de investimentos temporários, em atendimento à técnica de funcionamento 7.2.19 do MCSE.

Na contabilidade societária estes valores estão apresentados em outros ativos circulantes.

### **36.1.4 Despesas pagas antecipadamente**

Na contabilidade regulatória os valores referentes às despesas pagas antecipadamente são apresentados em rubrica própria, conforme técnica de funcionamento 7.2.23 do MCSE .

Na contabilidade societária esses valores são apresentados na rubrica de outros ativos circulantes ou outros ativos não circulantes, considerando a sua expectativa de realização.

### **36.1.5 Bens destinados à alienação**

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos bens destinados à alienação devem ser apresentados em conta específica, em observância à técnica de funcionamento 7.2.27 do MCSE.

Na contabilidade societária estes valores são apresentados em outros ativos não circulantes.

### **36.1.6 Bens e direitos para uso futuro**

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos bens e direitos para uso futuro são apresentados em rubrica própria, conforme técnica de funcionamento 7.2.36 do MCSE .

Na contabilidade societária esses valores são apresentados na rubrica de outros ativos não circulantes.

### **36.1.7 Bens e atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica**

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos bens e atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica são apresentados em rubrica própria, conforme previsto no MCSE.

Na contabilidade societária esses valores são apresentados na rubrica outros ativos não circulantes.

### **36.1.8 Ativos e passivos financeiros setoriais**

Na contabilidade regulatória, os valores dos ativos e passivos financeiros setoriais são reconhecidos, em contas de ativo e passivo determinadas para este fim, segregados em curto e longo prazo, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE (técnica de funcionamento 7.2.173). O resultado financeiro apurado sobre esses itens é apresentado nas rubricas correspondentes de receita ou despesa, em observância às técnicas de funcionamento 7.2.22 e 7.2.89 do MCSE.

Na contabilidade societária os valores dos ativos e passivos financeiros setoriais são apresentados na rubrica ativo financeiro da concessão e passivo financeiro da concessão de forma líquida para o mesmo período de apuração, e somados aos demais ativos e passivos financeiros da concessão. O resultado financeiro é apresentado pelo líquido, na receita ou na despesa financeira, conforme resultado obtido no período de apuração.

### **36.1.9 Outros**

Os itens para os quais não é requerida abertura específica e que não apresentam valores relevantes para serem apresentados individualmente nas demonstrações contábeis regulatórias são apresentados na rubrica de outros ativos circulantes, outros ativos não circulantes, outros passivos circulantes ou outros passivos não circulantes.

## **36.2 Ajustes de práticas contábeis**

Referem-se às diferenças entre as normas contábeis regulatórias e societárias, em atendimento às práticas específicas estabelecidas pelo órgão regulador. Tais ajustes afetam o valor total do ativo, passivo, patrimônio líquido e/ou resultado da Companhia e estão identificados a seguir:

### **36.2.1 Ativos e passivos financeiros setoriais**

Na contabilidade societária, a parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão, conforme previsto no ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos da Concessão.

A amortização societária reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear.

A Companhia determina a parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro avalor justo, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Na contabilidade regulatória, os saldos dos ativos vinculados à concessão são apresentados nas rubricas de ativo Imobilizado e intangível, sendo os saldos atualizados e ajustados pela base de remuneração regulatória (BRR) homologada na última revisão tarifária e as adições ocorridas a partir dessa data com base no custo de aquisição, em conformidade a sua natureza, com o registro da depreciação, amortização e baixas dos ativos.

Em função das diferenças mencionadas acima, na contabilidade regulatória são reconhecidas as despesas de depreciação, amortização e realização dos ativos com efeito no patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial), sendo que na contabilidade societária somente são feitas as atualizações do valor justo do ativo financeiro da concessão e a amortização do intangível no resultado do exercício.

### **36.2.2 Obrigações especiais**

Na contabilidade regulatória os valores referentes às obrigações especiais são apresentados em contas específicas do passivo, no subgrupo obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, em observância ao MCSE (técnica de funcionamento 7.2.5).

Na contabilidade societária estes valores são registrados em contas a custo histórico redutoras do ativo financeiro e/ou ativo intangível, conforme ICPC 01\_R1.

### **36.2.3 Receita de construção e custo de construção**

Na contabilidade regulatória não são registradas receitas e despesas de construção.

Na contabilidade societária são registradas receitas e despesas de construção correspondentes aos investimentos realizados pela Companhia em ativos da concessão, em conformidade ao previsto na ICPC 01 – Contratos de Concessão e CPC 17 – Contratos de Construção.

### **36.2.4 Efeitos fiscais – imposto de renda e contribuição social**

A Companhia registrou os efeitos fiscais correspondentes aos ajustes de diferença de práticas contábeis mencionadas acima.

## **35. EVENTOS SUBSEQUENTES**

### **Programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2018)**

Em março de 2018, a Companhia aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2018), sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tiverem tempo de serviço igual ou superior a 25 anos na empresa até 31 de dezembro de 2018. O PDVP 2018 teve o seu período de adesão entre 02 a 30 de abril de 2018 e prevê o pagamento das verbas rescisórias legais, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação, não havendo previsão de pagamento de prêmio adicional.

O PDVP 2018 teve a adesão de 143 empregados, com um custo estimado de R\$22.562 a ser reconhecido no 2º trimestre de 2018.

### **Emissão de nota promissória**

Em maio de 2018, a Companhia emitiu notas promissórias no valor total de R\$400 milhões, com vencimento em 24 de outubro de 2019 e juros remuneratórios de 151% da variação do CDI, a serem pagos na data de vencimento. Os recursos captados serão destinados à recomposição do caixa da Companhia, em função do pagamento da 3ª (terceira) emissão de debêntures, e reforço do capital de giro.

### **Reajuste tarifário**

Em 22 de maio de 2018, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou, através da Resolução Homologatória nº 2.396/2018, o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2018 da Cemig Distribuição, a vigorar a partir de 28 de maio de 2018, resultou em reajuste médio de 23,19% nas tarifas dos consumidores atendidos pela Cemig Distribuição.

### **Mudanças no estatuto da Companhia – aprimoramento da governança corporativa**

Em 11 de junho de 2018, a Assembleia Geral de Acionistas aprovou alterações no Estatuto da Companhia, a fim de formalizar as melhores práticas de governança corporativa e atender aos requisitos previstos na Lei 13.303/2016 (“Lei das Estatais”). Dentre os aprimoramentos incorporados ao Estatuto Social, cabe destacar: (a) Redução da composição do Conselho de Administração, de 15 para 9 membros titulares, em consonância com o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC e o Manual de

Avaliação de Sustentabilidade Corporativa do Dow Jones Sustainability Index; e (b) Criação de Comitê de Auditoria, mantido o Conselho Fiscal.

As alterações no estatuto não impactaram a política de dividendos da Companhia.

### **Antecipação do ICMS**

Em 14 de setembro de 2018, foi emitido o Decreto nº 47.488 do Estado de Minas Gerais que estabeleceu que os pagamentos de ICMS relativos a novembro e dezembro de 2018 fossem recolhidos em 20 de setembro de 2018. O ICMS recolhido, no montante de R\$697.360, está sendo atualizado pela Selic até a data do pagamento do saldo remanescente e teve como referência para pagamento o percentual de 75% do valor recolhido pela Companhia em agosto de 2018. Até os dias 7 de dezembro de 2018 e janeiro de 2019 serão pagos os valores remanescentes referentes aos valores do tributo efetivamente apurados em novembro e dezembro de 2018, respectivamente, conforme previsto no Decreto.

### **Mútuo partes relacionadas**

Em 18 de setembro de 2018, foi firmado contrato de mútuo entre a Cemig GT (Mutuante) e a Companhia (Mutuário), no montante de R\$630 milhões, sendo que sua liquidação ocorrerá em duas parcelas com vencimento em novembro e dezembro de 2018, acrescidas de juros anuais de 125,52% do CDI. Como garantia, foi assinado pela Companhia uma Nota Promissória no valor global de R\$639.110, correspondente ao montante da dívida acrescido dos juros estimados para o período de vigência do contrato.

### **Pagamento da primeira parcela do mútuo obtido da Cemig GT**

Em 20 de novembro de 2018, a Companhia realizou o pagamento do valor de R\$486 milhões, referente à primeira parcela de principal e juros do mútuo obtido da Cemig GT, em 18 de setembro de 2018, no valor de R\$630 milhões.

\*\*\*\*\*

**Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga**  
Diretor-Presidente

**Luiz Humberto Fernandes**  
Diretor Vice-Presidente

**Maurício Fernandes Leonardo Júnior**  
Diretor de Finanças e Relações com  
Investidores

**José de Araújo Lins Neto**  
Diretor de Gestão Empresarial

**Dimas Costa**  
Diretor Comercial

**Daniel Faria Costa**  
Diretor de Gestão de Participações

**Thiago de Azevedo Camargo**  
Diretor de Relações Institucionais e  
Comunicação

**Neila Maria Barreto Leal**  
Diretor Jurídico

**Ronaldo Gomes de Abreu**  
Diretor de Distribuição e  
Comercialização, Interinamente

**Franklin Moreira Gonçalves**  
Diretoria Sem Denominação  
Específica

**Maura Galuppo Botelho Martins**  
Diretora de Gestão de Pessoas

**Leonardo George de Magalhães**  
Superintendente de Controladoria  
CRC-MG 53.140

**Leonardo Felipe Mesquita**  
Gerente de Contabilidade  
Contador – CRC-MG 85.260

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
**Cemig Distribuição S.A.**  
Belo Horizonte - MG

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase – Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Cemig Distribuição S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.



## **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

### *Ambiente de Tecnologia da Informação (“TI”)*

Tendo em vista o elevado volume de transações e pelo fato das operações da Companhia serem altamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e de seus sistemas, somados às complexidades inerentes à natureza dos seus negócios, consideramos o ambiente de tecnologia da informação como um dos principais assuntos de auditoria.

#### *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI (“ITGC”) implementados pela Companhia para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu procedimentos de auditoria para avaliar os controles sobre os acessos lógicos (gestão de acessos), gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos lógicos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários.

Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pela Administração da Companhia, assim como verificamos a existência de segregação de funções. Também analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes.

Envolvemos nossos profissionais de tecnologia na execução desses procedimentos. A combinação das deficiências dos controles internos no processo de gestão de acessos e mudanças representou uma deficiência significativa e, portanto, alteraram a nossa avaliação quanto à natureza, época e ampliou a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas no tocante às contas contábeis envolvidas, incluindo aquelas mencionadas nos assuntos apresentados nos tópicos a seguir.

### Reconhecimento da receita

Conforme mencionado na nota 23 às demonstrações contábeis regulatórias, a receita da Companhia em 2017 no montante de R\$ 20.436.543 mil decorre substancialmente do fornecimento e suprimento de energia elétrica. Parte das receitas reconhecidas pela Companhia referem-se a serviços prestados e não faturados aos consumidores finais (“receitas não faturadas”), uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. Os saldos de contas a receber relativos ao fornecimento faturado e não faturado montam R\$ 2.351.860 mil e R\$ 703.121 mil em 31 de dezembro de 2017, respectivamente, e estão divulgados na nota 8 às demonstrações contábeis regulatórias.

Consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas tanto ao processo de faturamento, o qual é altamente dependente de sistemas informatizados, quanto de estimativa da receita de fornecimento não faturado, a qual leva em consideração dados históricos, relatórios com alto volume de dados extraídos dos sistemas da Companhia, inputs manuais, além de julgamento por parte da Administração acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja contabilizada no correto período de competência.

### *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:*

Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia para garantir o registro adequado das transações de receita; (ii) envolvimento de especialistas em sistemas para realização de procedimentos de auditoria suportados por ferramentas computadorizadas; (iii) inspeção física de documentação suporte para uma amostra de lançamentos contábeis de receita; (iv) recálculo da receita não faturada, incluindo a análise da documentação do processo de estimativa, determinação e revisão das premissas por parte da Administração; e (v) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas 8 e 23, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

### Infraestrutura da concessão

Conforme divulgado na nota 14 às demonstrações contábeis regulatórias, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui registrado ativo imobilizado e intangível da concessão nos montantes de R\$ 13.073.468 mil e R\$ 379.610 mil, respectivamente, que representam a infraestrutura da concessão.

O valor dos investimentos aplicados na infraestrutura a serviço da concessão é parte essencial na metodologia aplicada pelo poder concedente para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia aos consumidores finais, nos termos do Contrato de Concessão. A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados como custo da infraestrutura é passível de julgamento por parte da Administração. Durante o ano de 2017, a Companhia reconheceu em seu ativo investimentos na infraestrutura da concessão no montante de R\$ 1.422.148 mil.

Devido às especificidades atreladas ao processo de capitalização e avaliação subsequente de gastos com infraestrutura, além da magnitude dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

#### *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:*

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura, incluindo o rateio dos custos indiretos, as políticas estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis e regulatórias vigentes, e a comparação dos custos com os dados históricos e os padrões observáveis da indústria.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração, assim como a respectiva divulgação na nota 14, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

### Obrigações pós-emprego

Em 31 de dezembro de 2017, as obrigações atuariais líquidas relacionadas aos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pela Companhia e apuradas de acordo com laudo atuarial emitido por seu atuário consultor totalizam R\$ 2.822.153 mil.

Avaliamos tal área como significativa devido à magnitude dos montantes reconhecidos no passivo, além do grau de julgamento associado ao processo de mensuração do passivo, que inclui premissas complexas, tais como taxas de juros de longo prazo, taxas de rendimento dos ativos dos planos, índice de aumento salarial, rotatividade, mortalidade e taxas de desconto. Variações nestas premissas podem ter um impacto material sobre os montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis regulatórias.

#### *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:*

Durante nossos exames de auditoria, envolvemos especialistas da área atuarial para nos auxiliar na avaliação das premissas utilizadas no cálculo dos ativos e passivos

atuariais dos planos de benefícios pós emprego, descritas na nota 19 às demonstrações contábeis regulatórias. Confrontamos estas premissas com dados de mercado comparáveis e parâmetros de referência desenvolvidos internamente a partir de cálculos independentes efetuados como parte de nossos procedimentos. Adicionalmente, nossos especialistas da área atuarial nos auxiliaram na realização de procedimentos voltados à identificação de eventuais planos de benefícios pós emprego que não tivessem sido previamente identificados e na avaliação da adequação das divulgações realizadas pela Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as obrigações pós emprego, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas associados ao reconhecimento destas obrigações, a identificação das obrigações existentes, assim como as respectivas divulgações na nota 19, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

### **Outros assuntos**

#### *Auditoria dos valores correspondentes*

As demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 23 de novembro de 2017, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis regulatórias, e com parágrafos de ênfase sobre a base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, auditoria societária e reapresentação dos valores correspondentes.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a

elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 10 de dezembro de 2018.

**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva  
Contadora CRC-1BA 022650/O-0

## TERMO DE RESPONSABILIDADE

### TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Belo Horizonte, 10 de dezembro de 2018.

Concessionária: Cemig Distribuição S.A.



Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga  
Diretor Presidente



Leonardo George de Magalhães  
Superintendente de Controladoria  
CRC MG 53.140



Maurício Fernandes Leonardo Júnior  
Diretor de Finanças e Relações com Investidores



Leonardo Felipe Mesquita  
Gerente de Contabilidade  
CRC MG 85.260

## PARECER DO CONSELHO FISCAL



### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Distribuição S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Contábeis Regulatórias-DCRs relativas ao exercício de 2017 e os respectivos documentos complementares. Após verificarem que os documentos acima e considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e o respectivo Relatório dos Auditores Independentes, emitido em 10 de dezembro de 2018, declaram não conhecer quaisquer eventos que possam afetar substancialmente as DCRs e que foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a legislação vigente.

Belo Horizonte, 13 de dezembro de 2018.

aa.) José Afonso Bicalho B. da Silva  
Camila Nunes da C. P. Paulino  
Marco Antônio de Rezende Teixeira  
Michele da Silva Gonsales